

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Diogo Marques Tafuri

**A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DA GESTÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO NA
PERIFERIA DE SÃO CARLOS/ SP**

São Carlos

2014

Diogo Marques Tafuri

**A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DA GESTÃO DE UM BANCO
COMUNITÁRIO NA PERIFERIA DE
SÃO CARLOS/ SP**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior

Linha de Pesquisa: Práticas Sociais e Processos Educativos

São Carlos

2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

T124ee

Tafuri, Diogo Marques.

A experiência educativa da gestão de um banco comunitário na periferia de São Carlos/ SP / Diogo Marques Tafuri. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
183 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Educação. 2. Economia solidária. 3. Processo educativo. 4. Periferia urbana. I. Título.

CDD: 370 (20^a)



Programa de Pós-Graduação em Educação
Comissão Julgadora da Dissertação de mestrado de

Diogo Marques Tafuri

São Carlos 25/02/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Gonçalves Júnior

Prof^ª. Dr^ª. Maria Waldenez de Oliveira

Prof^ª. Dr^ª. Denise Aparecida Corrêa

*À Hélio Tafuri (in memoriam),
pelo exemplo de luta, caráter e inteligência
inscrito indelevelmente em minha vida*

AGRADECIMENTOS

Estou certo de que o tempo de confecção do presente trabalho ultrapassa, no tempo e no espaço, os dois anos que dediquei à realização desta pós-graduação, remetendo a um ciclo de vida que se inicia com o término de meu bacharelado em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e com meu retorno à São Carlos, em 2008, para trabalhar como coordenador executivo da Incubadora Regional de Cooperativas Populares, vinculada à Universidade Federal de São Carlos. Pude, na convivência com meus primeiros companheiros de trabalho, aprender muito sobre o movimento de Economia Solidária, seus atores e estratégias, compreender os limites e as possibilidades de suas práticas econômicas e políticas, bem como pude, a partir de meu trabalho e do pouco que poderia fazer no início de minha trajetória profissional, contribuir com esta construção coletiva, ao mesmo tempo em que evoluía como pessoa e como sociólogo. Agradeço à todos os professores, coordenadores e estagiários com quem pude compartilhar este ambiente de trabalho nos três anos em que atuei na incubadora, especialmente às pessoas que estiveram de mim mais próximas: Ana Lúcia, Maria, Eduardo, Gabriela, Henrique, Paulinha, Ioshiaqui, Everton, Felipe, Luciana, Bel, Sebastião, Leandro, Rafa, André Tiburço e Danilo. Também agradeço aos companheiros dos Fóruns Municipal e Paulista de Economia Solidária, do Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) e do Departamento de Apoio à Economia Solidária de nosso município, especialmente Reynaldo, Rita, Gérson e Jussara, por compartilharem comigo seus ideais de luta e as batalhas por um mundo mais justo.

Foi justamente no bojo de minha militância em Economia Solidária que encontrei o amor de Mariana, mulher com a qual aprendi, definitivamente, no sorriso de seus olhos e no carinho de sua presença, que a luta política torna-se vã e efêmera sem o amor. Amor que esteve sempre presente em minha vida, e pelo qual agradeço toda minha família: meus pais Hélio e Maria Helena, meus irmãos Viviane, Rodrigo e Daniela, e seus companheiros Marcelo, Lissandra e Edson. Pedro, Gabriel, Lucas, Laura e Guilherme chegaram para trazer mais luz e alegria à família, nos ensinando com seus sorrisos, graça e inocência que a vida não cessa jamais, e que sempre é possível recomeçar de onde paramos. Além deles, agradeço aos mais “novos” integrantes desta família, Lu, Pedro, Guto, Carol, Camila, Geraldo, Paulo, João, Celeste, José, Alexandre, Jani, João Pedro, Henrique, as pequenas e lindas Gabi e Rafa, pelos ótimos momentos compartilhados juntos e pelo acolhimento com que me receberam em suas casas.

Se podemos (e devemos!) chamar cunhados e agregados de familiares, seria injusto

deixar de incluir neste rol de pessoas meus companheiros inveterados de estrada: Pedrão, Pastel, Gorducho, Tuco, Narigão, Mogli, Macorito, Everton (Malucão!), Fê, Brother, Fabião, Garça, Paulinho, Scooby, André e Luana. Aliás, não posso me furtar de lembrar das pessoas que vem gestando, com garra e coragem, uma nova família na Ecovila Tibá: Jeyson, Gleise, Iara, Davi, Fer, Cacau, Yarin, Yan, Nanã, Manu, Andréia, Luciano, Zaíra, Bene, Juliana, Eliseu, Gael e Fernanda. Também os amigos da Associação Veracidade, Djalma, Pedrinho, Suri, Speedy, Flávia, Jú, Seu Tadeu e Dona Adriana. Espero poder continuar contando com a ilustre presença de vocês por todo o tempo em que estivermos por aqui, dividindo nossos sonhos de mundo.

Já nesta trajetória de quase dois anos no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCAR, pude contar com o apoio e a atenção, sempre paciente e cuidadosa, dos professores e pesquisadores da linha de pesquisa em Práticas Sociais e Processos Educativos e dos companheiros do Núcleo de Estudos em Fenomenologia e Educação Física, especialmente Ilza, Fabi, Djalma, Fernando, Gorpo, Sara, Paulo e Spina, aos quais agradeço pelas discussões sempre críticas e instigantes sobre pesquisa científica e educação popular, que elevaram meu pensamento a novos patamares de reflexão. Agradeço igualmente à professora Denise, por aceitar fazer parte de minha banca de defesa, e à CAPES, pelo apoio e financiamento proporcionado para a realização da pesquisa.

Ainda em se tratando do caminho trilhado nestes anos de mestrado, gostaria de demonstrar minha gratidão em especial a três pessoas que tiveram um papel fundamental durante o processo de concretização desta pesquisa: Gabriel Feltran, e sua simplicidade que engrandece ainda mais seu trabalho enquanto professor e pesquisador, por toda atenção e disposição em colaborar criticamente com este estudo; à Wal, pelo exemplo de compostura ética e de sensibilidade erigido na forma com que realiza seu projeto dentro da universidade pública, bem como por suas contribuições valiosas para construção da pesquisa; ao companheiro Luiz, o qual teve papel fundamental não apenas como orientador do presente trabalho, com seus comentários sempre críticos, tranquilos e construtivos, mas sobretudo pela amizade demonstrada em cada diálogo e encontro de orientação. As contribuições destes três professores estiveram e estarão presentes não apenas no bojo da pesquisa apresentada a seguir; se inscreveram de modo definitivo em minha própria forma de ser e agir como pesquisador.

Por fim, gostaria de agradecer e dedicar este trabalho aos moradores do Gonzaga, bairro que tive o privilégio de conhecer e compartilhar momentos de vida a partir do início de minha atuação como membro da incubadora da UFSCAR, em 2008. De uma forma especial,

agradeço aos trabalhadores e apoiadores do Banco Comunitário Nascente, colaboradores desta pesquisa, pelo carinho e acolhimento que sempre demonstraram durante estes seis anos de convivência e de luta contra a permanência de uma sociedade que insiste em segregar o que deveria ser por todos nós compartilhado, com justiça e igualdade: a existência humana. Este mundo comum que fomos tecendo no decorrer deste longo período de tempo ampliou minha coragem e convicção de que devemos enfrentar de frente e coletivamente os desafios que se colocam diariamente em nossas vidas.

À todos que de alguma forma estão aqui presentes, minha gratidão.

Amor e luta sempre.

Este é o momento em que, absolutamente crítica com relação à modelos não participantes de pesquisa, a pesquisa participante abandona a crítica a si mesma.

Partindo do pressuposto de que ela é idealmente a possibilidade de conversão do saber à causa do povo e que isto é o único meio pelo qual a ciência legitimada torna-se, afinal, plenamente legítima, a teoria da pesquisa participante - ou um vago imaginário universalizado que é o seu sistema de crenças - torna-se sua própria mitologia.

Passível de realizar o conhecimento da realidade cultural através de reduções reificadoras de sua complexidade e dinâmica, em nome da "causa" ou segundo os termos do "projeto" a que serve ou se vincula, ela corre o risco de produzir sobre si mesma um conhecimento que parte do princípio de que a justificação de sua realidade se dá pela evidência do compromisso de sua prática. O que a torna, de um instrumento de trabalho, em possível aparelho de reificação do próprio trabalho político através da ciência e seu saber.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo investigar os processos educativos decorrentes da prática social da gestão do Banco Comunitário Nascente, localizado e atuante no Jardim Gonzaga, bairro de periferia urbana da cidade de São Carlos/SP. O que imprime especificidade à pesquisa é sua proposta de problematizar a experiência do trabalho em um empreendimento de Economia Solidária e os processos educativos imanentes a ela não apenas pelo contraste normativo que estabelecem com a lógica do modo de produção capitalista, mas principalmente a partir do modo como se relacionam com a conjuntura contemporânea das periferias urbanas brasileiras, em interface com os fenômenos sociais que a perpassam. Deste modo, valendo-nos do referencial teórico da educação popular e da sociologia urbana, partimos do entendimento de que, a partir do respeito à alteridade, aos diferentes modos de ser e de agir das pessoas, e tomando-as dentro do contexto das relações materiais e simbólicas que estruturam uma realidade social e cultural comum, as diversas práticas sociais levadas à cabo por pessoas e grupos acabam por promover a própria formação humana para a vida em sociedade. A coerência entre nossa compreensão da realidade social e o compromisso ético e político com os sujeitos de nossa pesquisa levou-nos a trilhar o caminho já inaugurado pela pesquisa participante, metodologia de investigação social que valoriza o papel da convivência metodológica, do reconhecimento à legitimidade do conhecimento popular e da construção dialógica do saber no processo de investigação científica. Como procedimentos de pesquisa, além da utilização de dados secundários acerca de aspectos históricos e socioeconômicos do Jardim Gonzaga e de literatura acadêmica específica ao tema estudado, realizamos coleta de dados primários por meio de trabalho de campo e de seu registro a partir da elaboração de diários de campo. No tocante à análise dos dados, utilizamos técnicas de pesquisa inspiradas na fenomenologia, as quais nos permitiram interpretar as descrições sistematicamente registradas em diários de campo à luz das questões levantadas pela pesquisa. As categorias de análise constituídas referiram-se à: a) autonomia dos trabalhadores do Banco Nascente para executarem as atividades requeridas em seu trabalho de agentes de crédito - “andar com as próprias pernas”; b) às relações de reciprocidade por eles percebidas, em sua presença ou em sua ausência, no bojo da gestão coletiva do trabalho - “pensar nos princípios da economia solidária”; c) à expectativa referente à atuação do banco comunitário e sua influência na melhoria das condições de vida do bairro - “esperança de mudar”. A discussão de tais categorias revelaram que os trabalhadores do empreendimento solidário aprenderam a relacionar e confrontar os princípios normativos da Economia Solidária à sua própria prática de trabalho, bem como a perceberem e questionarem as condições epistemológicas e sociológicas em que se manifestaram os limites e as possibilidades de sua atuação individual e coletiva na gestão de um banco comunitário.

Palavras-chave: **Processos Educativos. Gestão de Banco Comunitário. Economia Solidária. Periferia Urbana.**

ABSTRACT

This study's objective was to investigate the educative processes derived from the social practice of administering the communitarian bank Banco Comunitário Nascente, localized and actuating at Jardim Gonzaga, peripheral urban neighborhood at the city of São Carlos/SP/Brazil. The specificity of this research is the proposition to problematize both the work experience in a Solidary Economy enterprise and the educational processes which are proper to this work experience due to the normative contrast which it establishes in relation to capitalist productive logic and, specially, due to its relation with current conjuncture of brazilian peripheral urban communities and the interfaces with their social phenomena. Considering this, using theoretic references of social education and urban sociology, our starting point was understanding that respecting people alterity and the different characteristics of human "to be" and "to act", and considering the context of their material and symbolic relations that organize a common social and cultural reality, the many social practices that these people and groups of people promote lead to their own human capacity for life in society. The coherence between our understanding of the reality and our ethical and political compromise with our research subjects lead us to chose the path of participant research, a social study methodology which emphasizes the role of methodological acquaintanceship, the acknowledgement of popular knowledge legitimacy and the dialogical construction of the knowledge during the scientific researching process. Our research procedures included the usage of secondary data about historical and socio-economical aspects of Jardim Gonzaga and specific literature regarding the study's theme; primary data were also collected through field work and its registration elaborated in field diaries. Data analysis used research techniques inspired at phenomenology which permitted us to interpret the systematically registered descriptions from the field diaries considering the questions brought by the investigation. Analysis categories delimited referred: a) to workers autonomy at Banco Nascente to perform required activities as credit agents – "walk with their own feet"; b) to presence or lacking of relations of reciprocity perceived by them at the collective work administration – "thinking about solidary economy principles"; c) to their expectations regarding the actuation of the communitarian bank and its influence over the improvement of community's quality of life – "hope to change". The discussion of these categories reveal that those who worked at the solidary enterprise learned to relate and confront the normative principles of Solidary Economy to their own work practices, as well as to notice and question epistemological and sociological conditions through which the limits and possibilities of their collective and individual work administering a communitarian bank were expressed.

Keywords: Educational processes. Communitarian bank administration. Solidary Economy. Urban Periphery.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS: Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

ASMOCOMP: Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras

CAC: Comitê de Análise de Crédito

CE: Ceará

COOLETIVA: Cooperativa de Coletadores de Materiais Recicláveis do Jardim Gonzaga

COOPERCOOK: Cooperativa de Prestação de Serviços em Culinária de São Carlos

COOPERLIMP: Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga Organização

COOPVIP: Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Área de Proteção à Vida e ao Trabalho

COOSTURARTE: Cooperativa dos Trabalhadores em Confecções São Carlos

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DC: Diário de Campo

EAF: Entidade de Apoio e Fomento

ECO: Estação Comunitária

EES: Empreendimento Econômico Solidário

FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FHC: Fernando Henrique Cardoso

HBB: Programa Habitar Brasil

INCOOP: Incubadora Regional de Cooperativas Populares

ITCPs: Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MEC: Ministério da Educação

MPT: Ministério Público do Trabalho

MST: Movimento dos Sem Terra

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

NESOL: Núcleo de Economia Solidária

NUMI-ECOSOL: Núcleo Multidisciplinar Integrado de Formação, Estudos e Intervenção em Economia Solidária

PCC: Primeiro Comando da Capital

PPGE: Programa de Pós-Graduação em Educação

PROEXT: Programa de Extensão Universitária

PRONINC: Programa Nacional de Incubadoras

PT: Partido dos Trabalhadores

SE: Sistematização de Experiência

SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária

SESU: Secretaria de Educação Superior

SIES: Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária

SP: São Paulo

TAC: Termo de Ajuste de Conduta

UFSCAR: Universidade Federal de São Carlos

US: Unidade de Significação

USF: Unidade de Saúde da Família

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E DE SUA PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO.....	6
1.2 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO.....	12
1.3 A PESQUISA PARTICIPANTE COMO METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	13
1.3.1 Reflexão sociológica: enxergando a negatividade da realidade social contemporânea	13
1.3.2 Reflexão epistemológica: a ruptura com os princípios positivistas nas ciências humanas.....	16
1.3.3 Reflexão metodológica: a dimensão ética e política das pesquisas participantes....	18
1.4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA UTILIZADOS NA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	22
1.5 APRESENTAÇÃO DOS COLABORADORES DA PESQUISA.....	25
2. REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL DA PESQUISA: EDUCAÇÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E BANCOS COMUNITÁRIOS.....	28
2.1 EDUCAÇÃO, EXPERIÊNCIA E CULTURA.....	28
2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: CONTEXTO CONTEMPORÂNEO E APORTES TEÓRICOS.....	34
2.2.1 Paul Singer.....	37
2.2.2 Genauto Carvalho de França Filho.....	39
2.2.3 Euclides André Mance.....	42
2.2.4 Abordagens críticas à Economia Solidária.....	45
2.3 BANCOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL: HISTÓRIA, CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS E MATRIZES TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	49
3. A DIMENSÃO HISTÓRICA E SITUADA DA PESQUISA: O “GONZAGA” ENQUANTO CAMPO DE PRÁTICAS E DISPUTAS.....	56
3.1 PERIFERIAS URBANAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	57
3.2 A CONSTITUIÇÃO DO “GONZAGA” ENQUANTO BAIRRO DE PERIFERIA.....	66
3.3 A ATUAÇÃO DA INCUBADORA REGIONAL DE COOPERATIVAS POPULARES DA UFSCAR NO “GONZAGA”: DA CRIAÇÃO DA COOPERLIMP AO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	72
3.4 A EXPERIÊNCIA DA ESTRUTURAÇÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO NO “GONZAGA”	77

3.4.1 Atores e mediações, disputas e convergências: a natureza multifacetada da ação estatal nas práticas políticas e econômicas do “Gonzaga”	79
3.4.2 Quando outros atores entram em cena.....	94
3.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO SOCIAL NO “GONZAGA”: ENTRE O ENCAPSULAMENTO COMUNITÁRIO E O CONTROLE DAS FRONTEIRAS	102
4. A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DOS TRABALHADORES DO BANCO NASCENTE.....	106
4.1 ANDAR COM AS PRÓPRIAS PERNAS.....	108
4.2 PENSAR NOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	115
4.3 ESPERANÇA DE MUDAR.....	125
4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO EM CONTEXTO DE PERIFERIA URBANA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	138
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148
7. ANEXOS.....	158
ANEXO A – Parecer de aprovação concedido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCAR.....	158
ANEXO B - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos colaboradores da pesquisa.....	162
ANEXO C – Etapas para concessão de crédito de consumo do Banco Nascente.....	164
ANEXO D – Etapas para concessão de crédito produtivo do Banco Nascente.....	166
ANEXO E – Ficha de análise de crédito de consumo do Banco Nascente.....	168
ANEXO F – Ficha de análise de crédito produtivo do Banco Nascente.....	172

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E DE SUA PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo investigar os processos educativos inerentes e decorrentes da prática social da gestão do trabalho relacionado à dinâmica de funcionamento do Banco Comunitário Nascente, localizado e atuante no "Gonzaga", bairro de periferia urbana da cidade de São Carlos, município de médio porte do Estado de São Paulo. A prática social indicada acima como tema de nossa investigação, relacionada à gestão deste empreendimento de Economia Solidária, possui duas especificidades que implicaram desdobramentos teóricos e analíticos igualmente particulares no decorrer da realização da pesquisa: primeiramente, trata-se de uma experiência vivenciada por alguns moradores de um bairro de periferia no bojo de suas dinâmicas sociais e culturais particulares, o que nos impele a considerá-las seriamente em nossa análise; por outro lado, esta prática social está contextualmente inserida no âmbito de um movimento mais amplo de iniciativas econômicas associativas identificadas de modo geral com os princípios e características de uma Economia Solidária, condição que lhe imprime um significado normativo e prático específico, o qual pode ser compreendido, no entanto, de um modo bastante diverso entre os sujeitos que participam desta ação. Por fim, o estudo está situado na área da Educação, fenômeno social entendido aqui da seguinte forma:

Educação é o ato de construir o nosso modo próprio de ser, juntamente com quem convivemos, ao assumirmos com eles os destinos do nosso grupo, nossa classe social, nossa comunidade. É vivência que permite tomar consciência do mundo, das coisas, das pessoas, das relações que entre eles se estabelecem, e assim tomar consciência de si próprio. Nesse processo, cada pessoa incorpora a cultura de sua comunidade, grupo, classe, fazendo-a com os parentes, os vizinhos, os colegas, num trabalho que é sempre criador. Tal trabalho se configura como ação de cada pessoa com os outros no mundo, a fim de desvelá-lo, compreendê-lo, transformá-lo, humanizando-o (SILVA, 1987, p. 64-65).

Destarte, entendemos que processos educativos são imanentes às práticas sociais vivenciadas e constituídas por e entre indivíduos e/ou grupos no seio de certo meio social (incluindo o escolar), nas quais se colocam, a partir das experiências intersubjetivas inerentes à realidade social, as possibilidades de construção recíproca tanto das identidades individuais

quanto das identidades coletivas (OLIVEIRA et al, 2009).

Entre idas e vindas, erros e acertos, imersões e emersões, as experiências de vida (s) apresentadas a seguir na forma de pesquisa científica foram possíveis de serem vividas e experimentadas a partir de meu trabalho temporário, realizado entre os anos de 2008 e 2011, enquanto técnico de nível superior da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), mais especificamente de minha atuação profissional junto à Incubadora Regional de Cooperativas Populares – INCOOP (atual Núcleo Multidisciplinar Integrado de Formação, Estudos e Intervenção em Economia Solidária - NUMI-ECOSOL¹), atividade que veio a requerir minha aproximação junto às pessoas moradoras de uma região periférica da cidade e a inserção em parte da cotidianidade dos acontecimentos históricos vividos por ela. Hoje, lembrando e refletindo sobre minha própria trajetória de vida, retomando esta experiência particular de aproximação e vivência entre um cientista social branco da classe média são-carlense e os moradores do "Gonzaga", ainda consigo perceber uma série de dificuldades e desafios advindos das relações estabelecidas entre a comunidade acadêmica e uma população posta à margem do sistema político, econômico e cultural hegemônico, e que portanto se encontra fora do círculo restrito e elitizado do ensino superior público brasileiro. A meu ver, a assimetria das posições sociais estabelecidas historicamente por meio de critérios de classe, de raça² e de gênero ainda se configura em uma fronteira perversa que, ao mesmo tempo que segrega e estabelece distinções socioeconômicas e culturais nítidas, parece também regular a natureza das relações passíveis de serem realizadas entre o “centro” e a “periferia”, impedindo a promoção de transformações mais profundas na estrutura social brasileira.

Minha militância em Economia Solidária, mediada inicialmente por meu trabalho profissional em uma incubadora de cooperativas populares, e depois por minha condição de pesquisador, em todo tempo se ancorou no reconhecimento crítico da estrutura desigual da sociedade brasileira, como também na convicção de que o centro de irrupção de nosso inquietante quadro social podia ser bem compreendido a partir da matriz explicativa

1 No ano de 2012, devido ao avanço do processo de institucionalização da INCOOP dentro do arcabouço legal da Universidade Federal de São Carlos, ocorre a mudança de nome desta entidade, a qual passa a ser chamada de NUMI-ECOSOL. No decorrer do trabalho, respeito a cronologia da vigência dos nomes institucionais, referindo-me à incubadora ora como INCOOP/ UFSCAR (para eventos acontecidos até o final de 2011), ora como NUMI-ECOSOL (em referências posteriores ao início de 2012).

2 A partir de sua teoria da "dependência histórico estrutural", Aníbal Quijano (2005) argumenta que a permanência de dois elementos de colonialidade presentes na base das sociedades latino-americanas, a saber, a classificação social da população a partir da ideia de raça e o controle do trabalho em torno do capitalismo mundial, se constituíram ao longo da história como eixos fundamentais para a produção e reprodução do atual padrão de poder hegemônico mundial. O autor não trata especificamente da dominação presente nas relações de gênero em nossa sociedade.

marxiana, pautada pelo conflito inexorável entre capital e trabalho. De acordo com Lia Tiriba (2001), seguindo Marx e Engels, “[...] a contradição fundamental do capitalismo radica-se na própria contradição entre o caráter social da produção e o caráter individual da apropriação dos bens produzidos, o que resulta na interação recíproca entre propriedade privada e trabalho alienado” (p. 169-170). Desta forma, minha concepção de Economia Solidária ainda permanece fundamentalmente relacionada à seus dois princípios básicos, a saber: a socialização dos meios de produção e a autogestão das relações produtivas, ambos fundados pela proposta de reordenamento das relações contemporâneas de trabalho (SINGER, 2000; 2008). Em documento elaborado pelos 1.613 delegados da II Conferência Nacional de Economia Solidária, a qual foi convocada para debater o tema *O direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento*, o movimento de Economia Solidária reafirmou a existência dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) como novos sujeitos de direitos, reconhecendo nas diversas formas de organização econômica de cooperação e de trabalho associado as seguintes características comuns:

- i. ser uma organização coletiva, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadoras(es) do meio urbano ou rural;
- ii. realizar atividades de natureza econômica, socioambiental e cultural que devem ser as razões primordiais da existência da organização;
- iii. ser uma organização de autogestão cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania da assembleia e singularidade de voto dos sócios, cumprindo o seu estatuto ou regimento interno;
- iv. ser uma organização permanente, considerando tanto os empreendimentos que estão em funcionamento quanto aqueles que estão em processo de implantação, desde que o grupo esteja constituído e as atividades econômicas definidas (II CONAES, p. 23).

No entanto, o tempo de minha própria *práxis* (FREIRE, 2011a) levou-me a refletir amplamente sobre as possibilidades e limitações da proposta de transformação social contida na plataforma de reivindicações políticas afirmada pelo movimento de Economia Solidária: se os EES estão imersos e condicionados pela lógica econômica, política e cultural hegemonicamente vigente no mercado capitalista, como compreender a vocação destas experiências coletivas em se configurarem como novas práticas econômicas, políticas e culturais pautadas nos princípios da solidariedade e da cooperação, e não mais da competição, gradativamente expansíveis à sociedade de um modo geral? Voltando a dialogar com Paul

Singer (2005), as iniciativas contemporâneas de Economia Solidária fomentadas no bojo do capitalismo, ao exigir das pessoas que as integram uma postura ética (e portanto uma prática) pautada no princípio da solidariedade, e não mais da competição:

[...] exigem que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição [...] O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles espera-se e o que devem esperar dos outros (p. 16).

Para o autor, portanto, a Economia Solidária é uma experiência educativa em si mesma, na medida em que propõe novas práticas sociais e também um novo entendimento destas práticas. Destas novas formas econômicas, ao longo do processo de trabalho e a partir dos próprios desafios advindos das experiências do trabalho associado ou autogestionário, em espaços e tempos em que os trabalhadores poderiam confrontar cotidianamente as condições objetivas e subjetivas do mundo vivido e do mundo idealizado, emergiria a possibilidade de constituição de uma "pedagogia da produção associada", um "[...] campo teórico-prático que visa ao estudo e à concretização dos processos educativos que têm como objeto de pesquisa e de ação a socialização, a produção, a mobilização e a sistematização de saberes sobre o mundo do trabalho" (TIRIBA, 2008:89). No sentido apontado, a pesquisa bibliográfica³ realizada buscando-se os trabalhos que relacionam o fenômeno da Economia Solidária ao da Educação confirmou a existência de um vasto campo de investigação temática, especialmente incrementado a partir do aumento expressivo das experiências de Economia Solidária no Brasil, desde a década de 1990.

Uma série destes estudos centra sua análise sobre a atividade de incubação⁴ dos

3 Revisão efetuada a partir de exame dos anais dos encontros da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) ocorridos de 2000 a 2013, especificamente dos grupos de trabalho *Movimentos Sociais e Educação* (GT 03), *Educação Popular* (GT 06) e *Trabalho e Educação* (GT 09); também foi realizada busca de teses, dissertações e artigos científicos por meio do assunto *Educação (Popular) e Economia Solidária* na Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações (2000 a 2013) e no portal científico eletrônico Scielo (sem especificação de data).

4 Segundo Carolina Orquiza Churfem (2009), "O processo de incubação corresponde ao acompanhamento, assessoria e formação técnica, administrativa e política por parte da universidade aos grupos que pretendem trabalhar coletivamente, na perspectiva da economia solidária. Abarca o desenvolvimento de atividades de organização, fomento, orientação e acompanhamento sistematizado, por meio de processo educativo, bem como instrui quanto: a organização do trabalho, aos aspectos da autogestão, de ordem jurídica, contábil, financeiro, entre outros aportes necessários. Tal processo é desenvolvido pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), as quais se inserem nas universidades públicas, realizando projetos que vinculam ensino,

Empreendimentos de Economia Solidária, executado por entidades de apoio e fomento associadas a este movimento⁵, e o processo de produção do conhecimento que pretende-se que decorra desta atividade, seja para compreender as possibilidades e os limites colocados para a consolidação da solidariedade e da autogestão nos empreendimentos (CULTI 2006; PEREIRA, 2009; 2011), para analisar as relações entre a formação técnica e política realizada junto aos trabalhadores (TIRIBA, 2007; NEVES, 2009), o perfil dos educadores que realizam esta atividade (TAMBURRELLI, 2006) e a metodologia por eles utilizadas (MELO NETO, 2006), ou ainda dando ênfase às relações de gênero presentes nos empreendimentos (CHERFEM, 2009). No entanto, a maior parte das investigações encontradas realizam suas análises acerca das dimensões cultural, política e subjetiva inerentes às experiências de trabalho associado (FISCHER; ZIEBELL, 2005; POLI, 2006; SILVA, 2006; SANTOS; DELUIZ, 2006; 2009; AZAMBUJA, 2007; TIRIBA, 2008; MASCARENHAS, 2008; SILVA, 2008; SCHMITZ, 2009), ou sobre o modo como tais dimensões presentes no processo de trabalho podem contribuir para o desenvolvimento como expansão das liberdades (MASCARENHAS, 2010), para a constituição ou não de uma nova cultura do trabalho (SILVA, 2007; LIMA, 2010), de um ethos emancipador (ADAMS, 2007) ou de uma forma inédita de sociabilidade (SALAZAR, 2008). Outros trabalhos, seguindo um caminho distinto, realizam uma discussão problematizando o significado político em si do trabalho enquanto princípio educativo, no que tange à estratégia de superação do capitalismo: enquanto Titton (2008) defende a pertinência da proposta, Tumolo (2008) sugere que o foco da análise deixe de tomar como ponto de partida o trabalho como princípio educativo, passando a discutir o projeto estratégico de caráter proletário, baseado na análise do capitalismo contemporâneo.

De nossa parte, o que imprime especificidade à presente pesquisa é sua proposta de incluir uma dimensão propriamente sociológica ao estudo, o que permitiu problematizar a experiência gestonária do Banco Comunitário Nascente e os processos educativos imanentes a ela não apenas pelo contraste normativo que estabelecem com a lógica do modo de produção capitalista, mas principalmente a partir do modo como eles se relacionam concretamente no contexto contemporâneo específico das periferias urbanas, em interface com os fenômenos sociais que a perpassam. Isto envolve considerar como parte integrante do objetivo geral de nosso trabalho uma análise, ainda que parcial, acerca do modo como certas

pesquisa e extensão" (p. 10).

⁵ Para melhor detalhamento do campo de atores que compõe atualmente o movimento de Economia Solidária, ver seção 2 do presente trabalho.

práticas específicas de Economia Solidária se relacionam contemporaneamente com as diversas dinâmicas sociais que integram e atravessam a produção cotidiana da vida nas periferias urbanas das cidades brasileiras, a partir da compreensão dos acontecimentos suscitados por tais experiências coletivas e das diferentes significações (e de suas tensões) atribuídas e construídas pelos diferentes sujeitos envolvidos.

No bojo de minha atuação profissional e militante no “Gonzaga”, ou, mais especificamente, a partir de meu trabalho de fomento à criação e consolidação de iniciativas de Economia Solidária no bairro, o qual posteriormente veio se restringir ao apoio à constituição do Banco Comunitário Nascente, pude gradativamente refletir (sobre) e problematizar minhas próprias ações, posturas, palavras, bem como tal maneira de ser e estar no mundo se relacionava com o ambiente e com as pessoas da localidade com quem eu tive a oportunidade de conviver no desenrolar deste trabalho. De outro modo, quanto mais ampliava o movimento de inserção crítica naquela realidade histórico-social específica, deixando-me envolver de modo crescente com as demandas, ações e discursos dos próprios moradores do “Gonzaga”, os quais iam emergindo durante o decorrer do processo de análise de viabilidade da implantação do banco comunitário, maior era a possibilidade de vivenciar os acontecimentos cotidianos do bairro e compreender alguns aspectos relacionados à complexa gama de relações sociais e políticas estabelecidas entre os diferentes atores - internos e externos - que ali atuavam: universidade, igreja católica, polícia, poder público, tráfico de drogas, cooperativas, associação de moradores, imprensa, ministério público do trabalho. Ambos os processos de conhecimento, pessoal e social, foram afetando ao longo do tempo tanto os rumos do trabalho com Economia Solidária como a forma com que o inscrevia em meu pensamento, desaguando por fim na presente investigação de mestrado, desenvolvida metodologicamente por meio de uma pesquisa participante.

Os estudos realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCAR, conduzidos com os colegas da linha de pesquisa em *Práticas Sociais e Processos Educativos*, trouxeram à tona novos elementos que permitiram ampliar minhas reflexões e compreensões sobre o ato de aprender e ensinar *com* grupos socialmente marginalizados, em sua estrita relação com o processo de transformação social e de conhecimento humano. Deste modo, passei a questionar não apenas o sentido emancipatório ou libertador das práticas de Economia Solidária das quais pude participar e continuo atuando como educador e militante, mas sobretudo a maneira como a compreensão dos processos educativos experienciados pelos

trabalhadores de um banco comunitário durante a convivência e o trabalho inerentes à sua prática gestonária, permitiria ampliar nosso entendimento acerca das formas específicas de ação e manifestação política e cultural dos moradores de bairros de periferia urbana, bem como sobre as relações dinâmicas que estabelecem com outras esferas do mundo social.

Em meu modo de ver, a reflexão sobre tais questões, realizada no contexto contemporâneo de Brasil e de América Latina, pode nos auxiliar a compreender de modo mais claro a conjuntura social, política, econômica e cultural de nossa época histórica, fundamento no qual deve se apoiar toda e qualquer proposta ou projeto de devir, especialmente aqueles vinculados à complexa tarefa de construção de projetos políticos populares e libertários.

1.2 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

O presente trabalho está estruturado, para além desta **introdução (seção I)**, que pretende apresentar aos leitores a problemática, os procedimentos e os colaboradores de nossa pesquisa, bem como discutir os pressupostos sociológicos, epistemológicos e metodológicos de uma pesquisa participante, em mais três seções distintas: na **Seção II**, discorreremos acerca do repertório teórico-conceitual do estudo, partindo de uma apresentação dos fundamentos teóricos de nossa pesquisa em Educação, relacionados aos conceitos de educação, cultura e experiência, para em seguida realizarmos uma breve caracterização tanto do fenômeno contemporâneo da Economia Solidária e dos Bancos Comunitários no Brasil como da discussão das principais abordagens teóricas acerca de tais temáticas; na **Seção III**, buscaremos apreender a dimensão histórica e situada do fenômeno estudado, a partir da realização de uma breve discussão acerca do fenômeno urbano das periferias brasileiras e da história da constituição do “Gonzaga” como bairro periférico do município de São Carlos/SP, contextualização que permitirá a compreensão mais ampla do processo de estruturação do Banco Comunitário Nascente na região, o qual também será apresentado e problematizado neste capítulo; na **Seção IV**, apresentaremos e discutiremos as categorias descritivas de análise relacionadas à experiência educativa vivenciada pelos agentes de crédito do Banco Nascente no bojo do trabalho de gestão do empreendimento; por fim, teceremos algumas **considerações finais** acerca da pesquisa em práticas sociais e processos educativos realizada a partir de uma prática de Economia Solidária situada em um bairro de periferia urbana.

1.3 A PESQUISA PARTICIPANTE COMO METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

A escolha de uma metodologia de pesquisa científica depende, fundamentalmente, da disposição do pesquisador ou da pesquisadora em percorrer certo caminho epistemológico e metodológico que permita a ele(a) a compreensão de aspectos da realidade mundana problematizados por suas questões de investigação. Em nosso entendimento, a preferência por uma ou outra forma de construção do conhecimento, assim como a possibilidade do surgimento das questões de pesquisa e a maneira como tal conhecimento se relacionará com o contexto histórico-cultural em que foi produzido, estão intimamente imbricados com a natureza da sociedade experienciada pelos sujeitos no bojo da diversidade e complexidade da realidade concreta e simbólica da vida cotidiana. Dependem, deste modo, tanto da maneira com que estas realidades mundanas se manifestam (na totalidade de sua estrutura e dinâmica) aos diversos sujeitos em tempos e espaços distintos, como das diferentes formas com que estes compreendem e significam a realidade, agindo perante ela. Se pensarmos desta forma, perceberemos que:

Durante anos aprendemos que boa parte de uma metodologia adequada serve para proteger o sujeito de si próprio, de sua própria pessoa, ou seja, de sua subjetividade. Que entre quem pesquisa e quem é pesquisado não exista senão uma proximidade policiada entre o método (o sujeito dissolvido em ciência) e o objeto (o outro sujeito dissolvido em dado) (BRANDÃO, 1987:07).

Portanto, ao discutir e apresentar a metodologia científica do presente trabalho, pretendemos fazê-lo a partir da problematização dos “pressupostos de ordem teórica e metateórica” (SCHMIDT, 2006:149) inerentes a toda pesquisa acadêmica, relacionados aos seus aspectos sociológicos, epistemológicos e propriamente metodológicos e à coerência dos nexos estabelecidos entre eles.

1.3.1 Reflexão sociológica: enxergando a negatividade da realidade social contemporânea

Em acordo com Enrique Dussel (2001a; 2001b), filósofo da libertação latino-americana, a realização de toda atividade científica parte de escolhas pautadas por uma dada visão e projeto de mundo ou, dito de outra maneira, dentre as diversas e amplas possibilidades colocadas à frente do pesquisador dentro de seu horizonte científico, este sempre vai definir suas estratégias de ação a partir de certo posicionamento político-ideológico, forjado no seio de sua própria cultura. Deste modo, ao analisar o programa científico de investigação de Karl

Marx, Dussel (2001a) nos fornece o critério de demarcação que diferencia a realização de uma ciência social funcional, situada em um nível de conhecimento superficial e contido dentro do paradigma científico hegemônico, e a constituição de uma ciência social crítica:

[...] una teoría científico-social no sólo por la posición teórica de lo negativo-material, sino, y esto es constitutivo de la crítico (criterio de demarcación, entonces), por el "ponerse de parte" efectiva y prácticamente "junto" a la víctima, y no sólo en posición observacional participativa, sino como el co-militante que entra en el horizonte práctico de la víctima (negatividad- material) al que se decide a servir por medio de un programa de investigación científico-crítico ("explicativo" de las "causas" de su negatividad) (p. 286).

Segundo o autor, a constituição de uma ciência social crítica pressupõe, em primeiro lugar, uma opção ética por parte dos pesquisadores de buscarem a observação da negatividade da realidade social totalizante para, a partir de tal posição, investigarem aqueles fenômenos geradores de relações de dominação entre os seres humanos. Ademais, para Dussel, também é constitutivo de uma ciência social crítica o compromisso de se colocar junto aos grupos oprimidos, visto que a superação da realidade opressora em que nos encontramos pressupõe uma práxis militante, crítica e intersubjetiva. A trajetória de um pesquisador crítico se inicia, portanto, no bojo deste compromisso com a transformação social, sendo que sua motivação para produzir conhecimento parte justamente das indagações e problematizações surgidas nesta imersão crítica no mundo que o cerca, visto que “[...] es en el momento de poder o no observar en la vida cotidiana hechos posibles temáticos de la ciencia, que la 'opción ética' es constitutiva a priori de la 'criticidad' científica” (DUSSEL, 2001b:308).

A partir da concordância com o argumento colocado acima, a coerência entre nossa compreensão da realidade social e o compromisso ético e político com os grupos oprimidos, advindo de nossa maneira peculiar de ser e estar no mundo em práxis intersubjetiva, levou-nos a trilhar e à contribuir com o caminho já inaugurado pela **pesquisa participante** (BRANDÃO, 1985; 1987), modelo de investigação social que se apresenta como crítico e alternativo aos métodos positivistas de pesquisa em ciências humanas.

A pesquisa participante surge no contexto de América Latina durante as décadas de 1960 e 80, a partir de uma série de experiências empreendidas por pesquisadores e militantes políticos no interior de processos e ações de transformação social emergentes, postos em marcha por grupos populares e movimentos sociais urbanos ou rurais. Por se tratarem de experiências de pesquisa e intervenção notoriamente diversas e plurais (inclusive na

nomenclatura utilizada para sua designação⁶), tais práticas “[...] se originam e re-elaboram diferentes fundamentos teóricos e diversos estilos de construção de modelos de conhecimento social através da pesquisa científica”, não havendo, portanto, “[...] um modelo único ou uma metodologia científica própria a todas as abordagens da pesquisa participante” (BRANDÃO; BORGES, 2007:53). No decorrer da década de 1980, as duas coletâneas de textos organizadas por Carlos Rodrigues Brandão (1985; 1987) cumpriram o papel pioneiro de reunir e sistematizar uma parte das experiências de pesquisa participante empreendidas na América Latina e na Europa, permitindo a emergência de um debate teórico-metodológico mais consistente.

Destarte, podemos anunciar desde já alguns pontos fundamentais de convergência que podem ser estabelecidos entre as diferentes práticas de pesquisa participante, os quais podem ser utilizados como ponto de partida para a discussão mais detalhada, empreendida a seguir, acerca das dimensões epistemológicas e metodológicas de nossa pesquisa. De um modo geral, segundo Carlos Rodrigues Brandão e Maristela Correa Borges (2007), as experiências de pesquisa participante são compreendidas como “[...] um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa” (p. 53), possuindo para os autores os seguintes princípios comuns:

a) Possui compromisso político-ideológico com as causas dos grupos oprimidos e movimentos sociais e, portanto, com a participação em ações populares que apontem à transformação social; neste sentido, a pesquisa é tomada inexoravelmente enquanto práxis, em sua unidade dialética entre teoria e prática;

b) Tem seu ponto de origem na relação que estabelece com uma perspectiva situada da realidade social e histórica, ou seja, ela necessariamente deve tomar como base de seu trabalho as experiências de vida cotidianas de seus participantes, sem deixar de relacioná-las com a totalidade da vida social e de situá-las historicamente;

c) Problematiza as relações estabelecidas entre sujeitos e objetos de pesquisa, buscando transformá-las gradualmente em relações entre sujeitos por meio da promoção, de diferentes formas e níveis, da participação popular no processo de investigação. Isto implica necessariamente o reconhecimento, por parte dos pesquisadores acadêmicos, do saber popular

⁶ Além de “pesquisa participante”, outros termos foram cunhados para se referir à tais práticas de pesquisa: “pesquisa ação”, “pesquisa participativa”, “auto diagnóstico”, “investigação ação participativa” (BRANDÃO; BORGES, 2007:53).

enquanto forma igualmente legítima de construção do conhecimento.

Abarcado o nível mais geral de caracterização das práticas de pesquisa participante, vejamos mais detalhadamente o modo como ela “[...] é capaz de aglutinar em torno de si tanto a reflexão epistemológica que interessa à ruptura com o paradigma positivista quanto a apreensão crítica das dimensões éticas e políticas das pesquisas de campo” (SCHMIDT, 2006:13).

1.3.2 Reflexão epistemológica: a ruptura com os princípios positivistas nas ciências humanas

Tido como um dos pilares do paradigma positivista, o princípio da neutralidade política da ciência e da objetividade de seus métodos, procedimentos e atitudes empenhadas por parte dos pesquisadores, ainda é utilizado em boa medida enquanto critério de demarcação e de validade do conhecimento científico. Neste sentido, uma análise mais cuidadosa acerca da natureza do campo em que se realiza a produção do conhecimento acadêmico nos permite desconstruir em parte tal argumento.

Pierre Bourdieu (1994), em seu estudo sobre o campo científico, rejeita a ideia de que uma comunidade científica é regida apenas pelas normas e disputas restritas ao universo epistemológico, campo em que se daria a produção de um conhecimento desinteressado, motivado somente pelos imperativos intelectuais colocados a partir do “problema da verdade”. Ao contrário, Bourdieu considera o universo científico como um campo social igual aos demais, *locus* privilegiado de manifestação das disputas de forças específicas, que se dão por meio de lutas e estratégias que são definidas e redefinidas a partir da posição dos agentes dentro das estruturas historicamente determinadas do campo, visando a consecução de interesses e lucros igualmente específicos. Deste modo, para o sociólogo francês, qualquer análise a ser empreendida sobre o campo científico deve levar em consideração tanto a dimensão propriamente epistemológica quanto a dimensão política das disputas colocadas em jogo. Segundo Bourdieu (1994):

[...] o campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (p. 122-123).

No bojo da disputa pela competência e autoridade científica ocorrida no interior do universo acadêmico, os agentes pautam suas ações estratégicas considerando a estrutura da distribuição do capital específico que ao longo do tempo foi sendo construída e cristalizada a partir do contexto em que se realizaram as disputas das forças em jogo. Desta forma, de acordo com o autor, o campo científico:

[...] enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas (BOURDIEU, 1994:126).

Neste sentido, a própria estrutura do campo científico acaba por definir – não sem disputa, sempre desigual - as instâncias de legitimidade que se colocarão de modo dominante, definindo os “critérios de julgamento” e os “princípios de hierarquização” que determinarão as condições da disputa entre os diferentes grupos em conflito, determinação inexoravelmente político-ideológica. Depreende-se da afirmação antecedente que a questão dos artifícios do jogo da luta científica representarem e manifestarem as relações desiguais de poder entre seus agentes em certo período histórico, implica também em que as condições de realização das atividades propriamente científicas – ou seja, a própria definição de ciência, a limitação de seu campo de problemas, métodos e teorias que podem ser considerados científicos - esteja em conformidade com os interesses específicos do grupo que detém a primazia no campo acadêmico. Destarte:

[...] uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente irreconhecível, da representação dominante do mundo social” (BOURDIEU, 1994:148).

Ao colocar-se explicitamente ao lado e à serviço de projetos populares emancipatórios de transformação social, definição que parte da observação da negatividade da realidade social totalizante e que termina por fundamentar ideologicamente o ponto de partida de suas práticas e discursos, a pesquisa participante reconhece e expressa de modo contundente as disputas de poder engendradas tanto no seio de uma estrutura social marcada por uma rígida

hierarquização, quanto no interior mesmo do universo científico. Ao fazê-lo, nega que seja possível concebermos a ciência moderna como algo abstrato, em que o “conhecimento em si” fosse sua única finalidade. Além disso, ela se propõe a responder questões que a nosso ver são fundamentais a qualquer pesquisador que se destina a investigar a realidade social: “Qual é o tipo de conhecimento que queremos e precisamos? A que se destina o conhecimento científico e quem dele se beneficia?” (HAGUETTE, 2010:156).

Procedendo de modo a negar por completo a possibilidade de separação entre sujeito e objeto de pesquisa, a pesquisa participante também pode vir a contribuir criticamente com questões relacionadas à dimensão ética e política das pesquisas de campo, pois reconhece que em qualquer interação mediadora entre sujeitos “[...] há um campo complicado de conflitos e resistência, que se expressa através da educação. Que se expressa também através de símbolos, de estruturas de relação, de situações práticas e de processos que têm a ver com a reprodução do saber” (BRANDÃO, 1984:174). É sobre este conjunto de questões metodológicas advindas das práticas de pesquisa participante que pretendemos nos deter a seguir.

1.3.3 Reflexão metodológica: a dimensão ética e política das pesquisas participantes

Talvez a questão mais controversa e debatida no interior das práticas, reflexões e discursos sobre a pesquisa participante esteja relacionada com a natureza da participação realizada tanto pelo pesquisador que se insere em certa prática social popular, quanto pelos diferentes níveis de envolvimento dos agentes populares no processo de pesquisa. Isto se deve à dupla ruptura proporcionada por estas duas vias de participação em relação ao paradigma positivista, o qual ancora a legitimidade do conhecimento científico produzido aos princípios epistemológicos da neutralidade e da objetividade da ciência: por um lado, o engajamento político-ideológico do pesquisador e seu compromisso ético com projetos populares de transformação social, e por outro, a interferência do “objeto” de pesquisa nas etapas de sua construção, comprometeriam o rigor e a cientificidade da investigação.

No que diz respeito à questão do envolvimento político do pesquisador acadêmico com as ações e projetos dos sujeitos de seu estudo, considerando-se as implicações dialéticas existentes em muitos casos entre pesquisa e intervenção, ainda que concordemos que o “[...] trabalho de partilha na produção social de conhecimentos não significa o direito a pré-ideologizar partidariamente os pressupostos da investigação e a aplicação de seus resultados”

(BRANDÃO; BORGES, 2007:55), estamos em acordo com Maria Waldenez de Oliveira (2009), para quem:

[...] o compromisso ético e social é ponto de partida e chegada. Falo de um compromisso com a melhoria das condições de vida e saúde da população brasileira, na busca da equidade, do respeito à vida e da dignidade das pessoas, da valorização do saber e cultura populares, da inclusão e controle sociais e da superação de todas as formas de desigualdade e discriminação. O retorno à comunidade dos ganhos ou resultados desses trabalhos não se dá, exclusivamente, no terreno do compartilhamento de informações, mas também na efetiva contribuição social, que deve ser anunciada na justificativa do trabalho, prevista na metodologia e verificada em seus resultados (p. 317).

Se a relação ética e política intencionada pelo pesquisador junto à grupos ou indivíduos oprimidos representa um dos elementos metodológicos fundamentais das pesquisas participantes, constituindo-se como característica comum às experiências latino americanas realizadas neste campo de atuação, a forma e o nível de participação dos sujeitos de pesquisa no decorrer de seu processo de edificação são tratados de modo deveras diverso na literatura específica ao tema. De acordo com Haguette (2010), em algumas experiências e definições de pesquisa participante, a participação efetiva dos grupos e indivíduos estudados em todas as etapas da investigação científica é concebida enquanto princípio essencial deste tipo de pesquisa, servindo deste modo como critério ontológico de discriminação entre as diferentes experiências de estudo. Em nosso caso, compartilhamos da posição de Brandão (1983), o qual substantiva a ideia de participação da seguinte forma:

Quero insistir aqui que a questão fundamental não é a da participação de setores populares em atividades de produção científica de conhecimento social. É a da determinação de como aqueles que podem produzir cientificamente tal conhecimento colocam o seu trabalho participando de projetos de efetivo interesse político das classes populares, para que a participação não seja um artil, mas um serviço. Desde que o horizonte do pesquisador/educador seja o do poder das classes populares e, conseqüentemente, o da realização de transformações estruturais a partir do trabalho político de tais classes, é necessário reconhecer que conjunturas e momentos diferentes definem estratégias diversas de prática de produção social do conhecimento junto às classes populares (p.69).

No entanto, mesmo reconhecendo que as práticas de pesquisa participantes realizadas junto aos grupos populares possam assumir formas distintas e específicas de acordo com a conjuntura histórico-cultural experimentada, acreditamos que alguns aspectos relacionados ao fazer pesquisa merecem ser colocados e debatidos neste texto que se propõe a problematizar e

anunciar questões relativas ao repertório metodológico das pesquisas qualitativas em ciências humanas. Estamos nos referindo ao papel da convivência metodológica, do reconhecimento à legitimidade do conhecimento popular e da construção dialógica do saber no processo de investigação científica (OLIVEIRA, 2009). Acreditamos que tais aspectos se implicam mutuamente no fazer ciência, e, se juntarmos a eles o preceito formulado por Brandão (1983) com relação à participação da prática científica no trabalho político dos grupos populares, nos aproximaremos de nossa própria concepção de pesquisa participante.

Compartilhar desejos e sonhos de transformação do mundo com outras pessoas exige, em nosso entendimento, uma aproximação intensa com este *outro* que está para além de nossa própria realidade, para que seja possível o estabelecimento de laços recíprocos de confiança, solidariedade e acolhimento entre pessoas sócio culturalmente distintas. Neste sentido, uma pesquisa participante deve prever em sua metodologia de trabalho a disposição do pesquisador ao ato de conviver de um modo próximo e comprometido com os colaboradores de sua investigação, de modo a que seja possível melhor compreender as nuances e especificidades das ações e relações cotidianas vivenciadas por eles em sua própria realidade social. Segundo Oliveira (2009):

Na convivência, somos incitados e incitadas a procurar e respeitar as diversas manifestações espirituais, materiais e culturais. No encontro com grupos populares tem-se a fala da população, que é quem sabe da vida que vive, e a fala do técnico, que é um saber também de vida, mas recortado pela técnica, pela ciência, pela escolaridade. A relação com o tempo, com o dinheiro, com o consumo é diferente. Reconhecer que somos diferentes não deveria redundar em posturas inferiorizadoras por parte de quaisquer grupos ou pessoas (p. 314-315).

A convivência pode significar, portanto, a possibilidade de reconhecimento e respeito à alteridade representada pelo outro. Tal apontamento nos remete à questão da consideração do saber popular enquanto uma outra forma legítima de construção do conhecimento. Questionando a dificuldade que diversos pesquisadores e outros profissionais que trabalham junto aos grupos populares encontram em interpretar como tais pessoas pensam, percebem e agem no mundo, Victor Valla (1996) afirma que tal dificuldade está intimamente relacionada à uma postura costumeiramente adotada por eles de não aceitar a possibilidade de que os moradores da periferia e outros segmentos populares são capazes de produzir conhecimento que sirva para interpretar e explicar a realidade.

Ainda neste sentido, Valla (1996) nos alerta para o risco de nos arrogarmos o direito de

nos tornarmos tutores dos grupos populares ao desconsiderarmos sua capacidade crítica de análise da realidade – ou considerarmos tal capacidade insuficiente -, julgando as atitudes – ou a falta de atitude - desta população frente a determinada situação como comportamento que denotaria conformismo e passividade. Uma outra dificuldade apontada pelo autor em nossa crise de interpretação acerca de tais grupos se referiria à incapacidade que temos em compreender não apenas o que está sendo dito por eles, mas também o ponto de partida de suas próprias formulações, ou seja, nos faltaria compreender melhor as suas falas em relação a certa experiência de vida, a qual orienta as formas das pessoas estarem e agirem no mundo. Conforme escreve Valla (1996):

Os saberes da população são elaborados sobre a experiência concreta, a partir de suas vivências, que são vividas de uma forma distinta daquela vivida pelo profissional. Nós oferecemos nosso saber porque pensamos que o da população é insuficiente e, por esta razão, inferior, quando, na realidade, é apenas diferente (p. 179).

De nossa parte, partilhamos do entendimento de que a relação estabelecida entre diferentes sujeitos no bojo de uma pesquisa participante, expressa na construção de um conhecimento crítico que advém do encontro de subjetividades e do exercício de intersubjetividade, deve implicar necessariamente a busca pela construção e consolidação de relações dialógico-comunicativas⁷. Tais relações encontram terreno fértil para se desenvolverem no decorrer do próprio processo de pesquisa e intervenção, vivenciado a partir de uma “[...] cuidadosa e paciente inserção dos pesquisadores na comunidade, na instituição, no espaço social, num conviver, realizado em interação e confiança” (OLIVEIRA et al, 2009:10). É por isto que, a nosso ver, uma das condições essenciais para que o diálogo possa ocorrer de modo a propiciar a efetiva aproximação entre sujeitos, seja a disposição mútua de acolhimento e respeito presentes nas posturas e atitudes desempenhadas por cada um dos polos da relação comunicativa. Neste sentido, em acordo com Maria Luiza Schmidt (2006):

A composição de saberes, a construção de interpretações, a transposição de distâncias sociais, culturais e psicológicas que o diálogo pode produzir dependem das posições dos protagonistas da pesquisa: transformação e confrontação de identidades e alteridades no interjogo de diferenças são a atmosfera do diálogo. Estas posições resultam da negociação de atitudes e valores e das relações de poder envolvendo a distribuição democrática dos lugares de escuta, fala e ação no decorrer da pesquisa de campo, as formas de

⁷ Segundo Paulo Freire (2006), “A comunicação [...] implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isto, não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. [...] O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo (p. 67).

apropriação e destinação do saber elaborado e a apreciação de efeitos de dominação e de emancipação do conhecimento e sua divulgação (p. 36).

Por se tratar de um fenômeno essencialmente intersubjetivo de e na construção humana do mundo objetivo, o diálogo entre as pessoas não pode partir de uma situação opressora que implique dominação de uns sobre outros, a negação do direito dos homens e mulheres pronunciarem suas próprias palavras. Enquanto ato de criação e recriação do mundo, o diálogo se instaura como situação gnosiológica (incidência do ato cognoscente dos sujeitos sobre o objeto cognoscível que os mediatiza) e se realiza como um ato de amor e humildade entre os seres humanos (FREIRE, 2011a).

Ao analisar o diálogo enquanto fenômeno humano e sua relação com a prática de uma educação libertadora (e portanto problematizadora, não bancária), Paulo Freire (2011a) encontra na palavra a própria essência deste fenômeno. Identifica no ato contínuo e dialético dos homens de ação e reflexão sobre o mundo a fim de transformá-lo os dois elementos constituintes da palavra verdadeira. Ou seja, é somente na *práxis* que a palavra humana pode se revelar enquanto forma verdadeira de pronunciar o mundo, *práxis* esta que não se realiza a partir da relação individual estabelecida entre homens e mulheres com o mundo, mas por meio da comunhão e do diálogo humano mediatizados pelo mundo objetivo. Deste modo, no trabalho de pesquisa participante:

Ao se realizar trabalhos na busca do diálogo com o outro, tendo o compromisso ético e social como ponto de partida e chegada, aprende-se a convivência e, com ela, a gostar de si e da vida. Aprende-se pessoalmente e profissionalmente e, com isso, ganha-se não só em experiência, mas também com a riqueza do conhecimento construído (OLIVEIRA, 2009:318).

1.4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA UTILIZADOS NA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados da pesquisa apresentados nas seções a seguir foram obtidos por meio da análise dos dados primários e secundários auferidos no decorrer do processo de investigação. Em relação aos dados secundários, utilizei-me dos trabalhos acadêmicos e das pesquisas socioeconômicas realizados tendo como referência o bairro do "Gonzaga", além dos relatórios técnicos elaborados pelo NUMI-ECOSOL acerca dos projetos desenvolvidos neste mesmo bairro entre os anos de 2008 e 2012. Já os dados primários utilizados na análise provém da utilização de duas fontes distintas de construção: a *sistematização* (JARA-HOLLIDAY, 2006) de dois processos vivenciados a partir de minha própria experiência empírica de atuação

profissional no fomento à criação e consolidação de iniciativas econômicas populares no Jardim Gonzaga, ocorridos durante 2008 e 2012; e o *trabalho de campo* (BOGDAN; BIKLEN, 1994) realizado no período compreendido entre os dias 20 de agosto e 05 de novembro de 2012.

A utilização da sistematização de experiência como forma de obtenção de dados primários relevantes para uma análise mais acurada do fenômeno investigado tem como referência os escritos de Oscar Jara-Holliday (2006), o qual entende que: "A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do projeto vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque fizeram desse modo" (p. 24). A sistematização implica, necessariamente, dois níveis de formulação: um **descritivo**, que permite por meio da reconstrução do processo da experiência, objetivar o vivido; outro **interpretativo**, que busca obter a compreensão crítica do sentido da experiência vivida. Jara-Holliday afirma que a sistematização permite, além de uma compreensão de maior alcance das experiências realizadas e da socialização dos conhecimentos advindos delas, a realização de reflexões teóricas mais generalizantes (p. 29-37).

Com relação à coleta de dados realizadas via trabalho de campo, podemos distinguir dois espaços de nossa participação e observação nas atividades gestonárias do Banco Nascente: o primeiro refere-se ao espaço formal de discussão e deliberação do banco comunitário, representado pelas reuniões esporádicas realizadas por seu Conselho Gestor durante o período decorrido; o segundo diz respeito ao trabalho relacionado à dinâmica ordinária de funcionamento do banco, que compreendeu as atividades cotidianas nas quais os agentes de crédito estavam corriqueiramente envolvidos durante o desenvolvimento de seus trabalhos, tais como reuniões de planejamento das atividades semanais, períodos destinados à recepção e atendimento dos moradores que recorriam ao banco e também à realização de atividades administrativas, bem como outros momentos de discussões e conversas provenientes da convivência no dia a dia do espaço de trabalho. Utilizamos como instrumento de registro e sistematização das informações obtidas o *diário de campo* (BOGDAN; BIKLEN, 1994), obtido por meio da tomada de notas de campo durante as atividades vivenciadas pelos agentes de crédito do Banco Nascente durante seu período semanal de funcionamento. Foram elaborados ao todo dezenove diários de campo durante o período de realização da coleta de dados. Convém ressaltar que previamente ao início da tomada de notas de campo, realizamos

um diálogo com os três agentes de crédito do Banco Nascente para apresentarmos a pesquisa que seria desenvolvida e pedirmos autorização para realizarmos as anotações de campo, a qual nos foi concedida. Após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCAR, todos os sujeitos da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando formalmente a utilização dos dados registrados em diário de campo⁸.

No tocante à análise dos dados obtidos, utilizamos técnicas de pesquisa inspiradas na fenomenologia, com o objetivo de obter a compreensão dos significados de fenômenos que se mostram de maneira situada, e cujo “[...] foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados” (MARTINS; BICUDO, 1989:23). Em nossa pesquisa, buscamos interpretar e compreender os processos de conhecimento experienciados pelos agentes de crédito do Banco Nascente a partir da utilização de duas perspectivas conjugadas: uma de primeira ordem, em que “[...] a experiência de um determinado aspecto da realidade é tida como uma relação entre aquilo que é *experienciado* e aquele que está *experienciando*”, e outra contextual, partindo da ideia de que seja possível compreender os fenômenos partindo do modo “[...] como ele se relaciona com as demais entidades com as quais está no contexto onde aparece” (MARTINS; BICUDO, 1989:24). Deste modo, seguimos os seguintes procedimentos para discutirmos, a partir da análise das descrições encontradas tanto nas sistematizações de experiência como nos diários de campo, as questões colocadas pela pesquisa:

(1) o pesquisador precisa ler a descrição de princípio a fim de modo a familiarizar-se com o texto que descreve a experiência vivida [...] (2) o pesquisador marca ou põe em evidência os significados na descrição. Isto quer dizer que ele está diferenciando as partes nas descrições. Nessa operação, todos os dados são cuidadosamente tratados. Essa não é uma fase rígida, pois é possível que diferentes pesquisadores indiquem diferentes significados, de acordo com suas perspectivas e interrogações [...] (3) Procedendo deste modo, o pesquisador obtém uma “unidade de significação”. Essa unidade é, então, uma parte da descrição cujas frases se relacionam umas com as outras, indicando momentos distinguíveis na totalidade da descrição; (4) o pesquisador reagrupa os constitutivos relevantes para poder chegar a uma análise da estrutura do fenômeno (MARTINS; BICUDO, 1989: 95).

Em nosso caso, realizamos este reagrupamento dos “constitutivos relevantes” do fenômeno interpretado a partir da depuração, proporcionada pelas leituras das sistematizações

⁸ O parecer de aprovação concedido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCAR, assim como o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos colaboradores estão presentes, ao final no texto, nos anexos A e B.

e dos diários de campo, de algumas categorias gerais mais relevantes para chegarmos às respostas aproximadas à nossa questão de pesquisa. Tal exercício foi realizado por meio do levantamento e interpretação das unidades de significado identificadas nas descrições de campo e do reconhecimento de seus aspectos convergentes e divergentes.

As unidades de significado (US) utilizadas de maneira substantiva durante a discussão das categorias de análise, bem como as sistematizações de experiência (SE) e os diários de campo (DC) das quais elas foram retiradas, estarão identificadas entre parênteses após cada citação realizada, por meio da correspondência de siglas e de números romanos (para diários de campo e sistematização de experiência) ou arábicos (para as unidades de significado), a saber: as sistematizações de experiência ou os diários de campo nos quais se encontram as unidades de significação estarão representadas por já mencionada sigla, seguidas de número romano próprio à sistematização ou diário de campo utilizado (SE I, SE II, DC I, DC II, etc.); após hífen, temos a identificação das unidades de significação e do número correspondente à unidade citada no trecho do texto (US1, US2 etc.). Deste modo, a título de exemplo, a terceira unidade de significação extraída do diário de campo número 8 estaria assim identificada: (DC VIII - US3). Em cada sistematização de experiência ou diário de campo elaborado, as unidades de significação encontram-se grifadas e seguidas da mesma representação descrita acima, **em negrito**, excluindo-se apenas a identificação do respectivo diário de campo (**US1, US2, etc.**).

Cumprе salientar que após experiência de interpretação preliminar dos dados, dialogamos com os sujeitos da pesquisa acerca dos resultados parciais da análise apresentada, pois partimos do entendimento que a revisão conjunta de relatos de campo e textos interpretativos permite, por um lado, que os colaboradores de pesquisa intervenham “[...] com suas demandas de esclarecimento, fidelidade, respeito ou solidariedade às suas formas de vida” e, por outro, “[...] que a co-autoria pode se afirmar como uma consequência mais radical da pesquisa como diálogo” (SCHMIDT, 2006:38). Por motivos éticos, os colaboradores da pesquisa, bem como as pessoas citadas por eles em suas falas, tiveram seus nomes reais substituídos por nomes fictícios no decorrer do texto, nas sistematizações de experiência e nos diários de campo.

1.5 APRESENTAÇÃO DOS COLABORADORES DA PESQUISA

Visto que esta investigação se propôs a compreender os processos educativos que

decorrem da experiência gestonária de um banco comunitário atuante na periferia de São Carlos/SP, nosso maior interesse esteve sempre relacionado à observação e participação nas atividades cotidianas do empreendimento, as quais eram vivenciadas e experimentadas basicamente pelos agentes de crédito do banco, seja entre si, seja em suas relações com os moradores do “Gonzaga”. Deste modo, a escolha destes agentes de crédito enquanto colaboradores de nossa pesquisa se justifica pelo papel central que eles possuem no contexto de realização das atividades profissionais desta iniciativa financeira de Economia Solidária. Durante o período de coleta de dados via trabalho de campo, realizado entre os dias 20 de agosto e 05 de novembro de 2012, as atividades de gestão do Banco Comunitário Nascente eram atribuídas aos agentes de crédito João, Irene e Adriana.

João tem 55 anos, e mora com a esposa e os sete filhos em uma casa no Jardim Cruzeiro do Sul, bairro localizado na região sul do município de São Carlos e cuja ocupação inicial se deu no final da década de 1950, constituindo-se a partir desta época enquanto loteamento popular voltado em sua grande parte à moradia da camada pobre e trabalhadora do município de São Carlos. Funcionário aposentado de uma grande empresa multinacional, João se aproximou do banco comunitário no início de 2012, por meio de sua participação nos cursos de sensibilização e formação em economia solidária e bancos comunitários realizados pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL/USP), nos dias 14 e 21 de janeiro, em São Carlos. Ele e sua esposa estiveram presentes em tal encontro devido, entre outros motivos, à sua relação catequista com a Paróquia Madre Cabrini e à participação e apoio do padre responsável pela Paróquia à constituição do banco comunitário no bairro. A partir de então, João passou a acompanhar e colaborar sistematicamente com o processo de planejamento e implantação do Banco Nascente, e não foi surpreendente sua demonstração de interesse em participar do edital público que selecionaria dois agentes de crédito para trabalharem no banco comunitário. Primeiro colocado no processo seletivo, João passou a atuar, a partir de março de 2012, enquanto agente de crédito do Banco Nascente, atividade que desempenhou até o mês de novembro do mesmo ano.

Irene, 33 anos, veio com a família de São Paulo para São Carlos ainda criança, passando sua infância e adolescência no "Gonzaga". Após mudar para Campinas e lá permanecer durante alguns anos de sua juventude, retornou para o bairro já com família própria constituída, a qual é atualmente formada pelo marido e seus três filhos. Conhecemos Irene durante as assembleias populares realizadas entre os moradores do "Gonzaga" durante

ano de 2011, as quais foram efetuadas com o objetivo de discutir e organizar as reivindicações relacionadas às necessidades de melhoria das condições estruturais e de funcionamento dos equipamentos públicos do bairro. A partir de sua participação no referido processo político, o qual culminou na tentativa de rearticulação da Associação de Moradores local, foi indicada para ocupar a presidência da chapa que concorreria à diretoria da associação. Retirada de última hora do cargo pelos membros da própria chapa, por questões políticas até hoje pouco esclarecidas, Irene acabou se destacando no decorrer de nossa vivência no bairro por conta de sua postura crítica e combativa, personalidade que, entre outras motivações, nos fez convidá-la para atuar de forma remunerada enquanto agente de desenvolvimento local, permitindo que trabalhasse a partir de então no processo de estruturação do banco comunitário no "Gonzaga". Em março de 2012, foi contratada pelo NESOL/USP como agente de crédito do Banco Nascente, permanecendo na função até os dias atuais.

Aos 40 anos de idade, Adriana precisou aprender repentinamente a lidar com sua nova condição de avó, após uma de suas filhas ter concebido um menino no final de 2011. Moradora do "Gonzaga" desde sua infância e mãe de cinco filhos, ela ainda reside provisoriamente com eles na casa de seu ex-marido, apesar dele próprio residir em outro bairro da cidade. A história de Adriana no "Gonzaga" está, em parte, intimamente ligada ao histórico de tentativas de mobilizações comunitárias engendradas por seus moradores a partir do final da década de 1990, destacando-se neste contexto por sua importante participação e militância no processo de constituição de iniciativas de Economia Solidárias no bairro, iniciado desde a fundação da COOPERLIMP, em 1998. Quando a conhecemos, além de fazer parte do quadro de associados da cooperativa, ela também atuava como agente ambiental no bairro e, por sua grande experiência e envolvimento nos assuntos comunitários, se tornou para nós uma pessoa de referência quando o assunto se relacionava com a organização coletiva local. Adriana participou efetivamente de todo o processo de implantação do Banco Nascente, desde as primeiras reuniões realizadas ainda em articulação com a diretoria da COOPERLIMP, até os dias atuais, em que trabalha como agente de crédito do banco comunitário. Com o fim da cooperativa, ela passou a dividir seu tempo de trabalho entre as atividades desempenhadas no Banco Nascente e aquelas correspondentes à produção e comercialização do empreendimento solidário de fabricação de produtos de limpeza, o LimpSol.

2 REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL DA PESQUISA: EDUCAÇÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E BANCOS COMUNITÁRIOS

2.1 EDUCAÇÃO, EXPERIÊNCIA E CULTURA

Situando os seres humanos enquanto seres ontologicamente históricos, e que portanto se constituem e se diferenciam dos entes naturais ao se reconhecerem intersubjetivamente na própria criação e recriação de um mundo comum, Ernani Maria Fiori (1986; 1991) estabelece uma relação dialética inexorável entre a objetividade mundana e a subjetividade humana: ambas compõem uma unidade existencial fundante que se desenvolve por meio da tensão entre o reconhecimento humano e subjetivo da objetividade histórica e as suas possibilidades, também históricas, de objetivação neste mundo, de uma existência que é manifestada a partir de uma práxis essencialmente intersubjetiva:

As manifestações objetivas do espírito não sucedem nem precedem ao espírito subjetivo. Historicamente, a subjetividade se constitui enquanto se manifesta na objetividade de um mundo comum: mundo em que o espírito subjetivo se objetiva e se reconhece intersubjetivamente, e que, dialeticamente, nesse reconhecimento, emerge e se constitui (FIORI, 1991:84).

Na perspectiva de Fiori, ao falarmos de culturas humanas, das dinâmicas que lhe são próprias e que correspondem ao movimento ininterrupto de sua criação e recriação, bem como para melhor compreendermos suas dimensões constituintes, é fundamental situarmos o papel dos seres humanos no processo de construção do mundo, no qual estabelecemos com a realidade concreta uma relação dialética entre objetivação e subjetivação humanas, comportamento corpóreo-mundano existencial e significação mundana. Podemos dizer, portanto, que tanto homens quanto mulheres, ao mesmo tempo que se conscientizam do mundo ao se presentificarem nele, atribuindo-lhe sentidos no transcorrer do caminho aberto pelo estar sendo e agindo, asseguram a própria existência da realidade mundana. Assim sendo, se “[...] na imanência histórica, não constituímos uma objetividade própria, somente nossa, mas participamos de uma objetividade comum” (1991:69), então podemos crer que o processo histórico de construção das culturas humanas é necessariamente intersubjetivo, realizado a partir da comunicação das diferentes consciências humanas durante seu encontro em um mundo comum. Neste sentido, o autor encontra o cerne da questão da produção das culturas humanas nas relações recíprocas e ontologicamente estabelecidas na tríade ser humano/mundo/seres humanos, imbricados de maneira tão decisiva na inerência de suas

existências que não nos é possível sequer imaginar nossa própria condição humana destituída de qualquer um desses elementos: individualidade, coletividade e mundo comum. A produção da cultura humana resultaria, portanto, da colaboração recíproca dos homens e das mulheres na construção deste mundo comum, mundo em que é produzida a mediação histórica do reconhecimento recíproco de sua humanidade.

Para Fiori (1986; 1991), é no bojo desta elaboração histórico-cultural realizada pelos seres humanos, com a qual eles produzem simbólica e materialmente sua própria existência, em que encontramos a origem dinâmica e renovada de todo processo educativo. Pois, se partimos do pressuposto de que não existe uma natureza humana inata, dada *aprioristicamente*, também não poderíamos conceber o saber humano como algo extrínseco à sua própria experiência histórica. Ao contrário, o saber fazer e o fazer que se aprende se relacionam dialeticamente e de modo ininterrupto, a partir das condições históricas concretas para a realização e manifestação das atividades humanas:

A educação, pois, não transcorre fora do processo histórico-cultural, nem dentro dele; desenvolve-se ao lado de outras instâncias, em linhas paralelas de dinamismos autônomos. Ela se comensura à globalidade desse processo de elaboração da cultura toda, diverso em suas manifestações, porém unitário em seu sentido. Educação, aprendizagem, formação histórica do homem, equivale à produção da existência (FIORI, 1991:86).

Brandão (2002) é outro autor fundamental para tratarmos das relações inexoráveis entre educação e cultura, trazendo para o centro deste debate a dimensão simbólica da cultura humana, entendida num primeiro plano "[...] como um complexo de relações de significado capazes de conduzir tanto a lógica do pensar quanto as regras e os códigos de diferentes modalidades de participação na vida social" (p. 111). Desta forma, seguindo Marshall Sahlins⁹, Brandão busca construir uma abordagem antropológica da cultura, ao colocar em evidência a "[...] dimensão do significado que realiza a unidade entre a ação e a representação como sentido e codificação de sentidos da vida social" (p. 128). Elaborando a concepção de cultura como saber e sentido, o autor reconhece os seres humanos como sendo seres essencialmente do aprendizado, ou seja, da educação, qualidade que possibilitaria aos

9 Partindo da obra *Cultura e razão prática*, do antropólogo norte-americano Marshall Sahlins, Brandão (2002) afirma que: "Uma lógica simbólica opera de modo diferente e compreende a vida social como um todo, onde o poder de determinação do significado - logo, da própria lógica simbólica - opera diferentemente de uma sociedade para a outra, fazendo com que variem os modos e os locus essenciais de significação, mas subordinando todas as esferas e domínios de relações materiais e/ou sociais a si própria, cultura, como sistema (sistema cultural) e como lógica (a razão simbólica)" (p. 124).

indivíduos de nossa espécie fundarem sua própria condição humana no decorrer da vida cotidiana. Desta forma:

[...] tudo o que se passa no âmbito daquilo a que nos acostumamos a dar o nome de educação, acontece também dentro de um âmbito mais abrangente de processos sociais de interações chamado cultura [...] A educação é, também, uma dimensão ao mesmo tempo comum e especial de tessitura de processos e produtos, de poderes e de sentido, de regras e de alternativas de transgressão de regras, de formação de pessoas como sujeitos de ação e de identidade e de crises de identificados, de invenção, de reiteração de palavras, valores, ideias e de imaginários com que nos ensinamos e aprendemos a sermos quem somos e a sabermos viver com a maior e mais autêntica liberdade pessoal possível os gestos de reciprocidade social que a vida social nos obriga (BRANDÃO, 2002:25).

Fazedores de sua própria história, os seres humanos agem, refletem, sentem, significam e se relacionam intencionalmente a partir de suas experiências cotidianas de vida, construídas junto àqueles que compartilham este fazer histórico em certo espaço/tempo. Neste sentido, as práticas sociais, ao proporcionar o encontro intersubjetivo e inter subjetivante de homens e mulheres no decorrer da práxis histórica, permitem também o desenrolar do processo ininterrupto de constituição das identidades individuais e coletivas dos atores sociais envolvidos nestas práticas. A partir do respeito à alteridade, aos diferentes modos de ser e de agir das pessoas, mas tomando-as dentro do contexto das relações materiais e simbólicas que estruturam uma realidade social e cultural comum, as diversas práticas sociais levadas à cabo por pessoas e grupos acabam por promover a própria formação humana para a vida em sociedade, formação esta que se traduz na possibilidade do encontro intersubjetivo no qual se compartilham, transmitem, reproduzem e ressignificam os valores, os conhecimentos, as tradições e as atitudes manifestadas durante o viver.

Deste modo, partilhamos o entendimento dos pesquisadores e pesquisadoras da linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/ UFSCAR), de que processos educativos são inerentes e decorrentes de práticas sociais vivenciadas e constituídas por e entre indivíduos e/ou grupos no seio de certo meio social, nas quais se colocam, a partir da experiência vivida com o outro no contexto de mundo, as possibilidades de construção recíproca tanto das identidades individuais quanto das identidades coletivas (OLIVEIRA et al, 2009). Em acordo com esta comunidade científica de trabalho, as práticas sociais são fundadas no bojo do processo histórico-cultural experienciado pelos seres humanos,

constituindo-se e sendo forjadas nas relações estabelecidas entre homens e mulheres na produção de sua própria existência material e simbólica. Tais práticas manifestam-se inevitavelmente a partir de um certo contexto e, portanto, social e culturalmente específico, sendo construídas nas relações tecidas entre as pessoas, entre estas e sua comunidade de pertencimento, bem como entre pessoas e grupos, grupos entre si, e nas relações existentes entre tais agrupamentos e o todo social tomado de uma maneira mais ampla. Ademais:

As práticas sociais se estendem em espaço/tempo construído por aqueles que delas participam seja compulsoriamente, seja por escolha política ou de outra natureza. Sua duração – permanência, desaparecimento, transformação - depende dos atores que as constroem, desenvolvem, mantêm, ou suprimem; bem como dos objetivos que com elas se quer atingir e do momento histórico. Os atores são participantes das relações sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, políticas e históricas, o que permite que se apropriem dos valores e comportamentos de seu tempo e lugar, lutando pela sua existência. Não são, portanto, essas pessoas, meros receptáculos das situações que ocorrem na sociedade na qual vivem (OLIVEIRA et al, 2009:06).

Situando o presente trabalho a partir de tal premissa, o conceito de Educação nos parece central nas análises decorrentes de tal posicionamento epistemológico, dado que neste caso a prática educativa não é tomada exclusivamente como restrita e inerente apenas às relações pedagógicas empreendidas no bojo do sistema educacional. Ao contrário, os conhecimentos são também edificados no interior de práticas sociais não escolares por meio da possibilidade exclusivamente humana de refletir criticamente sobre sua própria condição de pertencimento no mundo com os outros, pois, como já formulara Freire (2011b), "[...] nós nos tornamos hábeis para imaginativa e curiosa-mente 'tomar distância' de nós mesmos, da vida que portamos, e para nos dispormos a saber em torno dela" (p. 136).

Se voltamos às considerações de Fiori (1986; 1991) sobre a natureza do processo de aprendizado, intrinsecamente relacionada com o processo histórico de produção das culturas humanas, torna-se evidente as imbricações inexoráveis entre educação e cultura e, deste modo, as relações estabelecidas entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível deixam de se apresentar de modo apartado da experiência histórica dos seres humanos, passando a se constituir como elemento fundante de sua qualidade de sujeito no processo da cultura. Deste modo, podemos afirmar junto com Jorge Larrosa Bondía (2002) que:

[...] o saber da experiência se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando

sentido ao acontecer do que nos acontece. No saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece [...] Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude (p. 27).

Mas se, conforme foi nossa intenção argumentar, saber e cultura se fundem no bojo das experiências de homens e mulheres, dando sentidos múltiplos às diferentes instâncias simbólicas e materiais de realização da vida social, como compreender sua relação de condicionalidade mútua com o processo social de produção do símbolo, entendido por Brandão (2002) enquanto "[...] modos de pensar, saber, e criar códigos de orientação da conduta social socialmente produzidos em situações concretas, segundo tipos específicos de relações entre categorias de atores-autores" (p. 128)? Ou, formulando de outro modo, se conforme o transcorrer de cada processo histórico particular de produção/ reprodução material e simbólica do mundo, as diferentes formas culturais constituídas tendem a se afirmarem como sistema (sistema cultural) e como lógica (a razão simbólica), ambas condicionantes das outras esferas da vida social, como compreender a dimensão autônoma e transformadora das experiências individuais e coletivas, ocorridas dinamicamente no interior de um conjunto de práticas sociais culturalmente específicas, forjadas a partir do conjunto de sentidos e valores que lhes acompanham e que dão substância a tais práticas?

Joan Scott (1999) trabalha tal problemática abordando-a como uma questão "[...] acerca da natureza construída da experiência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, constituídos de maneiras diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada acerca da linguagem (ou discurso) e da história" (p. 26). De acordo com a autora, a compreensão crítica da experiência *do outro* requer sua completa historicização, no sentido de promover o entendimento do modo como tais experiências foram historicamente construídas, bem como da extensão e da lógica das práticas normativas que operam no meio social:

Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a

experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz (SCOTT, 1999:27).

Analisando tal questão a partir da existência e do funcionamento histórico de sistemas ideológicos estabelecidos, Scott questiona as categorias fixas e imutáveis produzidas por tais sistemas simbólicos (homossexual/ heterossexual, homem/ mulher, negro/ branco), os quais atuam diretamente na construção das identidades dos sujeitos e condicionam em parte suas experiências. De acordo com a autora, os "[...] sujeitos são constituídos discursivamente, mas existem conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles" e, portanto, "[...] a experiência não acontece fora de significados estabelecidos, mas não está confinada a uma ordem fixa de significados" (p. 42). Em sentido similar, Brandão (2002) afirma que, antes de modelos prestabelecidos e implacavelmente impositivos de ordenação da conduta social dos participantes de uma cultura, as normas e padrões sociais funcionam como uma espécie de arbítrio no jogo social, por meio do qual acontecem "[...] as relações de troca entre diferentes categorias de sujeitos, atores sociais que, sob condições diversas e em diferentes campos de relações, articulam as mesmas normas e padrões em infinitas diferentes combinações" (BRANDÃO, 2002:223). As relações de saber e de poder, neste caso, ao invés de se relacionarem de maneira uniforme e mecânica com as normas e os padrões culturais historicamente constituídos, circulam continuamente das "[...] condições sociais de produção e reprodução da cultura, para as relações de poder da cultura no atribuir sentido a essas próprias condições e aos processos através dos quais ela se realiza" (p. 219). Ambas se realizam, portanto, na unidade entre processo social e o sentido do processo, ou melhor, nas complexas e densas dimensões da própria cultura:

Sabemos todos que na sociedade complexa culturas são plurais entre classes, entre seguimentos de classes e entre categorias de segmentos, porque no seu interior as condições sociais de recriação da vida e da ordem simbólica da vida social são igualmente complexas e regidas pela reprodução de *diferenças*, ora mais, ora menos diretamente associadas à reprodução de *desigualdades* que são a própria condição de uma sociedade como a brasileira. A partir de quando tipos diferenciados de atores sociais ocupam posições diversas na escala das relações entre o homem e a natureza e dos homens entre si; a partir de quando diferencialmente - inclusive do ponto de vista do poder *de* - diversas categorias de atores sociais participam do trabalho simbólico de atribuição de sentido à própria prática; desde quando, finalmente, na configuração da diferença de tais possibilidades e das que delas derivam, categorias de sujeitos estabelecem, significam e consagram modos próprios de viver a/na sociedade, criam-se e se reproduzem culturas específicas, diferentes, desiguais. *Diferença*: a conquista do poder de engendrar o *próprio* como significado. *Desigualdade*: a reprodução da

diferença de poderes que redefine o próprio como *apropriado e expropriado* (p. 229).

Conforme vimos anteriormente, a unidade dialética e inexorável estabelecida entre subjetivação e objetivação humana se apoia na mediação histórica do reconhecimento recíproco dos seres humanos no mundo (intersubjetividade), ao mesmo tempo em que tal mediação é conformada por estruturas simbólicas e materiais que dão forma às distintas sociedades humanas. Na medida em que a incomensurável diversidade de experiências humanas é em um só tempo produto, produtora e reprodutora das formas culturais diferencialmente constituídas no processo histórico (intra e inter socialmente), somente quando inserimos e problematizamos tais *diferenciações* enquanto posições relativas de poder, traduzidas nas condições relativas e hierárquicas de *desigualdade* entre os seres humanos no ato de criação e significação do mundo e de suas identidades individuais/ coletivas, podemos compreender de modo mais adequado o sentido político de todo e qualquer processo educativo, bem como seu caráter essencialmente sociológico.

2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: CONTEXTO CONTEMPORÂNEO E APORTES TEÓRICOS

Entre os anos de 2010 e 2012, segundo dados recentemente divulgados pelo Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES)¹⁰, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/ MTE), foram mapeados em todo o território nacional 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)¹¹, atuantes nas áreas de troca de produtos ou serviços (2,2%), produção (56,2%), comercialização (13,3%), prestação de serviços ou trabalho a terceiros (6,6%), poupança, crédito ou finanças solidárias (1,7%), e também de consumo e uso coletivo de bens e serviços pelos sócios (20%), envolvendo em tais iniciativas um total de 1.423.631 pessoas (das quais 56,4% homens e 43,6% mulheres). Em relação à distribuição regional dos EES mapeados pelo SIES, percebe-se maior concentração de EES no Nordeste do país (40,8%), seguido pela região Sul (16,7%), Sudeste (16,4%), Norte (15,9%) e Centro Oeste (10,3%). Ao olharmos especificamente para a região em que é desenvolvida a presente pesquisa (Sudeste), verificamos a predominância de EES informais (48,5%) ou legalizados sob a forma de

¹⁰ BRASIL, 2013.

¹¹ Para o SIES, Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações permanentes e supra familiares, singulares e complexas, formais ou informais, que realizam atividades econômicas e que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados.

associações (40,6%); ainda em relação à região sudeste, os dados do SIES indicam que a maior parte dos EES atua na área urbana dos municípios (61%).

Além dos dados apresentados pela base de informações do SIES, outro fator que indica a relevância atual do fenômeno da Economia Solidária no Brasil refere-se ao número cada vez maior de *Políticas Públicas* voltadas ao seu fomento e desempenhadas nos níveis municipal, estadual e federal de governo, contexto que deu origem à *Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária* (FRANÇA FILHO et al, 2006). O caso emblemático desta expansão diz respeito à criação no ano de 2003, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, da própria *Secretaria Nacional de Economia Solidária*, responsável neste contexto por "[...] ampliar as políticas tradicionais do MTE voltadas exclusivamente para a relação de trabalho assalariado, agregando em seu escopo de atuação também as políticas voltadas ao trabalho cooperado e associado e os respectivos direitos referentes a este tipo de trabalho" (FREITAS, 2012:01). Ainda de acordo com Mariana Machitte de Freitas (2012), que buscou em sua pesquisa compreender o processo de criação e o grau de institucionalidade das Políticas Públicas de Economia Solidária nos dois governos Lula (2003-2010), a despeito desta modalidade de política pública estar à margem da estratégia central do governo petista, ela "[...] conseguiu, a partir de sua existência, articulação e visibilidade, fazer com que o fomento às iniciativas de Economia Solidária ganhassem campo dentro das outras políticas desenvolvidas por outros ministérios e órgãos federais" (p. 115-116). Neste sentido, as articulações realizadas pela SENAES visando a promoção da intersetorialidade da política pública de Economia Solidária no governo federal levaram a que 27 ministérios, 3 bancos públicos, 4 fundações públicas, 1 empresa pública e 1 empresa de capital aberto sob controle majoritário do governo (Petrobrás) apoiassem ou executassem políticas para este setor. No entanto, paradoxalmente, Freitas (2012) conclui sua análise afirmando que "[...] as políticas públicas de Economia Solidária são ainda políticas frágeis. Não possuem resultados compreensíveis para a sociedade, possuem baixo grau de reconhecimento dentro do MTE e do governo e baixa institucionalidade, em termos amplos" (p. 186).

Ainda neste quadro de apresentação mais geral acerca das práticas contemporâneas de Economia Solidária no Brasil, cumpre destacar a presença e o papel desempenhado pelas *Entidades de Apoio e Fomento* (EAF) e pelos *Fóruns* de auto-organização política dos atores que compõem o movimento de Economia Solidária (FRANÇA FILHO, 2006:57-71). As EAF

referem-se às organizações coletivas que promovem ações de formação, pesquisa, assessoria técnica e qualificação junto aos EES. Destacam-se no cenário nacional a Cáritas Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), a Fundação Unitrabalho e a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Já os Fóruns se constituem como espaços de organização e articulação política do movimento de Economia Solidária, em sua busca pelo reconhecimento público de sua condição de ator político de expressão coletiva. O marco inicial de atuação política dos Fóruns de Economia Solidária se deu a partir de junho de 2003, quando durante a III Plenária Nacional do movimento foi fundado o *Fórum Brasileiro de Economia Solidária* (FBES). A partir de então, o FBES tem estimulado a estruturação de fóruns em diversos níveis de escala (municipal, regional e estadual), os quais se organizam democraticamente por meio de reuniões plenárias deliberativas e de secretarias executivas responsáveis pelo desenvolvimento das atividades operacionais. Segundo França Filho (2006), para além de oferecer um espaço democrático para discussão entre os atores da Economia Solidária, os fóruns possuem como objetivo "[...] tornar mais legítimo o campo da economia solidária ao tentar fortalecer seu desenvolvimento [...] Ao mesmo tempo em que reivindicam sua autonomia enquanto espaço de atores da sociedade civil, os fóruns constituem-se como espaços de intermediação em relação ao Estado" (p. 67-69).

O ressurgimento das práticas e iniciativas de Economia Solidária no contexto brasileiro é um fenômeno percebido no país desde a década de 1980, estando relacionado com a conjuntura política e econômica mundial advinda da falência do pacto fordista¹², alterada já no decorrer da década de 1970. Deste modo, algumas experiências de produção autogestionárias foram empreendidas já nos anos 1980 como resposta à incipiente crise social provocada pela desindustrialização do país, tal como atesta o surgimento dos Projetos Alternativos Comunitários, projetos associativos de geração de trabalho e renda financiados pela Cáritas Brasileira nas periferias urbanas e no meio rural; a criação, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Sistema Cooperativista dos Assentados, dando

12 Segundo Leite (2011), o pacto fordista faz referência à “[...] grande negociação entre estado, capital e trabalho, que se seguiu à II Guerra Mundial, a qual incluiu, nos países centrais, além do conjunto de direitos associados ao trabalho (como férias, adicional noturno, adicional por insalubridade e décimo terceiro etc.), a assistência previdenciária (aposentadoria, seguro-desemprego, licença saúde etc.), o pleno emprego e o repasse automático do aumento de produtividade aos salários” (p. 29).

origem a diversas Cooperativas de Produção Agropecuária, de Prestação de Serviços e de Crédito; e a recuperação, por parte dos trabalhadores, de empresas falidas ou em processo falimentar, que posteriormente viriam se organizar a partir da constituição da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG (SINGER, 2002:122-123). No entanto, é a partir da década seguinte que os efeitos da crise do trabalho assalariado oriunda do contexto de reestruturação econômica e flexibilização das relações de trabalho fizeram-se sentir de maneira mais intensa no Brasil, ensejando um movimento de reação dos trabalhadores desempregados em busca de formas alternativas de geração de trabalho e renda e fazendo multiplicarem-se as experiências de trabalho associado sob a forma de cooperativas de trabalho e de produção, experiências estas que posteriormente viriam a serem reconhecidas e identificadas com a Economia Solidária (LEITE, 2009; LIMA, 2008; SINGER, 2002).

Após a exposição do quadro geral e sintético de caracterização do fenômeno contemporâneo da Economia Solidária no Brasil e de esboçarmos o contexto histórico que forjou as condições de ressurgimento de tais iniciativas no âmbito nacional, convém apresentarmos algumas das principais abordagens teóricas acerca da temática, especificamente aquelas elaboradas no contexto brasileiro. Optamos pela escolha de três teóricos da Economia Solidária (Paul Singer, Genauto Carvalho de França Filho e Euclides André Mance) que guardam entre si uma série de particularidades na maneira como concebem o fenômeno, a fim de que seja possível discuti-lo a partir de perspectivas múltiplas e diversas. Também dialogaremos, no decorrer da apresentação, com algumas das abordagens críticas às formas como as iniciativas de Economia Solidária se relacionam com o contexto atual, de modo a ampliar o repertório teórico e analítico de nossa empreitada.

2.2.1 Paul Singer

Inspirado na matriz de pensamento marxista, especialmente influenciado pelos escritos de Rosa Luxemburgo¹³, Singer (2002) reconhece as origens históricas da Economia Solidária no cooperativismo europeu do século XIX, movimento gerado no bojo da grave crise social oriunda do desenvolvimento do capitalismo industrial naquele continente, principalmente na Grã Bretanha. No Brasil, teriam sido justamente os emigrantes europeus do início do século XX que teriam trazido o germe de uma Economia Solidária, a partir da difusão de ideais e

¹³ Para discussão acerca da influência do pensamento de Rosa Luxemburgo no Brasil, ver Loureiro (2009).

práticas cooperativistas.

Para Singer (2000), a Economia Solidária se constitui como a síntese entre a produção simples de mercadoria¹⁴ e o modo de produção capitalista, visto que ela conjuga o princípio da posse e do uso dos meios de produção da primeira forma com a produção social de mercadorias, própria do capitalismo. Além da posse coletiva dos meios de produção, constituiriam princípios organizativos da Economia Solidária a gestão democrática dos empreendimentos, a repartição entre seus membros das receitas líquidas obtidas e destinação do excedente anual a partir de critérios estabelecidos pelos próprios cooperados. Singer (2008) parece captar de maneira bastante sintética as características mais essenciais destas experiências:

Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto (p. 289).

A concepção elaborada por Singer situa, portanto, a Economia Solidária como um modo de produção e distribuição de bens e serviços alternativo ao modo de produção capitalista (caracterizado pela separação entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição que, juntamente com o trabalho humano, são transformados em mercadorias apropriadas privadamente) e que, junto com a produção simples de mercadoria, comporia o quadro geral do sistema socioeconômico brasileiro. Desta forma, Singer (2009) entende "[...] a economia solidária como um modo de produção, entre outros, que existe dentro do capitalismo, já há duzentos anos, com maior ou menor força, mas que pode, diante das contradições que o capitalismo apresenta, ter um desenvolvimento" (p. 18).

O processo de desenvolvimento capitalista da economia contemporânea, a despeito de sua posição hegemônica em relação às demais formas de produção, levou à existência de uma combinação complexa entre os diferentes modos de produção citados anteriormente, de forma que na esfera econômica fosse possível tanto a competição como a articulação e a cooperação entre estes modos. Na esfera político-ideológica, no entanto, tais formas se apresentariam de

14 “Na produção simples de mercadorias: os agentes são os possuidores individuais dos seus meios de produção e distribuição e portanto também dos produtos de sua atividade, que eles intercambiam em mercados” (SINGER, 2000:11).

maneira cada vez mais antagônicas, dada as diferenças fundamentais de princípios e valores que orientam as práticas econômicas engendradas por elas (SINGER, 2004).

Neste contexto, em que convergências e divergências parecem compor um mesmo quadro da realidade social, apesar de compreender a necessidade que os EES tem de buscarem "[...] se agregar num todo economicamente consistente" (2002:116), menos suscetível e vulnerável à lógica competitiva do mercado capitalista, para Singer, "[...] a forma mais provável de crescimento da Economia Solidária será continuar integrando mercados em que compete tanto com empresas capitalistas como com outros modos de produção, do próprio país e de outros países" (p. 120). Neste caso, as exigências inerentes à competição entre os diversos agentes econômicos atuantes no mercado dominado pelo capital, recaem igualmente aos EES, os quais teriam que buscar a incorporação cada vez maior de progresso técnico visando "[...] alcançar níveis de eficiência de produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológico solidários" (SINGER, 2002:121).

2.2.2 Genauto Carvalho de França Filho

Diferentemente de Singer, França Filho (2001) não parte da tradição teórica marxista para compreender o fenômeno da Economia Solidária no Brasil, mas sim dos escritos de antropologia econômica de Karl Polanyi e da crítica formulada por este autor à proposta da economia liberal ou neoclássica de reduzir a dinâmica econômica mais geral à lógica estrita do mercado auto-regulado (POLANYI, 1980). Em decorrência de tal filiação teórica, França Filho (2001) afirma que "[...] a economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não monetária, *ao invés de* uma nova forma de economia que viria se acrescentar às formas dominantes de economia, no sentido de uma eventual substituição" (p. 187). Este entendimento acerca da Economia Solidária provém, de uma maneira específica, da compreensão do caráter plural da economia moderna e de sua irredutibilidade à esfera mercantil, tal como veremos a seguir.

Partindo dos quatro princípios do comportamento econômico identificados por Polanyi em sua obra *A Grande Transformação* (1980), a saber, o mercado auto-regulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade, França Filho (2001) argumenta que tais princípios teriam se rearranjado na modernidade por meio da "[...] introdução de um sistema de direito jurídico-político que passa a regular as relações de trabalho" (p. 253), dando

origem a três formas distintas de economia, das quais a Economia Solidária representaria uma experiência híbrida, atravessada em sua dinâmica por diferentes racionalidades:

a) uma economia mercantil – fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário ; b) uma economia não mercantil – fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los; e finalmente, c) uma economia não monetária – fundada na reciprocidade. Isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada/descrita por M. Mauss. A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigada, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal (FRANÇA FILHO, 2001:253).

Tal concepção de Economia Solidária, pautada na pluralidade dos princípios econômicos das iniciativas, permite a França Filho situar as origens históricas do fenômeno no Brasil não mais a partir do cooperativismo europeu do século XIX, no bojo da relação conflituosa entre capital e trabalho, mas sobretudo nas práticas populares com existência anterior à própria Revolução Industrial europeia, visto que a solidariedade e a reciprocidade sempre estiveram no centro de suas elaborações coletivas. Neste sentido, as experiências contemporâneas de Economia Solidária refletiriam em grande parte as inúmeras experiências históricas brasileiras da Economia Popular, visto que:

[...] introduzir a solidariedade na elaboração de atividades econômicas não significa, em si, um fato novo. Amplos setores da nossa sociedade sempre encontraram seus meios de sustento material através do desenvolvimento de atividades produtivas como forma de prolongamento de práticas de solidariedade familiares e comunitárias. Tais práticas participam da tradição de uma chamada economia popular (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004:162).

França Filho (2001) busca diferenciar as práticas da chamada Economia Popular, entendida como "modo coletivo de organização do trabalho" que inscreve a solidariedade no centro da gestação das atividades econômicas, e que portanto estariam na base da ideia de Economia Solidária, das práticas da Economia Informal, compreendida como "[...] casos de empreendedorismo individual que pretende reproduzir as trocas mercantis numa dimensão não formalizada da relação contratual" (2001:265) e da Economia Paralela ou Ilícita, que ensejam "[...] formas despóticas de solidariedade que referem-se às atividades consideradas de contravenção pública baseadas no crime" (p. 265). Ainda para o autor, o fenômeno atual da

Economia Solidária ultrapassaria o sentido restrito das práticas da economia popular, as quais estariam limitadas à satisfação das condições materiais de vida das pessoas, o que para França Filho, seguindo Corraggio (2002), se refere à esfera da "reprodução simples" da vida (2006:98-99). Ao contrário, as ações desempenhadas pelos diversos atores que compõe o quadro mais geral da Economia Solidária, ao se orientarem para a "reprodução ampliada" da vida social, articulariam em torno de si tanto a luta por renda como a luta por direitos sociais:

[...] abrangem tanto o plano do nível de renda quanto aquele das suas condições de vida mais gerais, o que significa inscrever uma tal iniciativa também no âmbito de uma reivindicação por direitos, implicando assim uma abertura de sua ação sobre um espaço público. Neste caso, as experiências de Economia Solidária através de sua ação econômica localizada tende a mobilizar atores institucionais diversos em torno da busca de soluções para problemas públicos concretos [...] Portanto, sendo inúmeras as lógicas atravessando a dinâmica dos empreendimentos de economia solidária, é a própria perspectiva de entendimento do funcionamento da economia real que deve ser complexificada (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2006:99).

O desempenho desta vocação por parte dos EES dependeria, segundo França Filho, do nível de institucionalização interna e externa das experiências, o que implicaria tanto sua auto-organização política e econômica quanto a ampliação das políticas públicas de apoio e do marco legal regulatório específico para a Economia Solidária. Neste caso, considerando as possibilidades de interação destes atores no e com o espaço público, a partir das imbricações existentes entre as dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental que caracterizam a atuação dos EES, França Filho parece privilegiar, em detrimento à disputa entre diferentes modos de produção, o embate público entre a lógica neoliberal do mercado capitalista e a lógica plural e multidimensional presente no movimento de Economia Solidária, na medida em que a ação deste ator coletivo faria ascender ao debate público a dimensão ética envolvida na ação econômica. Ao contrário de Singer (2002), que busca dimensionar a capacidade econômica dos EES em permanecerem aptos a concorrerem no mercado com as empresas capitalistas, ainda que este não negligencie as condições políticas e institucionais necessárias para tal feito, França Filho (2001) identifica o desafio de tais empreendimentos no campo das tensões existentes entre as diferentes racionalidades presentes em sua ação pública, "[...] de difícil manutenção no interior de sociedades cujos marcos regulatórios principais tendem a impor o seu registro de lógica" (p. 268). Neste caso, a condição de equilíbrio dos EES estaria ligada a sua capacidade em aliar a pluralidade de princípios econômicos presentes em suas práticas e sua finalidade pública multidimensional,

com sua autonomia institucional e a manutenção de mecanismos internos democráticos de decisão, características que segundo o autor decretariam os próprios critérios para definição do que são os empreendimentos da Economia Solidária (FRANÇA FILHO, 2004:166-169).

2.2.3 Euclides André Mance

Partindo do Paradigma da Complexidade e dos quadros teóricos da Filosofia da Libertação, Mance (2002) desenvolve sua teorização a respeito dos aspectos econômicos e filosóficos relacionados à constituição das *Redes de Colaboração Solidária*, trazendo para o campo de discussão teórico e prático da Economia Solidária uma estratégia alternativa para "[...] construção de um novo modo de produzir e compartilhar solidariamente as riquezas", pós capitalista, em que não haja *exploração* e *alienação* dos trabalhadores, no sentido que Marx atribuía a estes dois termos¹⁵. Desta forma, considerando a existência atual de empreendimentos solidários nos diversos setores da economia e tomando como eixo fundamental a realização crítica e solidária do consumo¹⁶ final ou produtivo, por parte de consumidores e produtores, Mance (2002) formula sua tese econômica do seguinte modo:

[...] sendo praticados a produção e o consumo solidários em laços de retroalimentação, qualquer unidade produtiva pode vender toda sua produção, gerando um excedente de valor econômico que permite criar novas unidades produtivas solidárias que, conectadas em rede, podem atender a uma diversidade ainda maior de elementos demandada pelo consumo final e produtivo de novas células (unidades de produção e consumo), incorporando um número cada vez maior de consumidores e produtores em um movimento auto-sustentável de expansão, remontando solidariamente as cadeias produtivas (p. 24).

A proposta colocada por Mance pretende, por meio do incremento e do reinvestimento do valor econômico gerado no interior das redes de colaboração a partir da realização do consumo solidário e da respectiva venda de produtos/ serviços, ampliar cada vez mais as células solidárias de produção, de serviço e de comércio, aumentando desta forma sua

15 Mance (2002) entende a exploração como "[...] a situação em que alguém, na condição de trabalhador, é tomado como meio para produzir algum valor econômico, bem ou serviço qualquer, por outro que dele se serve, negando-o em sua liberdade", enquanto por alienação o autor compreende a condição em que "[...] o trabalhador não apenas não pode apropriar-se com autonomia do resultado de seu trabalho, como também não pode co-determinar o projeto de produção (no qual atua) em sua finalidade ou gestão" (p. 41).

16 O autor destaca da seguinte forma o caráter ético e político do consumo solidário: "O consumo solidário somente ocorre se usufruirmos de bens e serviços que sejam elaborados ou comercializados de maneira solidária [...] é praticado com o objetivo de contribuir-se socialmente para o bem-viver de toda coletividade, uma vez que é no consumo que a produção se completa, e que este, como vimos, tem impacto sobre todo o ecossistema e sobre a sociedade em geral" (p. 40).

capacidade de satisfazer as demandas de consumo dos participantes desta rede, de modo a possibilitar gradualmente a correção dos fluxos de valor e de matéria dispendidos no mercado capitalista. Para tanto, as redes de colaboração solidária devem estruturar-se a partir da constituição de seus elementos básicos, representados pelas *células laborais* (produção, serviço e comércio) e *células de consumo*; pelas *conexões* entre elas, ou seja, "[...] as ligações que permitem ações coordenadas sem as quais as células não podem realimentar-se" (p. 43); e pelos *fluxos* de materiais, de informação e de valor que circulam entre as células e através da rede. Já as propriedades intrínsecas ao funcionamento das redes de colaboração solidária são abaixo apresentadas pelo autor:

a) Autopoiese: a qualidade que ela tem de reproduzir-se a si mesma; b) Intensividade: trata-se da qualidade de envolver o maior número possível de pessoas tanto no consumo quanto na produção solidárias; c) Extensividade: trata-se da propriedade de gerar novas células de produção e de consumo em regiões cada vez mais longínquas; d) Diversidade: refere-se a produzir a maior diversidade possível de bens visando satisfazer as necessidades e desejos de todos os consumidores solidários, buscando produzir tudo o que eles ainda consumam do mercado capitalista em função de seu bem viver ou como insumos necessários ao processo produtivo; e) Integralidade: significa que cada célula, através da rede, está conectada a todas as outras células, sendo afetada pelo crescimento das demais ou por seus problemas e dificuldades; f) Realimentação: o fato de que uma célula demanda produtos e serviços de outras, o que permite o crescimento sustentável de todas; g) Fluxo de Valor: significa que o valor econômico produzido em cada etapa da cadeia produtiva circula pela rede, podendo nela se concentrar ou dela evadir-se; h) Fluxo de Informação: isso significa que todo o conhecimento gerado na rede está disponível em qualquer célula; i) Fluxo de Matérias: significa que o que é produzido em uma célula pode ser consumido como insumo produtivo ou como produto final por outras células, de modo que uma realimenta outra; j) Agregação: trata-se da propriedade de redes locais se integrarem em redes regionais, de redes regionais se integrarem em redes internacionais e de redes internacionais se integrarem em uma rede mundial de colaboração solidária (MANCE, 2000:03-04)

Ainda de acordo com o Mance, os critérios básicos para participação nas redes de colaboração solidária seriam: a) a inexistência de qualquer tipo de exploração, expropriação ou dominação no trabalho e no consumo; b) a busca pelo equilíbrio dos ecossistemas; c) o compartilhamento de parcelas do excedente auferido para expansão da própria rede; d) a autodeterminação dos fins, autogestão dos meios e cooperação entre seus participantes. Por fim, cumpre destacar que o objetivo principal da proposta da constituição de redes de colaboração solidária passa necessariamente pela reconstituição solidária e ecológica das cadeias produtivas capitalistas, de modo a garantir as condições econômicas para o exercício

das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, sendo a liberdade entendida como "[...] exercício histórico, concretamente situado em um contexto, em uma época, sob uma cultura, atravessada por relações de poder" (MANCE, 2002:147).

Desta forma, ao tratar das redes de colaboração solidária enquanto mediação para garantir o exercício pleno das liberdades públicas e privadas, Mance (2002) busca relacioná-las com as quatro dimensões consideradas por ele como condições essenciais para tal realização: dimensão *material*, na medida em que a difusão do labor e do consumo solidários garantiriam a existência das mediações materiais necessárias para o bem viver de todos; a dimensão *política*, considerando que as redes defendem a gestão democrática do poder micro e macropolítico e que, enquanto redes políticas, exigiriam de seus membros uma postura eticamente pautada nos princípios do "colaboracionismo solidário" (2002:148); dimensão *educativo-informacional*, relacionada à democratização da educação e da informação como condição para o exercício da cidadania, para a qual o fluxo de informação, propriedade inerente às redes, viria a concorrer; e por fim, a dimensão *ética*, posto que as redes de colaboração solidária promovem o princípio da solidariedade e o compromisso pelo bem viver de todos, e não apenas o bem privado individual.

Ao contrário de Singer (2002), que afirma que as iniciativas de Economia Solidária terão inevitavelmente que participar da concorrência no mercado capitalista para se estabelecerem economicamente e, deste modo, atingirem densidade suficiente para se tornar uma "alternativa superior ao capitalismo" (p. 120), Mance acredita que a proposta de construção de uma sociedade pós capitalista se concretizará a partir da constituição de um sistema econômico solidário e autocentrado, alavancado especialmente pela difusão ética do consumo solidário e pelas propriedades inerentes à organização das redes de colaboração, que tendem a levar à retroalimentação destas redes solidárias em detrimento do sistema capitalista. A divergência contida nos diferentes posicionamentos destes dois autores em relação ao modo como os EES se posicionariam no interior de um modo de produção hegemônico e capitalista é, a meu ver, fundamental no tocante às análises mais críticas ao fenômeno, ainda que a dimensão pública destas experiências, tal qual apontada por França Filho, não possa ter sua importância negligenciada.

2.2.4 Abordagens críticas à Economia Solidária

As abordagens críticas às experiências contemporâneas de Economia Solidária se

relacionam, sobretudo, à maneira funcional e subordinada como parte destas iniciativas foram, no caso brasileiro, incorporadas ao novo modelo neoliberal de acumulação capitalista, denominado por alguns teóricos de "regime de acumulação com dominância da valorização financeira" (CHESNAIS, 1998). Segundo Leda Maria Paulani (2010):

A dominância da valorização financeira não significa apenas que a valorização financeira seja hoje mais importante que a valorização produtiva. Significa principalmente que sua lógica se impõe ao processo total de acumulação e reprodução capitalistas. E quais são as características da acumulação financeira? Ela é rentista, (quer dizer se apropria da renda gerada no setor produtivo); ela é curto-prazista (quer dizer, arisca a projetos de longo prazo, porque preza antes de tudo a liquidez); ela é avessa ao risco, mas ao mesmo tempo é instável e arriscada, porque ensaja e reproduz a especulação. A invasão dessa lógica por todos os escaninhos da reprodução do capital é que é a responsável pela difusão das grandes transformações nos processos produtivos herdados da época fordista. As necessidades de *costumeirizar* a produção, de flexibilizar o trabalho, de encolher os estoques, de reduzir o número dos níveis gerenciais, de terceirizar serviços e etapas do processo produtivo, obedecem todas elas aos imperativos da lógica financeira: dividir os riscos da produção capitalista com os trabalhadores e com os consumidores, evitar que o capital fique empatado em ativos fixos e estoques de matérias primas e produtos, preservar e buscar a liquidez onde quer que ela esteja (p. 129-130)

Dentro de tal conjuntura, as práticas e iniciativas de Economia Solidária assumiriam um caráter ambíguo, visto que a constituição de cooperativas de produção e de serviços poderiam se apresentar tanto enquanto alternativa concreta para os trabalhadores com relação ao desemprego estrutural, nos termos da possibilidade de manifestação do trabalho emancipado, quanto como estratégia de flexibilização e precarização das relações de trabalho, na medida em que o processo de reestruturação produtiva exigiu tal patamar de competitividade e adaptação das empresas que acabou por engendrar profundas alterações em sua gestão de mão de obra. A ausência de uma regulação contratual publicamente regulada, a posição subordinada ocupada pelas cooperativas nas respectivas cadeias produtivas e o deslocamento do foco do debate trabalhista (das condições do trabalho produtivo para a geração de trabalho e renda e a reinserção no mercado de trabalho) seriam alguns aspectos a serem relevados na problematização da referida ambiguidade (GEORGES; SILVA, 2008). Segundo Isabel Georges e Cibele Rizek (2008):

Nesse processo, a ambiguidade das categorias permite a própria produção da legitimidade: a suposta diminuição do desemprego, a viabilização do trabalho pela proximidade entre lugares de trabalho e moradia, o acesso a trabalho e renda – elementos que permitem ocultar as relações de trabalho objetivas,

bem como os processos de espoliação, de uso abusivo e desregulado do trabalho (p. 16).

Jacob Carlos Lima (2008), partindo do mesmo contexto histórico de análise, problematiza as imbricações existentes entre a emergência recente das formas de trabalho associativo autogestionário e o fenômeno da flexibilização das relações de trabalho típica da atual etapa do capitalismo. Reconhecendo a diversidade de feições que tais relações assumem em suas manifestações concretas, o autor recusa tanto as teorias que consideram "[...] a precarização do trabalho implícita no caráter flexível da cooperativa " (p. 114), quanto aquelas que tendem a identificar nas práticas econômicas autogestionárias elementos emancipatórios e constitutivos de uma nova cultura do trabalho. Deste modo, Lima discute a questão da precarização¹⁷ das relações e condições de trabalho presentes nas práticas cooperativistas atuais, identificando, por um lado, cooperativas em que predominavam um forte cunho precarizador, autogestionárias apenas em sua forma, mas vinculadas especificamente aos interesses de empresas, a que o autor denomina como "flexibilização com precarização". Em outros casos, no entanto:

[...] a questão da flexibilização é evidente e atinge os mesmos propósitos da redução de custo empresarial, mas a precarização é igualmente relativa, já que parte significativa dessas cooperativas compensa a ausência de direitos trabalhistas com a observância das retiradas e a transformação do auferido em férias, décimo terceiro e valorização das cotas, que em diversas situações funcionam até como indenização trabalhista. Nesse sentido, poderíamos falar de flexibilização sem precarização, pela observância, mesmo que relativa, dos princípios autogestionários e a manutenção, adaptada, de direitos trabalhistas. Entretanto, a lógica do assalariamento continua dominante (LIMA, 2008:121).

Mesmo constatando, em diversas experiências, a existência total ou relativa de autonomia na gestão dos empreendimentos estudados, Lima questiona a própria vinculação das cooperativas ao mercado concorrencial e os problemas que isto acarreta à concepção solidária dos empreendimentos, visto que eles estariam inteiramente cerceados pela lógica capitalista de produção e, deste modo, a própria "[...] produção é afetada diretamente no que diz respeito às tecnologias adotadas, às formas de organização do trabalho, ao ritmo, à disciplina e à qualidade dos produtos" (p. 120). Desta forma, dado que o êxito das cooperativas no mercado capitalista está condicionado, segundo o próprio Singer (2002), aos

17 De acordo com Leite (2011), "[...] o conceito de precarização remete a ideia de deterioração, de degeneração, ou seja, de perda de direitos associados ao trabalho, de conquistas anteriormente observadas" (p. 31). Este parece ser o sentido atribuído por Lima em seu texto.

crescentes "níveis de eficiência de produção e distribuição de mercadorias" (p. 121) por elas atingidos, isto significa que o processo produtivo tende a impor certas práticas de gestão incompatíveis com os princípios autogestionários dos empreendimentos, das quais Lima (2008) destaca, além dos casos em que é estabelecida a divisão de trabalho entre as pessoas que detêm cargos de gestão e representação e aquelas que desenvolvem as atividades produtivas (exigida no caso da ampliação no porte do empreendimento) e que tende a gerar uma "[...] dicotomia entre os que planejam e os que executam" (p. 127), também a ocorrência da contratação temporária ou permanente de trabalhadores assalariados, o que desfiguraria o caráter democrático e autogestionário do empreendimento.

Além dos problemas relacionados à gestão e à inserção econômica dos empreendimentos solidários no bojo do mercado capitalista, Lima (2010) questiona a possibilidade destas experiências de trabalho coletivo constituírem uma nova cultura do trabalho, visto que, na atual conjuntura econômica, marcada por profundas transformações nas relações trabalhistas, tal perspectiva estaria conformada entre a permanência da cultura do assalariamento e a nova cultura do empreendedorismo. Assim, "[...] o empreendedor, o trabalhador flexível e mesmo o cooperado, tornam-se figuras representativas do 'novo' espírito do capitalismo. Cabe ao trabalhador internalizar os novos requisitos impostos pelo mercado" (p. 189). Em contrapartida, mesmo concordando com este autor no que se refere aos limites das práticas de Economia Solidária em relação às suas possibilidades de promover transformações estruturais mais profundas, Leite (2009) afirma a importância significativa que estas experiências de trabalho associado podem adquirir enquanto possibilidade de construção recíproca das identidades individuais e coletivas:

[...] embora não tenham a potencialidade de transformação social apontada por aqueles que as consideram germes de uma nova sociedade, podem vir a ser experiências importantes de resistência ao desemprego, apontando para novas formas de sociabilidade – espaços abertos para a constituição de uma identidade coletiva dos trabalhadores e para a recuperação de sua dignidade [...] Trata-se, nesse sentido, de uma experiência de mobilização e organização dos trabalhadores que, baseando-se em princípios democráticos, pode ser capaz, em alguns casos, de deixar marcas significativas não só na vida daqueles que a experimentam concretamente, como também na sociedade em seu conjunto (p. 48).

Os trabalhos aqui apresentados enquanto críticos às possibilidades emancipatórias representadas pelo ressurgimento do fenômeno da Economia Solidária no Brasil, buscaram compreendê-lo à luz da forma contemporânea assumida pelo regime global de acumulação

capitalista, pautada pela lógica da acumulação financeira e pelas profundas transformações ocorridas nos processos produtivos e no mundo do trabalho advindas deste novo contexto. As análises realizadas apresentam, neste sentido, uma dupla dificuldade ao projeto utópico de uma sociedade de trabalhadores livres e associados: de um lado, a existência simultânea e legalmente resguardada, no caso brasileiro, de cooperativas criadas unicamente com o objetivo de possibilitar a terceirização de serviços e etapas do processo produtivo, de modo a reduzir custos e aumentar a competitividade de empresas capitalistas no mercado; ou ainda de cooperativas de trabalho controladas por um ou alguns proprietários voltadas para obtenção de lucro por meio da intermediação de mão de obra. De outro lado, apontam para as dificuldades e as contradições inerentes à existência e atuação de cooperativas constituídas e pautadas pelos princípios do trabalho associado e autônomo no interior de um modo de produção capitalista que, além de ser hegemônico, é regido por lógicas e dinâmicas econômicas, políticas e culturais essencialmente contrárias às suas. Tais questões fazem Lima (2008) concluir sua análise das práticas cooperativistas afirmando que "[...] situações pontuais de sucesso apontam para a viabilidade da autogestão como forma de gestão no mercado e para o mercado, mais do que uma alternativa a ele" (p. 129).

Especialmente em uma conjuntura que se distingue pela reestruturação produtiva e pela flexibilização das relações de trabalho, marcas do atual regime de acumulação capitalista, a posse coletiva e autogerida dos meios de produção torna-se uma condição necessária mas não suficiente para pensarmos as transformações sociais desejadas pelo movimento de Economia Solidária, ao que se faz necessário acrescer estratégias de ação que permitam, aos empreendimentos solidários, uma menor sujeição às múltiplas condicionantes impostas pelo modo de produção capitalista à todas as práticas econômicas alternativas que o contrapõe, dado seu caráter hegemônico. Ademais, as características discutidas até aqui relacionadas à autodeterminação dos fins e à autogestão dos meios dos EES (autonomia institucional, práticas de gestão coletivas e democráticas, estabelecimento de relações de solidariedade, cooperação e reciprocidade entre seus membros), as quais os diferenciam por princípio das empresas capitalistas e que favorecem a superação da condição de exploração e alienação dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo, necessitam de atenção e monitoramento constante entre os sócios destes empreendimentos, de modo que a lógica solidária presente em tais atividades econômicas possa se afirmar enquanto uma proposta concreta e factível de reconfiguração das relações contemporâneas de trabalho.

Neste sentido, em nosso modo de ver, a proposta da constituição de *redes de colaboração solidárias* (MANCE, 2002), pautada na retroalimentação de um sistema econômico alternativo gerada pela conjugação entre a produção autogerida de bens e serviços e o consumo crítico e solidário, pode se constituir em uma estratégia eficaz para afirmar concomitantemente tanto as iniciativas representadas por estas novas formas de realização da ação econômica, quanto os princípios eticamente balizados que sustentam tais atividades e as contrapõe ao sistema produtivo capitalista. Isto porque em tal proposta, os elementos éticos e políticos presentes nos princípios que regem esta Economia Solidária deixariam de ser apenas a exigência requerida para o surgimento de empreendimentos solidários, passando a se constituírem como base de sua própria expansão, a partir da politização do último elo de realização da cadeia econômica, o consumo, o qual também deve ser eticamente orientado para a expansão das liberdades públicas e privadas, ou seja, para o fortalecimento de uma rede autocentrada de Economia Solidária. Ao buscar a politização da ação econômica desempenhada pelos atores sociais em suas diversas etapas de realização (produção, comercialização e consumo), seja pela problematização dos princípios éticos intrínsecos a ela, seja pela tematização pública da esfera econômica da vida social enquanto campo de disputas políticas, a proposta de uma Economia Solidária que seja pautada pela criação de um modo de produção pós capitalista autopoietico (MANCE, 2002), ainda que tenda a enfrentar enormes dificuldades para se estabelecer como alternativa de superação ao sistema atualmente hegemônico, ao menos não poderá ser criticada por servir tão somente enquanto elemento componente da dinâmica reprodutiva do capitalismo, visto que buscará se contrapor estruturalmente a ele.

2.3 BANCOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL: HISTÓRIA, CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS E MATRIZES TEÓRICO-CONCEITUAIS

A primeira experiência brasileira de banco comunitário surge em Fortaleza/CE, região nordeste do país, no final de década de 1990 (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003). O Banco Palmas se originou a partir da iniciativa de homens e mulheres que, expropriados de suas moradias na região central da cidade, passam a morar em um bairro periférico do município, o Conjunto Palmeira, e a conviver com condições de vida precárias e com a atuação negligente do poder público. O Conjunto Palmeira se constituiu historicamente enquanto bairro periférico do município de Fortaleza a partir do ano de 1973, tendo suas

origens relacionadas com o processo de despejo e remanejamento de pessoas que viviam em áreas de risco ou em localidades situadas na região litorânea da cidade, em ação desempenhada à época pelo poder público municipal por meio da Fundação de Serviço Social de Fortaleza. O local era uma região pantanosa localizada a uma distância de 22 quilômetros do centro comercial de Fortaleza e a implantação do loteamento ocorreu em um fundo de vale, terreno alagadiço coberto por mato e lama que não possuía à época infraestrutura urbana alguma. Por isso a resistência oferecida por muitas pessoas para aceitarem morar no Palmeira (ASMOCONP, 1990).

A partir de 1980, começaram a serem organizadas pelos moradores do Conjunto Palmeira as primeiras mobilizações coletivas do bairro, desencadeada principalmente por conta da precariedade do fornecimento de água e energia elétrica. É dentro de tal contexto que foi criada, no dia 02 de fevereiro de 1981, a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), a qual passa a atuar primeiramente na busca da mobilização e participação das pessoas em torno de certas questões públicas relacionadas à infraestrutura urbana do local. Após todas as lutas empenhadas pela Associação de Moradores pela urbanização do Conjunto Palmeira e das conquistas provenientes destas mobilizações, as organizações sociais locais ouviram de diversos moradores que muitos de seus amigos, vizinhos e parentes haviam se mudado do bairro para outros bairros periféricos mais distantes por não terem condições financeiras para arcar com os custos dos serviços públicos advindos do processo de urbanização do bairro (taxas de água, luz, esgoto, telefone, etc). Diante desta realidade, estas organizações coletivas se articularam pela criação de um projeto de geração de trabalho e renda que proporcionasse à população do Palmeira as condições necessárias para que permanecessem vivendo no bairro, ao lado de parentes e amigos (ASMOCONP, 1990). A realização do Mapeamento da Produção e do Consumo no bairro permitiu à associação diagnosticar que os 30 mil habitantes do Conjunto Palmeira gastavam mensalmente o montante total aproximado de R\$ 1.500.000,00, ou seja, que o bairro não era pobre porque não tinha dinheiro, mas sim devido à perda da base monetária local provocada pelo consumo realizado quase que exclusivamente fora do bairro, nos grandes centros comerciais (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Foi desta forma que, em 20 de janeiro de 1998, após a realização de diversas reuniões entre a ASMOCONP, produtores e comerciantes locais e moradores de uma forma geral, para que se discutisse e delineasse tanto o formato geral como as diversas especificidades deste

projeto de geração de trabalho e renda do Conjunto Palmeira, foi inaugurado o Banco Palmas, em solenidade que marcou a fundação do primeiro banco comunitário do Brasil (ASMOCONP, 1990). Segundo França Filho e Jeová Silva Júnior (2006):

O *Banco Palmas* constituiu-se em um sistema financeiro solidário e atua de forma integrada em quatro pontos da cadeia produtiva local: capital solidário, produção sustentável, consumo solidário e comércio justo. A gestão do banco é feita pela própria ASMOCONP e seu quadro de pessoal é constituído, majoritariamente, por moradores voluntários. A filosofia central do Banco está voltada para a edificação de uma rede solidária de produção e consumo local. Este sistema prioriza a circulação da renda no próprio bairro, através da comercialização dos produtos na comunidade, oxigenando essa rede de solidariedade local. A ideia é de reforçar o conceito de prossumidor, ou seja, nesta realidade a separação entre oferta e demanda ou produção e consumo não faz sentido, sendo prejudicial à própria dinâmica do sistema. A noção de prossumidor sugere assim que os atores sociais desempenham papéis difusos, isto é, atuam ao mesmo tempo como produtores e consumidores. Os produtos do *Banco Palmas* que compõem a cadeia de amparo aos prossumidores locais são: microcrédito para incentivo a produção; cartão de crédito para consumo; moeda social; e loja solidária (p. 106).

Experiência, portanto, recente no contexto das periferias e favelas urbanas brasileiras, os bancos comunitários ainda são tratados de modo incipiente pelos estudos acadêmicos, a despeito do aumento significativo da produção de artigos, teses e dissertações produzidos acerca do tema, especialmente a partir de 2007 (PASSOS, 2007; MATTOS, 2008; SERPA, 2008; PAULINO, 2008; SILVA, 2009; ARAÚJO, 2009; BERGAMIN, 2012). Este aumento verificado se explica, por um lado, pela difusão deste tipo de iniciativa em diversos municípios brasileiros – não somente em periferias urbanas, mas também em pequenas cidades, comunidades rurais etc - principalmente a partir do fomento recebido por meio de políticas públicas específicas para a área de finanças solidárias, executadas no âmbito da SENAES. Estes novos bancos comunitários buscam seguir a mesma metodologia utilizada pelo Banco Palmas, e tem sido gerados tanto por meio ações movidas de maneira endógena por comunidades e associações de moradores, como por movimentos estimulados a partir da intervenção das diversas entidades de fomento pertencentes ao movimento de Economia Solidária, tal como é o caso do Banco Nascente, criado em 2012 no bairro do "Gonzaga".

Por outro lado, a difusão deste tipo de iniciativa só foi possível devido ao êxito da experiência pioneira realizada, a partir de 1998, pelo Banco Palmas, e do conseqüente esforço realizado por seus idealizadores para sistematizar e divulgar tanto a metodologia de atuação dos bancos comunitários como o próprio processo de concretização do projeto. Neste sentido,

há uma série de publicações realizadas pela própria equipe do Banco Palmas nas quais são expostos os princípios, conceitos e estratégias inerentes à sua metodologia e problematizadas as possibilidades e os limites da experiência (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003; 2005a; 2005b; 2006).

Reconhecidos como uma das principais experiências contemporâneas de Economia Solidária, os bancos comunitários estão sendo considerados enquanto iniciativas *sui generis* de finanças solidárias para o desenvolvimento socioeconômico de territórios economicamente empobrecidos, possuindo três características fundamentais (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006):

- 1) Sua criação é decidida pela própria comunidade, a qual deve realizar a gestão do Banco Comunitário de modo integral e autônomo, independente da natureza das deliberações a serem tomadas; deste modo, depreende-se que a gestão da iniciativa ocorre no interior de estruturas de organização de caráter comunitário, tais como associações ou fóruns locais, implicando numa dimensão compartilhada de responsabilidade “[...] com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta” (p. 08);
- 2) Atuam com o oferecimento de, no mínimo, duas linhas de crédito para os agentes econômicos locais: o crédito de produção, operado em moeda oficial corrente (R\$) e com taxas de juros definidas pela comunidade, destinado especificamente para empreendedores do bairro (prestadores de serviço, produtores e comerciantes), e o crédito de consumo, realizado em moeda social circulante local¹⁸ e no qual não há cobrança de juros. A moeda social é lastreada e indexada em real (R\$), sendo reconhecida e aceita pelos produtores, comerciantes e prestadores de serviços locais e utilizada pelos consumidores que vivem na comunidade;
- 3) O funcionamento simultâneo destas duas linhas de crédito tendem a estimular, ao longo do tempo, o surgimento de uma rede local de produção e consumo, promovendo deste modo um desenvolvimento territorial endógeno.

Para França Filho e Silva Júnior (2006), o que confere singularidade à experiência dos bancos comunitários no Brasil é “[...] a capacidade que demonstra a iniciativa em combinar diferentes registros de lógicas na sua gestão, através de uma articulação específica entre dimensões econômica, social e política” (p. 113-114). Vejamos detalhadamente o que implica cada uma das dimensões destacadas pelos autores como sendo parte integrante das práticas

¹⁸ “A moeda social circulante local é uma moeda criada pelo banco comunitário, complementar à moeda nacional, o real, objetiva fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, promovendo a circulação da riqueza na comunidade, gerando localmente trabalho e renda” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2009:24).

desempenhadas pelos bancos comunitários nas localidades onde eles atuam, para que em seguida possamos refletir acerca de possíveis consequências analíticas que tais considerações tenham em nosso estudo:

A **dimensão econômica** [...] promove uma verdadeira *construção conjunta da oferta e da demanda*, ou seja, as atividades são geradas em função de necessidades reais expressas no bairro. Isto ocorre em razão da preocupação com um desenvolvimento local e sustentável, traduzido na ênfase atribuída a necessidade de consolidar-se uma cadeia socioprodutiva local. O conjunto das atividades elaboradas são assim pensadas de modo integrado, sistêmico. É neste sentido que acredita-se que a demanda e a oferta podem ajustar-se nesta iniciativa. O conceito de prosumidor introduzido pela associação responde exatamente a essa preocupação, refletindo a multiplicidade de papéis desempenhados pelos atores locais, ao mesmo tempo produtores e consumidores dos produtos e serviços gerados na experiência (p. 114-115).

A **dimensão social** constitui a base fundamental que alicerça e atribui sentido as próprias ações mais gerais empreendidas pela associação [...] As próprias atividades econômicas aparecem absolutamente *indissociadas do próprio tecido da vida social* (ou comunitária) no local. Em tal prática parece promover-se de modo efetivo aquilo que tem sido levantado mais recentemente em diversos fóruns internacionais de debate como o horizonte de superação das crises atuais: a questão da reconciliação do econômico e do social, que fica perdida na dinâmica capitalista ao autonomizar-se a esfera econômica em relação as demais esferas da vida (p. 115).

A **dimensão política** nesta iniciativa afirma-se sobretudo como um *agir no espaço público*, ou seja, as atividades econômicas são empreendidas para enfrentar problemáticas locais específicas ligadas a melhoria das condições de vida das pessoas no bairro. É, portanto, atacando problemas públicos locais que a iniciativa afirma seu caráter político. Esta dimensão política relaciona-se aqui menos a uma forma de tomada de poder, e mais a uma ação que projeta-se num espaço público. É sobretudo político o fato mesmo dos moradores tomarem consciência acerca dos problemas vividos localmente e apoderarem-se do seu território numa perspectiva transformadora. É político também o fato das ações empreendidas pela associação buscarem, para além da satisfação imediata das necessidades das pessoas implicadas, atingir o plano de uma reprodução ampliada das condições de vida mais gerais que afetam aquela população (p. 116).

Pensarmos a imbricação entre as diversas esferas da vida em sociedade significa, no caso da experiência dos bancos comunitários, alçar as formas locais de sociabilidade à centralidade da construção de novos modelos de organização da atividade econômica, os quais necessariamente devem vir a engendrar novos modelos de participação política no âmbito comunitário, com a instituição de espaços públicos¹⁹ de um novo tipo, denominado

19 Segundo Jean Louis Laville e França Filho (2006): "A noção de espaço público é aqui considerada numa acepção original, em que destaca-se seu duplo sentido: ao contrário de uma dissociação entre espaços público e

pelo autor como espaços públicos de proximidade (FRANÇA FILHO, 2006:69). Em realidade, trata-se da constituição de um modelo sociopolítico de organização da vida comunitária, pautado no planejamento sistêmico de todas questões relativas à reprodução ampliada da vida²⁰, e centrado na discussão pública e democrática que objetiva a construção conjunta da oferta e da demanda local de bens e serviços econômicos e a resolução de outras problemáticas comuns a seus membros.

Neste sentido, depreende-se das colocações de França Filho (2006) que a especificidade das práticas desempenhadas pelos bancos comunitários se relaciona, *em alguns casos exemplares*, com a mobilização e organização coletiva dos moradores de regiões empobrecidas visando interferir nas dinâmicas já estabelecidas entre os bairros de periferia e os espaços centrais de produção e reprodução de bens materiais e simbólicos. Tal feito se daria em duas direções distintas e convergentes, sendo que ambas tendem a se apoiar basicamente na força de retroalimentação dos laços sociais comunitários: por um lado, buscar-se-ia estancar os fluxos econômicos (monetários e materiais) que tendencialmente se direcionam para o centro do sistema econômico hegemônico, a partir da constituição de uma rede de colaboração solidária local pautada na constituição de um sistema econômico alternativo alavancado pela conjugação entre a produção e o consumo solidários (MANCINI, 2002).

Por outro lado, se o processo de constituição e consolidação de espaços públicos de proximidade típico das experiências dos bancos comunitários, a despeito do fato de promover a existência de "[...] um espaço dedicado à própria expressão dos participantes que decidem agir para resolver seus problemas comuns" (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006:298), é em si mesmo insuficiente para alterar a condição marginalizada de grupos inferiormente situados na hierarquia social, dado seu caráter circunscrito e individualizado, a análise da institucionalidade das práticas de economia solidária no Brasil permite à Jean Louis Laville e França Filho observar a integração de tais experiências em um outro nível de constituição do espaço público, denominado pelos autores de espaços públicos intermediários:

econômico, sua constituição é relacionada ao desenvolvimento da atividade econômica e aos atores que se encontram nela envolvidos. O registro habitualmente qualificado de infrapolítico (isto é, relacionado à dinâmica de socialização dos indivíduos em seu cotidiano no interior da sociedade civil – e que em geral não se considera como fazendo parte de um registro de lógica política) é reavaliado, mostrando que aí pode acontecer uma publicização da ação coletiva" (p. 298).

²⁰ Conforme vimos no capítulo anterior, a reprodução ampliada da vida, para França Filho e Silva Júnior (2006), "[...] abrange tanto o plano do nível de renda quanto aquele das suas condições de vida mais gerais, o que significa inscrever uma tal iniciativa também no âmbito de uma reivindicação por direitos, implicando assim uma abertura de sua ação sobre um espaço público (p. 99).

Mais do que instâncias emergentes, como no primeiro registro, este tem a vocação para constituir-se como espaços de regulação de um campo de práticas que se afirma também, cada vez mais, como movimento social de um tipo completamente novo, ao que parece. Tais espaços representam assim instâncias privilegiadas de interlocução de um movimento de atores com o Estado [...] Em suma, neste segundo registro observa-se o surgimento de espaços públicos mais institucionalizados, em razão de um duplo caráter adicional: eles são pré-definidos na dinâmica dos atores e estendem-se numa escala muito mais ampliada no seio da própria sociedade (FRANÇA FILHO, 2006:70).

Seria este duplo registro de inscrição no espaço público, observado pelos autores em relação às práticas contemporâneas de economia solidária, capaz de se apresentar como uma forma alternativa de promoção da universalização do acesso aos direitos de cidadania, ou melhor, será que a instituição de novos tipos de espaço público provenientes destas formas inéditas de auto-organização política (FRANÇA FILHO, 2006) cumpriria o papel de mediação do acesso ascendente das reivindicações populares ao mundo público?

As características relacionadas aos bancos comunitários tratadas aqui referem-se a certa *vocação* destas iniciativas enquanto práticas originais e singulares de Economia Solidária. A *efetivação* do potencial de realização destas experiências, ainda que passível de ser observada em alguma medida no trabalho realizado por alguns bancos comunitários brasileiros, ainda é manifestada de maneira bastante desigual a depender do empreendimento analisado, sendo condicionada por "[...] um conjunto de fatores relacionados tanto ao contexto específico de cada prática, quanto ao seu ambiente institucional mais amplo" (FRANÇA FILHO, 2013:61). Considerando os termos da discussão realizada por França Filho, analisar a dimensão histórica e situada do fenômeno de implantação e gestão do banco comunitário no "Gonzaga" pode nos auxiliar na problematização sobre o modo como as práticas de Economia Solidária se inserem em um contexto urbano específico, em interface com os fenômenos e dinâmicas sociais que o perpassam, o que fará aparecer, no bojo dos processos educativos vivenciados por seus trabalhadores, os limites e possibilidades deste modo particular de atuação política.

3 A DIMENSÃO HISTÓRICA E SITUADA DA PESQUISA: O “GONZAGA” ENQUANTO CAMPO DE PRÁTICAS E DISPUTAS

O Banco Comunitário Nascente abriu suas portas ao público pela primeira vez no dia 25 de junho de 2012, com o objetivo de oferecer à população de um bairro empobrecido serviços financeiros comunitários a baixo custo e de forma participativa, visando estimular o desenvolvimento da economia local. Foi a primeira iniciativa de Economia Solidária desta natureza do interior do estado de São Paulo.

Uma combinação complexa e específica de práticas, mediações, condicionantes e condicionalidades históricas, engendradas por atores sociais situados no tempo e no espaço, concorreu para que a inauguração deste banco comunitário ocorresse num bairro de periferia do município de São Carlos/SP, conhecido entre seus moradores como "Gonzaga". Assim como toda a história de apropriação e produção deste espaço urbano do município, sua trajetória de *favela a bairro de periferia* (ROSA, 2008), o processo de constituição do Banco Nascente foi permeado pela atuação de atores de dentro e de fora do próprio território, em arranjos que configuraram mutuamente as possibilidades de ação de tais atores e, por conseguinte, do próprio êxito das estratégias postas em prática tendo em vista a consecução de seus objetivos específicos. Desde as primeiras ocupações de terras que viriam a se constituir no bairro do "Gonzaga", em 1976, chegando ao processo de articulação e estruturação do banco comunitário na região, iniciado em 2009, o que veremos em comum na trajetória histórica deste bairro de periferia é a presença e interferência constante do Estado, da Universidade Pública e da Igreja Católica em suas práticas cotidianas, materializada em maior ou menor grau a depender da especificidade da conjuntura que os conectavam com o bairro.

A partir do que foi apontado, pretendemos proporcionar ao leitor apreender, nas linhas que se seguem, ainda que de modo panorâmico, a dimensão histórica e situada do fenômeno que está sendo investigado no presente trabalho, relacionado aos processos educativos inerentes à prática de gestão vivenciada pelos trabalhadores do Banco Nascente. Estamos em acordo com Thaís Troncon Rosa (2008), para a qual:

[...] uma abordagem processual e histórica da produção de favelas e periferias urbanas, entendidas como fenômenos em formação, como tramas em constante transformação, pode revelar não apenas algumas das continuidades e rupturas que ao longo dos últimos trinta anos se estabeleceram frente às dinâmicas socioespaciais que as produzem, mas, principalmente, as relações entre permanência e mudança que as constituem historicamente (ROSA, 2008:187).

Acreditamos que tal feito possa ampliar as possibilidades analíticas do estudo, pois permitirá que à análise da prática social delimitada se conjugue a compreensão dos aspectos propriamente sociológicos que a permeiam, fazendo com que uma lance luz à outra. Partiremos, portanto, de uma breve discussão geral acerca do fenômeno urbano das favelas e periferias brasileiras e da história da constituição do "Gonzaga" como bairro periférico do município, passando pelas condições que levaram a Universidade Federal de São Carlos, por meio de uma incubadora de cooperativas populares, a atuar no fomento a iniciativas de Economia Solidária na localidade, bem como dos motivos que a fizeram iniciar a tentativa exitosa de estruturação de um banco comunitário na região, processo que também será abordado neste capítulo.

3.1 PERIFERIAS URBANAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O processo de urbanização brasileiro modificou-se de maneira significativa desde a década de 1950, quando se acentua o processo de industrialização e modernização capitalista no país. Esse processo acelerado de expansão das grandes cidades brasileiras gerou conflitos entre grupos sociais no que tange ao uso e ocupação de áreas situadas no vetor dessa expansão urbana, em geral com grande potencial econômico e especulativo, o que culminou no remanejamento das populações residentes nestas áreas em direção à territórios urbanos periféricos e carentes de infraestruturas e serviços urbanos. Além disso, o processo histórico de urbanização no Brasil acabou por conformar nas periferias das grandes cidades um enorme contingente populacional que migra do campo rumo às cidades em busca de melhores ou alguma oportunidade de trabalho, se configurando enquanto vultoso contingente de mão de obra voltado para expansão da atividade industrial (CAMARGO et al, 1976).

Em pesquisa que pretendeu compreender questões relacionadas à produção e apropriação do espaço de um bairro periférico do município de São Carlos/ SP, Rosa (2008; 2009) revisita de modo panorâmico e crítico todo o campo de estudos constituído em torno das questões urbanas brasileiras, especificamente acerca do fenômeno das favelas e periferias das grandes metrópoles. Partindo de tal análise, afirma que o surgimento do fenômeno urbano das favelas e periferias brasileiras foi acompanhado pela construção e cristalização de uma série de representações sociais que possuíam como denominador comum a visão de que tal forma de produção do espaço urbano significava um grave problema social a ser enfrentado no seio do processo de modernização capitalista brasileiro. Desde então, de acordo com a

autora, todo um campo de intervenção – estatal, civil e religioso - e de estudos acadêmicos teria se constituído em torno de tal fenômeno, objetivando tanto a adequação ou mesmo a superação desta forma “degradada” de apropriação do espaço urbano e aquilo que ela representava – locus privilegiado da pobreza, da ausência de infraestrutura urbana, de serviços públicos etc – quanto a melhor compreensão das causas estruturais do fenômeno e também dos modos específicos de manifestação das relações sociais, econômicas e políticas forjadas nestes lugares, os quais foram se constituindo ao longo do século XX enquanto espaço de moradia das classes populares (ROSA, 2008:13-36).

No entanto, Rosa (2009) atenta para o modo como tais pesquisas ajudaram não somente à consolidar a 'favela' e a 'periferia' enquanto objetos de estudo e categorias de análise sobre o espaço urbano brasileiro, mas também a sedimentar uma visão demasiadamente dicotômica sobre as formas de produção e reprodução destes espaços, a qual omitiria certos aspectos referentes às diversidade de práticas e dinâmicas estabelecidas, em condições e contextos variados, entre estes “[...] supostos polos configurados pelos pares conceituais cidade e favela, centro e periferia” (2009:03). Neste sentido, a autora questiona se:

Ao delimitar teoricamente fronteiras demasiado rígidas entre duas formas de produção da cidade – uma “formal”, legalizada e exposta à sociedade e outra “informal”, “ilegal” e, no mais das vezes, periférica – tais abordagens não deixariam escapar a *complexidade de relações* que caracterizam na prática tais fronteiras? (ROSA, 2009:02).

Em contrapartida, segunda Rosa (2009), a recente retomada crítica das inúmeras pesquisas produzidas acerca da temática pela academia brasileira no decorrer da segunda metade do século XX, vem servindo como ponto de partida para a realização de uma série de trabalhos que empreendem esforços de reinterpretação das questões urbanas brasileiras, a partir da problematização sobre as permanências e rupturas históricas deste fenômeno e o reconhecimento dos espaços das favelas e periferias enquanto realidades múltiplas e complexas. Assim, novas perspectivas e abordagens “[...] têm procurado demonstrar, descrever e compreender as insuspeitadas transformações pelas quais esses espaços – e as práticas, os processos e os expedientes mobilizados em sua produção - vêm passando nas últimas décadas”, realizando seus estudos “[...] a partir de percursos exploratórios e pesquisas de campo que buscam compreender os espaços urbanos à luz das tramas sociais que os configuram” (ROSA, 2009:15).

Assumindo esta perspectiva de investigação e partindo de um estudo etnográfico do

distrito de Sapopemba, na zona Leste de São Paulo/SP, no qual busca problematizar as mediações entre as periferias da cidade e o mundo público, Gabriel De Santis Feltran (2011a) analisa as transformações ocorridas nas dinâmicas sociais destes territórios no contexto do Brasil contemporâneo, bem como os deslocamentos temáticos neste campo de estudo, da seguinte forma:

Os pilares da dinâmica social de ocupação destes territórios - a migração, o trabalho fabril, a família operária, a teologia católica e a expectativa de mobilidade ascendente - se deslocaram radicalmente desde os anos 1970. De lá para cá, duas gerações nasceram e cresceram no mundo urbano. Esses novos habitantes da cidade já não são migrantes, como seus pais e avós, nem esperam ser operários; seus arranjos familiares, percursos de vida e modos de inserção produtiva são hoje extremamente heterogêneos; entre eles a escolaridade, o acesso à infraestrutura urbana e a capacidade de consumo cresceram tão significativa quanto desigualmente. O pano de fundo que estes sujeitos inscreveram suas trajetórias foi marcado, portanto, por paradoxos constitutivos: a consolidação da democracia formal foi coetânea à reestruturação produtiva; a ampliação do acesso ao crédito popular foi simultânea à limitação da contrapartida do assalariamento; o declínio da representatividade dos movimentos populares ocorreu enquanto crescia o acesso às políticas sociais; o trânsito religioso rumo ao pentecostalismo ocorreu junto à consolidação da infraestrutura urbana dos territórios de periferia e, finalmente, a emergência do *mundo do crime* - e do Primeiro Comando da Capital (PCC) - ocorreu ao mesmo tempo em que se sofisticavam as políticas de segurança em todo país, e se ampliava o encarceramento em São Paulo (2011:02).

Segundo o autor, o período histórico correspondente ao processo político de redemocratização política brasileira, iniciado no final da década de 1970 e cunhado pela forte atuação dos movimentos sociais, culminou na conquista do resguardo legal dos direitos de cidadania por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesta época, o mundo do trabalho assalariado ainda representava uma perspectiva concreta de ascensão social para a classe trabalhadora que vivia nas periferias dos grandes centros urbanos, e a redemocratização política do país possibilitaria finalmente a tradução dos interesses dos moradores destas periferias na forma de conquista de direitos constitucionais, a partir da publicização de suas demandas sociais por meio da ação dos movimentos sociais organizados, os quais tornaram-se "[...] sujeitos de locução pública de demandas de grupos sociais tradicionalmente privados de legitimidade pública" (FELTRAN, 2010:568). No entanto, conforme vimos, a mudança da conjuntura política e econômica mundial e o novo modelo neoliberal de acumulação capitalista ensejado por ela coincidiu historicamente com o advento, no plano institucional, do novo regime democrático brasileiro, acarretando internamente um conjunto de transformações

políticas e sociais decisivas para a compreensão da nova realidade nacional.

Por um lado, tal conjuntura acabou interferindo de maneira perversa na estrutura do mercado de trabalho brasileiro, provocando um acentuado aumento das taxas de desemprego e do número de ocupações informais em detrimento da diminuição dos postos de trabalho formal, além de uma queda expressiva no poder de compra dos salários, transformações que significaram, especialmente a partir da década de 1990, “[...] a abertura de um quadro extremamente difícil para os trabalhadores”²¹ (LEITE, 2011:29). De outro lado, em relação à esfera política, as possibilidades de participação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil no bojo do campo político institucional, inscritas na própria Constituição Federal, foram marcadas em um primeiro plano pelo contexto de avanço e consolidação das políticas neoliberais no âmbito da União, cenário de “[...] redefinição conservadora de programas sociais, de caráter compensatório e perfil seletivo e focalizado, desvinculados de uma definição jurídico-legal para a distribuição de benefícios e dissociados de instâncias democráticas de participação e deliberação políticas” (TELLES, 2001:157). Num segundo plano, ainda que esta participação no jogo político instituído denotasse a possibilidade de democratização do campo das políticas públicas, os movimentos acabaram afetados pelas contradições inerentes à nova lógica de atuação política que lhes era exigida neste novo cenário, pautada não mais na “[...] combatividade, mas na capacidade de administrar e se articular politicamente” (FELTRAN, 2011a:29). Desta forma, inseridos de forma subordinada no plano institucional:

O vetor da atuação política das organizações locais nas periferias de São Paulo, na interface entre sociedade e Estado, majoritariamente se inverte nas últimas décadas: estas ações coletivas diminuíram seu papel de mediar o acesso *ascendente* das demandas sociais populares ao mundo público, como fizeram os movimentos sociais, e passaram majoritariamente a intermediar o contrário, o acesso *descendente* dos atores relevantes na esfera política aos setores populares (então vistos como “público-alvo”) (FELTRAN, 2011a:30).

O advento de Lula e do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República no início dos anos 2000 serviu para ampliar as contradições inerentes à este “[...] novo dualismo,

21 Como ilustração do que estamos afirmando, Magalhães Júnior (2006) cita em seu trabalho uma fala proferida pelo Presidente da República em exercício, Fernando Henrique Cardoso (FHC), durante um Seminário Internacional sobre Relações de Trabalho, ocorrido em 1997. Segundo o autor, FHC deixou claro em sua declaração o projeto societário que sobreviveria aos programas políticos e econômicos neoliberais implementados no país, ao formular na ocasião o neologismo dos ‘inempregáveis’: “O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’, por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las” (MAGALHÃES JÚNIOR:2006:21)

que traduz uma ordem social segmentada, que produz um novo tipo de exclusão social, em que à integração precária no mercado se sobrepõe o bloqueio de perspectivas de futuro e a perda de um sentido de pertinência à vida social" (TELLES, 2001:91). Se assistimos no decorrer desta década a uma certa recuperação do mercado de trabalho formal e do poder de compra dos salários (LEITE, 2011), também vimos a questão da desigualdade social e da universalização dos direitos de cidadania deixarem o centro do debate político, passando a figurar com força em seu lugar a questão das possibilidades e formas de *gestão* da pobreza de uma margem residual e não mais integrável da população:

É uma outra forma de gestão do social – gestão das populações pobres, poderíamos dizer, que tende a se realizar em um encapsulamento comunitário ao revés dos princípios universalistas da igualdade e da justiça social e que tem por efeito erodir a própria noção de direitos e cidadania pela neutralização da tessitura democrática construída na interface entre Estado e sociedade. E isso projeta as organizações da sociedade civil construídas nos últimos anos [...] no centro mesmo dos embates e desafios atuais. Pois o que está em pauta são precisamente as mediações democráticas construídas, sem as quais a dinâmica associativa sobre a qual essa sociedade civil se estruturou corre o risco de um retraimento comunitário, encapsulado na particularidade de grupos sociais diversos. É esse retraimento e esse encapsulamento que conferem – ou podem conferir – plausibilidade a novas formas de gestão da pobreza, entre a administração técnica das “necessidades sociais” (mas afinal, o que são essas necessidades? E quem as define?) e discurso humanitário da filantropia que faz apelo a um sentido de solidariedade constitutivo dessa trama associativa, mas bloqueia a sua dimensão política e a reduz aos termos estritos da responsabilidade moral (TELLES, 2001:158).

Este modo de compreensão da "nova questão social brasileira", proposto por Vera da Silva Telles já no final de década de 1990, marcada pela neutralização do campo político democrático e pelas novas formas de gestão do social, termina por "[...] descaracterizar a própria noção de cidadania e direitos: a cidadania passa a ser entendida como participação comunitária e no lugar de sujeitos de direitos, entra em cena a figura do usuário de serviços" (TELLES, 2001:160). Desta forma, os desdobramentos advindos com o transcorrer do processo histórico de consolidação do sistema democrático constitucional brasileiro implicaram em que o limiar de nossa discussão política contemporânea se centrasse na intersecção existente entre o “mundo público formalmente democrático” e a hierarquização na “distribuição dos lugares sociais”, fronteira que demarcaria de maneira rígida os limites da legitimidade do discurso e da ação política desempenhada pelos diversos atores sociais, restringindo a possibilidade de acesso ao mundo público a uma parte exclusiva da sociedade (FELTRAN, 2011a). Ainda de acordo com Feltran, tal estado de coisas "[...] desenha uma

fronteira não apenas do direito (o que forçaria o regime político a mostrar-se autoritário), mas do 'direito a ter direitos', o que preserva em seu interior a possibilidade da igualdade e da cidadania" (p. 338).

Neste contexto, alguns trabalhos de investigação vem dedicando-se a compreender as diversas formas de manifestação e operação dos mecanismos de gestão social colocados em prática nas periferias urbanas brasileiras, os quais são frequentemente utilizados para arbitrar as relações estabelecidas na fronteira²² desenhada entre seus moradores e o mundo público. Após a realização da leitura de alguns destes trabalhos que abordam a atual problemática da gestão dos diferentes âmbitos da vida social dos moradores de bairros periféricos, relacionando-a portanto ao controle do trabalho (GEORGES; SILVA, 2008; RIZEK; GEORGES, 2008), do consumo e da renda (SCIRÈ, 2009; 2010), da pobreza (ALMEIDA; D' ANDREA; DE LUCCA, 2008) e de sua dimensão política (FELTRAN, 2011a), passamos a entender estas novas formas da gestão da vida social de grupos historicamente marginalizados como um conjunto de processos de controle exercido por grupos sociais historicamente hegemônicos em um duplo registro: primeiro, como forma de controle dos problemas sociais oriundos e intrínsecos ao modo de produção capitalista, a partir da mitigação dos seus efeitos, ao invés do combate às suas causas; em segundo lugar, trata-se de controlar os fluxos econômicos (monetários e materiais), políticos (acesso/ reivindicação de direitos e figuração pública das periferias) e sociais (formas de sociabilidade possíveis) existentes no circuito dinâmico das relações estabelecidas entre centro e periferia, de forma a garantir a continuidade (e portanto a viabilidade) do regime de acumulação capitalista sem que se promovam alterações substanciais na hierarquização da estrutura social. Deste modo, convém apresentar sinteticamente as questões trabalhadas pelos autores citados acima, de forma que possamos compreender melhor os elementos e as dinâmicas sociais com as quais uma prática de Economia Solidária desenvolvida num bairro de periferia urbana tende necessariamente a estabelecer relações.

Em relação às formas de instrumentalização e funcionalização do trabalho a partir da necessidade de geração de renda em bairros de periferias urbanas, ela aparece manifestada

22 Compartilhamos o entendimento de Feltran (2011a) acerca desta categoria analítica: "A categoria fronteira é mobilizada por preservar o sentido de divisão, de demarcação, e por ser também, e sobretudo, uma norma de regulação dos fluxos que atravessam, e portanto conectam aquilo que se divide. Fronteiras se estabelecem justamente para regular os canais de contato existentes entre grupos sociais, separados por elas, mas que obrigatoriamente se relacionam. Onde há fronteira, há comunicação; de um tipo desigual e controlada. Se há fronteira, é justamente para controlar a comunicação entre as partes. Olhar para as conexões, portanto, exige desnaturalizar o 'dever ser' do todo social, bem como de sua divisão constitutiva" (p. 15).

tanto em casos em que processos de acumulação privada e de exploração de mão de obra se vinculam a um universo de realização de trabalhos sociais assistencialistas que legitimam, sob a ótica da diminuição da pobreza e com aval do Estado, a própria exploração da exclusão (RIZEK; GEORGES, 2008), como acompanhando o desenvolvimento de redes de subcontratação, via trabalho domiciliar e/ou cooperativo, provenientes do processo de reorganização de setores produtivos próprio do contexto de reestruturação econômica e flexibilização das relações de trabalho (GEORGES; SILVA, 2008). Em ambos os casos, o que se vê "[...] é a constituição de um território produtivo invisível, tanto no nível do reconhecimento das pessoas/sujeitos de suas próprias qualificações e capacidades quanto pelas forças sociais que se beneficiam dessa 'reserva de mão-de-obra'" (RIZEK; GEORGES, 2008:21); além disso, pelo fato de que "[...] o controle sobre o processo de trabalho e sobre o tempo de trabalho está ligado às formas como estas redes de subcontratação são agenciadas" (GEORGES; SILVA, 2008:90), mais do que espaços produtivos alternativos ao modelo capitalista, as experiências de trabalho autônomo e/ou cooperativado estão majoritariamente vinculadas às novas formas de precarização e funcionalização da gestão do trabalho, no bojo de seu processo de acumulação.

A ambiguidade, aqui como em outras "situações periféricas"²³, remete à coexistência de processos de mitigação da pobreza, constatado pela melhoria concreta das condições materiais da população empobrecida obtida por meio do incremento da renda, do acesso à infraestrutura urbana e aos equipamentos públicos locais, intimamente articulados com processos de reprodução das desigualdades e das hierarquias sociais. De acordo com Ronaldo de Almeida, Tiarajú D' Andrea e Daniel De Lucca (2008), o estudo de comparação etnográfica de pobreza urbanas levou os autores a afirmarem que:

[...] a persistência de precariedades tem como causa e conseqüência a reprodução das distâncias sociais. A nossa hipótese é que estes dois vetores com sentidos contrários estão articulados em um mesmo processo social, cuja resultante é o equacionamento entre atenuar e reproduzir. Compreendemos esta equação a partir da articulação de mecanismos sociais transversais aos diferentes universos empíricos observados. São eles: a violência simbólica, a vulnerabilidade política e a qualidade dos vínculos sociais (p. 110-111).

23 De acordo com Almeida, D' Andrea e De Lucca (2008), "[...] o que chamamos de 'situações periféricas' não se refere a um estado de exclusão, mas a contextos sociais em que há acesso precário a melhorias materiais e a recursos simbólicos. O termo 'periférico' deve-se ao fato de o 'foco' empírico estar na posição hierarquicamente inferior do espaço social, distante das centralidades da produção e reprodução de bens materiais e simbólicos com maior valor social" (p. 111).

A violência simbólica, para os autores, refere-se à articulação entre visibilidade e estigmatização no espaço social em seus arranjos situados, ou seja, à forma como em cada contexto específico "[...] as representações simbólicas sobre as localidades tanto de seus moradores quanto do restante da cidade, expressas na mídia, na relação com o Estado e na opinião pública" (p. 120), são agenciadas e imprimem sua importância tanto na obtenção ou não obtenção de recursos quanto na manutenção das desigualdades; a vulnerabilidade política diz respeito às relações que cada arranjo estabelece com o Estado, especialmente ao modo como as "[...] práticas estatais alternam-se e articulam simultaneamente segregação e distribuição de recursos" (p. 123), especialmente influenciadas pela dinâmica do jogo eleitoral e pelas inúmeras circunstâncias que estabelecem as condições de exercício das políticas de governo, variantes em cada período histórico; por fim, os autores ressaltam que a qualidade dos vínculos sociais estabelecidos no interior dos circuitos de reciprocidade (família, vizinhança, redes de assistência) possuem grande importância como fatores de proteção ou de limitação à mobilidade social, a depender de cada situação de vulnerabilidade.

No caso das periferias urbanas, um dos circuitos de reciprocidade de vizinhança que vem ganhando força nas últimas décadas está diretamente relacionado à emergência e expansão do "mundo do crime" (FELTRAN, 2011a), o que, para além de implicar em disputas de espaço de legitimação nas relações sociais locais, também se oferece como "marco de disputa de legitimidade social" (p. 337) no âmbito público, ao possibilitar a "[...] a retomada da ideologia pública da 'criminalização' das periferias e das favelas de São Paulo, que tende a confrontar no senso comum outra figuração ideológica – a da 'periferia trabalhadora', ambas totalizantes" (p. 315). Aliado a expansão do "mundo do crime", conforme discutimos anteriormente, há historicamente um deslocamento nítido no papel político dos movimentos associativistas comunitários a partir da constituição de 1988 e da nova conjuntura mundial dos anos 1990: de representantes das identidades e tradutores das reivindicações por direitos universais dos setores populares, boa parte dos movimentos transformaram-se em gestores subordinados de políticas sociais voltadas para uma população-alvo específica. Deste modo, expansão da gestão dos problemas sociais nas periferias urbanas, mediação não violenta presente nas fronteiras existentes entre as periferias e o mundo público, terminaria por circunscrever estes grupos sociais e suas reivindicações em seu próprio território, o que levaria a um esvaziamento político destas questões. Por fim, conjugada à criminalização presente na figuração pública das periferias urbanas e à gestão social destes territórios, Feltran

(2011a) constata a existência de dois tipos distintos e relacionados de modalidades de uso da violência nas mediações estabelecidas entre “centro” e “periferia”: a violência massiva, que “[...] designa o uso da força voltado para uma população”, e a violência política, que refere-se ao “[...] uso da força contra sujeitos específicos que pretendem representar essa população publicamente” (p. 317). Desta forma, de acordo com o autor, no interior destas relações políticas contemporâneas:

[...] as periferias não estariam segregadas de outras dimensões do mundo social, nem do mundo político, embora em diferentes situações seu acesso a ele seja efetivamente limitado, e os critérios dominantes de distribuição da legitimidade social e pública sejam controlados, pela gestão e pela violência (inclusive ilegal), que desbastam parte significativa da possibilidade de indivíduos e ações coletivas destas periferias constituírem-se como sujeitos políticos” (FELTRAN, 2011a:337).

Em um último registro, o trabalho sobre crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo realizado por Cláudia Scirè (2009; 2010) buscou compreender as mudanças nas relações entre renda, consumo e crédito advindas com a proliferação dos mecanismos de crédito oferecidos aos setores populares no decorrer da década de 1990, especialmente os moradores de periferias urbanas. Segundo Scirè (2010), este aumento da oferta de produtos financeiros à esta parcela da população atendeu, em um primeiro momento, à estratégia dos bancos comerciais e administradoras de cartão de crédito para ampliar seus lucros e resultados. A consolidação da lógica da concessão de crédito a amplos setores da população viria a partir da associação entre bancos, financeiras, redes varejistas e administradoras, parceria que proporcionou finalmente a expansão exponencial da utilização do crédito como meio de pagamento a partir da criação dos cartões de marca própria, o que segundo Scirè possibilitou a emergência do fenômeno de “financeirização nas dinâmicas cotidianas”:

A chegada da financeirização parece, assim, ter alterado em grande medida o gerenciamento do orçamento doméstico e as formas de lidar com a renda, pois permite às famílias multiplicar os recursos disponíveis, os bens adquiridos e as despesas com os mesmos. Se antes o gestão da renda era baseada no esquema poupança-crédito-consumo – onde a poupança era o elemento estruturador da relação – atualmente parece estar-se diante de um outro esquema – crédito-consumo-dívidas – sendo a poupança substituída pelo consumo imediato, baseado num excedente de crédito fornecido pelos cartões. É este ciclo de ‘pagamento de faturas – liberação do cartão – novas compras’ que caracteriza orçamento de muitos entrevistados (SCIRÈ, 2010:73).

A financeirização nas dinâmicas cotidianas permitiu, num primeiro plano, a desvinculação entre renda e consumo, a partir da incitação à lógica do endividamento possibilitada pelo limite de crédito concedido pelos cartões das administradoras e das redes varejistas, e condicionada pela administração correta do balanço financeiro doméstico, o qual vagueia entre as dívidas a pagar e os créditos oferecidos nos diferentes cartões disponíveis no momento. Desta forma, estas práticas de consumo dissociadas dos rendimentos efetivos do trabalho, parecem se constituir como um mecanismo de gerenciamento da renda das pessoas, ao induzir indiretamente o consumidor a utilizar cartões de crédito de lojas e redes varejistas específicas. Além disso, [...] é possível pensar que esta lógica que forja situações de endividamento na pobreza é a responsável por retroalimentar o funcionamento do sistema, possibilitando que a riqueza se acumule e que a pobreza seja mantida, ainda que sob um novo formato” (SCIRE, 2010:76).

Os trabalhos apresentados sinteticamente acima apontam, cada um a seu modo, questões e elementos presentes nas diversas dinâmicas sociais que integram e atravessam a produção cotidiana da vida nas periferias urbanas das cidades brasileiras. Conforme podemos notar, longe de estarem dicotomicamente apartadas das dinâmicas que compõe o "centro" da vida social urbana, há uma complexa teia de relações econômicas, políticas, culturais e sociais que conectam diretamente os bairros periféricos aos espaços centrais de produção e reprodução de bens materiais e simbólicos, ainda que de forma controlada e subordinada.

3.2 A CONSTITUIÇÃO DO “GONZAGA” ENQUANTO BAIRRO DE PERIFERIA

A despeito das especificidades inerentes ao processo de urbanização ocorrida nos municípios do interior do estado de São Paulo, intensificado de maneira especial a partir do final da década de 1970, pode-se constatar a existência de alguns aspectos uniformes com relação à dinâmica de produção do espaço urbano própria das grandes cidades brasileiras, principalmente no que se refere ao padrão periférico de urbanização marcado pela segregação sócio espacial. No caso de São Carlos, segundo Rosa (2008):

Já na década de 1940, um espaço destinado aos trabalhadores pobres se conformara na região sul da cidade, em descontinuidade com a malha urbana central, a partir do marco espacial definido pela linha férrea e pela estação ferroviária. Essa região se consolidará, ao longo da segunda metade do século XX, como uma grande área de expansão urbana periférica, com a abertura de inúmeros loteamentos – regulares ou irregulares – destinados aos

trabalhadores urbanos de baixa renda de São Carlos (p. 46).

Será no contexto de produção e ocupação destas áreas destinadas às classes populares trabalhadoras que surgirá no final da década de 1970, no município de São Carlos, a "favela do Gonzaga", bairro que nasce como uma ocupação irregular de terras adjacentes aos loteamentos populares destinados aos trabalhadores urbanos e que se constitui historicamente enquanto alternativa de moradia para algumas famílias empobrecidas – a maior parte delas migrantes²⁴ - que não haviam conseguido se estabelecer no “crescente polo industrial local” são-carlense. A medida que este processo de ocupação avança e se intensifica de modo bastante precário ao longo dos anos 1980-90, dada a completa inexistência local de infraestrutura urbana, o “Gonzaga” emerge ao debate público enquanto uma questão social fundamental a ser enfrentada pelo governo municipal, o qual inicia a partir de então uma série de intervenções urbanísticas visando resolver, segundo Magaly Marques Pulhez e Rosa (2007), o “problema” da “favela do Gonzaga”:

[...] em um primeiro momento através de ações pontuais que só fizeram ampliar o processo de favelização da ocupação (instalação de torneiras públicas e postes de iluminação nos limites da favela com os bairros do entorno); em seguida, com uma iniciativa que visava à “erradicação” da favela, apenas parcialmente implementada (realização de um mutirão habitacional em parceria com o Governo do Estado, que removeu parte dos moradores da favela); e, já no início da década de 1990, através da “urbanização” – realizada “em tempo recorde” – da “Favela do Gonzaga”, que passaria a se chamar “Jardim Gonzaga” (p. 11).

Desde as primeiras ocupações populares das encostas situadas na imediações do Jardim Pacaembu, um dos bairros limítrofes do "Gonzaga", ocorridas a partir de 1976, os moradores desta comunidade se acostumariam a enfrentar em seu cotidiano “[...] o universo de incertezas, inseguranças e arbitrariedades que constitui o processo histórico de produção do ‘Gonzaga’ desde suas origens” (ROSA, 2008:160). Neste sentido, combinaram-se de modo bastante imbricado os mecanismos populistas e clientelistas de manipulação política, colocados em funcionamento pelo poder público municipal, e as diversas formas de resistência popular, manifestadas ora de maneira politicamente organizada²⁵ (como a

24 “A São Carlos de meados da década de 1970, então uma promissora cidade em razão da crescente industrialização do estado, atraía tanto famílias excluídas do campo pelo processo de mecanização da agricultura, como outras vindas da metrópole, de diversas cidades do próprio estado e do país” (ROSA, 2008:48).

25 “Obviamente, a organização dos moradores, em uma cidade onde não havia tradição movimentista e onde a relação com o poder público, historicamente, dava-se sob bases clientelistas, como já visto, não ocorreu de forma fácil. Tantas haviam sido as incursões pontuais do poder público na Favela, que os moradores não acreditavam

reivindicação ocorrida no início da década de 1980 visando a instalação de torneiras públicas na comunidade, ou a mobilização de 1987, que culminou na constituição de uma “comissão de bairro”, e que propunha apresentar contrapropostas à proposta do governo municipal para a “erradicação” da favela por meio da construção de casas populares via mutirão), ora de modo ordinário, a partir da “[...] criação de novas formas de gerir e rearranjar coletivamente aquele espaço pelo estabelecimento de uma ordem própria, forjada frente às necessidades cotidianas dos moradores” (ROSA, 2008:193).

Entre a conquista de direitos e a concessão de favores e benfeitorias por parte do Estado, forjou-se historicamente uma disputa mais ou menos conflituosa entre os interesses próprios dos moradores do "Gonzaga" e as providências tomadas por parte da prefeitura municipal em relação ao suprimento de infraestrutura urbana básica, as quais eram especialmente acionadas pelos políticos locais em época de eleição municipal ou por ocasião do surgimento de algum fato político de relevância. Mais do que isso, a forma como a questão da "primeira favela de São Carlos" (ROSA, 2008:69) emerge ao debate público acabaria por conformar uma representação demasiadamente estigmatizada acerca dos modos de vida levados a cabo pelos "favelados" em suas práticas cotidianas:

Ilegalidade, promiscuidade, incivilidade, carência: essas representações sobre a Favela surgidas no fim da década de 1970 na cidade serão a raiz dos estigmas pelos quais o local será encarado ao longo desses quase trinta anos, desde sua “descoberta oficial”. Ainda que contraditórias ou ambíguas em alguns momentos, de forma geral, as representações que se estabeleciam nesse momento convergem no que diz respeito ao significado do aparecimento dessa primeira favela em São Carlos: ela seria, além de um “problema social”, uma “vergonha para a cidade” (ROSA, 2008:168).

Historicamente, esta representação simbólica criada a partir de uma visão homogênea e estigmatizada, por parte da opinião pública, sobre os territórios situados em periferias urbanas, tendeu a reduzi-los no imaginário social a regiões intrínseca e inexoravelmente pobres, criminosas, imorais. Tal compreensão reverbera e se reproduz ao longo do tempo de modo amplo no imaginário social, passando a ser gradualmente confundida com a dimensão histórica e concreta dos problemas efetivos com os quais os moradores de bairros periféricos, tal qual o "Gonzaga", deparam-se em seu cotidiano e se veem impelidos a conviver e a enfrentar. Dialogando com a exposição realizada anteriormente, percebemos no caso estudado

que sua urbanização pudesse realmente acontecer, o que, segundo Diva, desmotivava-os a participar" (ROSA, 2008:118).

a consolidação de um processo que historicamente vem conjugando, em arranjos diversos e dinâmicos, violência simbólica e vulnerabilidade política (ALMEIDA; D' ANDREA; DE LUCCA, 2008).

Se, inicialmente, no caso do "Gonzaga", tais representações estiveram originalmente relacionadas com a ilegalidade da ocupação daquele território e com "[...] uma ideia principal, de promiscuidade e ausência de 'civildade', associadas à questão da higiene" (ROSA, 2008:67), ou seja, com a tradução da questão relativa à precariedade do acesso à infraestrutura urbana em um problema relativo às características pejorativas e iminentes à condição de pobreza, a partir da urbanização relativa do bairro no início da década de 1990 e da consolidação do tráfico de drogas no local no final do mesmo período, o "Jardim Gonzaga" passaria a ser representado, no âmbito público, sob "[...] a ideologia pública da 'criminalização' das periferias e das favelas" (FELTRAN, 2011a:315), atrelada à expansão do "mundo do crime". Conforme vimos anteriormente neste capítulo, a expressão "mundo do crime" é cunhada pelo autor para designar a emergência e expansão de tal fenômeno nos bairros de periferia urbana e a correlata expansão do "marco discursivo do crime", o que teria implicado tanto uma disputa de espaço de legitimação nas relações sociais locais, como em um novo marco de disputa de legitimidade social no âmbito público. Neste sentido, a partir da década de 1990, o bairro do "Gonzaga":

[...] passaria a figurar com frequência na mídia local em função não apenas da intensificação das ocupações e das renovadas situações de risco e precariedade dela decorrentes, mas, principalmente, da sua criminalização, associada à presença do tráfico de drogas no local. O recém-criado "Jardim Gonzaga", embora urbanizado, permaneceria carregando o estigma de "favela", caracterizando-se ainda como um dos principais "problemas" da cidade (ROSA, 2008:160-161).

No ano de 2001, a coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) assume, com a eleição de Newton Lima, o poder executivo municipal, acontecimento inédito na história de São Carlos. Já no início daquele ano, o governo petista realizou suas primeiras intervenções urbanísticas no "Gonzaga", inicialmente por meio da adoção de ações de caráter "emergencial", as quais tratariam da remoção - para outro loteamento periférico da cidade - de 19 famílias que possuíam suas casas em situação de risco²⁶, e também da realização de projetos e obras pontuais de infraestrutura em duas regiões do bairro. No ano seguinte, o

²⁶ Tais casas estavam em situação de risco por estarem localizadas na encosta da bacia hidrográfica do Córrego do Rio Quente, denominado pelos moradores locais de "buracão" (PULHEZ e ROSA, 2007).

poder público municipal decidiu postular recursos financeiros frente ao Ministério das Cidades, por meio de sua participação no edital do Programa Habitar Brasil (HBB), tendo por objetivo a realização de uma intervenção urbanística de grande porte no bairro.

Com a aprovação e liberação de recursos concedida pelo Ministério das Cidades, inicia-se em 2003 a implantação do “Projeto de Urbanização Integrado – Gonzaga e Monte Carlo”, sob as normativas modelares do HBB (PULHEZ, ROSA:2007). No bojo de tal intervenção, ainda no ano de 2002, fora realizado na área de ação²⁷ do referido projeto um diagnóstico socioeconômico e habitacional por parte de pesquisadores da UFSCAR, com o objetivo de “[...] subsidiar o planejamento das ações do Trabalho de Participação Comunitária²⁸ e permitir a construção de indicadores a serem utilizados no trabalho de avaliação das ações realizadas” (MANCUSO et al, 2002:10). Os dados quantitativos e qualitativos oriundos deste estudo permitem que conheçamos de modo aproximado algumas das características do bairro do "Gonzaga" no início dos anos 2000, ainda que a área de intervenção não coincida plenamente com a delimitação geográfica do bairro:

- De acordo com a pesquisa, dos 1885 moradores da área entrevistados, distribuídos em 446 famílias, 49,1% eram homens e 50,9% mulheres, sendo 59,1% dos moradores constituída de pretos e pardos;
- Em relação à escolaridade, 35% das pessoas que moravam na região eram ou analfabetas, ou nunca foram à escola ou eram analfabetos funcionais (menos de 4 anos de escolaridade); à referida época, apenas 32,1% da população de 10 anos e mais frequentava a escola;
- Do total de moradores de 10 anos e mais, 44,4% eram inativos (não trabalham e tampouco procuravam trabalho); 10,4% eram desempregados abertos (não trabalhavam, mas procuravam trabalho na época) e 44,4% estavam ocupados (aqueles que disseram ter trabalhado nos últimos 7 dias), dentre os quais 37,4% trabalhavam enquanto prestadores de serviço e 18,8% na construção civil. As ocupações mais

27 De acordo com Pulhez e Rosa (2007), “[...] o processo de definição da 'poligonal de intervenção' onde seria implantado o Projeto, em que, por “razões técnicas” – leia-se adequação a sistemas infraestruturais e às exigências de renda familiar mínima do Programa – excluiu-se uma parte significativa do Jardim Gonzaga – que, coincidência ou não, engloba a região equivalente à ocupação original da antiga favela – incluindo, por outro lado, uma região de fronteira entre este bairro e a Vila Monte Carlo, no limite com o local onde foi realizado o mutirão que removeu parte das famílias da favela na década de 1980, área cujas características socioespaciais são bastante próximas às do Jardim Gonzaga, já que é resultado das ocupações ocorridas nos anos 1990” (p. 12-13).

28 Para melhor detalhamento acerca do formato normativo do Programa Habitar Brasil e de suas contingências de implementação, ver discussão realizada por Pulhez e Rosa (2007), a partir de análise que tomou como estudo de caso o projeto de urbanização do "Gonzaga", executado no bairro entre os anos de 2002 e 2006.

citadas entre as mulheres é a de empregada doméstica e faxineira e, entre os homens, servente de pedreiro e pedreiro. A taxa de desemprego aberto (calculada em relação à população economicamente ativa, ou seja, considerando-se apenas os ocupados e desempregados) era, em 2002, de 18,9%;

- Em relação à renda, 17,7% não recebiam ao menos um salário mínimo por mês; 66,8% possuíam renda de até 3 salários mínimos, e a renda média familiar era de 2,6 salários mínimos mensais;
- Os problemas do bairro mais apontados pelos moradores estavam relacionados à infraestrutura urbana, tais como asfalto e esgoto (49%), escassez de equipamentos sociais (8%), tráfico de drogas (8%) e violência (7%).

Os dados pertencentes ao relatório qualitativo anexado à pesquisa confirmam as condições sociais vivenciadas pelos moradores do "Gonzaga", bem como a estigmatização que estes sofriam em relação ao restante do município de São Carlos:

Na área tudo é precário [...] As condições de habitação são precárias e, em alguns lugares, convivem várias famílias juntas [...] As escolas na área são tidas como ruins, fracas, de acordo com o relato de alguns moradores [...] Na área, vivem principalmente famílias de trabalhadores com baixa qualificação e baixos níveis de escolaridade e, portanto, ou são desempregados ou trabalham em atividades de baixa qualificação, de caráter irregular e com baixa renda. Ali, elas têm um estilo de vida semelhante e as mesmas dificuldades. Tais dificuldades tem origem no orçamento restrito ou nas condições precárias da área, ou no preconceito a que estão submetidas por morarem no Jardim Gonzaga, uma ex-favela que carrega um estigma forte na cidade e nos bairros vizinhos [...] Este estigma de residência se evidencia não apenas na dificuldade em encontrar trabalho mas também nas relações com a segurança policial. Evidencia-se, nessas relações de trabalho e de segurança, a qualificação equivocada da pobreza como categoria perigosa e ameaçadora. Não há nada no sentido de se contrapor a essa situação a não ser algumas iniciativas esparsas de assistência social (MANCUSO et al, 2002: ANEXO 6A p. 07-08).

Ainda que as péssimas condições socioeconômicas tenham acompanhado toda a tortuosa trajetória de constituição do "Gonzaga" de *favela* a *bairro de periferia*, desde as primeiras ocupações realizadas em 1976, e que já no ano de 1985 um grupo de trabalho composto por docentes e discentes do Departamento de Engenharia Civil da UFSCAR tenha proposto, sem sucesso, junto à prefeitura municipal, um projeto piloto para urbanização da área (MANCUSO et al, 2002: ANEXO 6A, p. 03), a análise dos estudos e pesquisas realizadas sobre o bairro permitem afirmar que a atuação da Universidade Federal de São

Carlos no "Gonzaga" ganha novos contornos a partir da divulgação da pesquisa "*Condições de vida e pobreza em São Carlos: uma abordagem multidisciplinar*", realizada no ano de 1994 pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação do Departamento de Ciências Sociais da UFSCAR. Os resultados deste estudo, o qual teve como objetivo dimensionar, localizar e qualificar a pobreza em São Carlos, reconhecendo as áreas de bolsões de pobreza do município, situavam o "Gonzaga" entre os bairros com maiores índices de vulnerabilidade social da cidade, considerando-se as variáveis renda, inserção no mercado de trabalho, moradia, escolaridade e saúde (MANCUSO et al, 1994). Tal contexto acabou por atrair a atenção da própria Universidade para a realização de projetos de pesquisa e de extensão²⁹ voltados para populações empobrecidas, sendo no bojo desta mesma conjuntura que se inicia a relação entre a INCOOP/UFSCAR, criada em 1999 para fomentar a criação e o desenvolvimento de cooperativas populares de trabalho, e os moradores do "Gonzaga" (GALLO et al, 2000).

3.3 A ATUAÇÃO DA INCUBADORA REGIONAL DE COOPERATIVAS POPULARES DA UFSCAR NO "GONZAGA": DA CRIAÇÃO DA COOPERLIMP AO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Inaugurada oficialmente no dia 05 de abril de 1999, a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCAR surge com o objetivo de facilitar e fomentar a organização, por parte de grupos sociais historicamente marginalizados e trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, de cooperativas de produção e de serviço pautadas pelos princípios da Economia Solidária, como forma alternativa para a geração de trabalho e renda (GALLO, 2003). Ainda no decorrer do ano de 1998, a INCOOP/UFSCAR inicia suas atividades de incubação junto à empreendimentos econômicos solidários, a partir do trabalho de sensibilização realizado junto a população dos bairros identificados como bolsões de pobreza do município, tendo em vista a possibilidade de constituição de cooperativas populares em tais localidades:

Em 1998, um grupo de pessoas da comunidade universitária entrou em contato com a população de um bairro do município que, assim como outras regiões da cidade, correspondia a um bolsão de pobreza, conforme dados oriundos de projeto mantido por docentes da Universidade Federal de São

29 De acordo com Ferreira (2013): "As experiências e iniciativas baseadas nas atuais políticas de extensão universitária apresentam uma concepção ampliada de responsabilidade social da universidade que valoriza lutas das classes sociais e contribui para construção de uma sociedade menos injusta" (p. 34).

Carlos, o chamado “mapa da pobreza no município”. Desta iniciativa, surgiram discussões sobre as necessidades existentes na região, particularmente as relacionadas à geração de renda, para uma população essencialmente excluída não apenas do mercado de trabalho, mas de várias outras condições inerentes à condição de cidadãos. Nestas oportunidades, foi apresentada à população a possibilidade de organização coletiva para o trabalho, nos moldes propostos pela Economia Solidária, bem como foram identificadas possíveis atividades produtivas em relação às quais poderiam justificar-se empreendimentos desta natureza. Atividades relacionadas à construção civil, alimentação, costura, limpeza de edifícios, entre outras, foram identificadas e examinadas, sendo que de algumas delas surgiram iniciativas de trabalho coletivo. Dentre elas, a de limpeza de edificações, que deu origem à Cooperlimp – Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga, que recebeu, desde então, suporte da INCOOP para sua criação, implantação e implementação (ZANIN, 2008a:08-09).

Dois motivos principais parecem haver pautado a escolha do "Gonzaga" como bairro para a implantação do projeto piloto de formação de cooperativa popular a ser incubada pela UFSCAR: primeiramente, as precárias condições habitacionais e socioeconômicas do local constatadas a partir de pesquisa realizada pela universidade, as quais levaram a ponderação de que o "Gonzaga" figurava como o bairro mais carente entre os carentes do município; em segundo lugar, a articulação de uma liderança comunitária do bairro que já havia entrado em contato com coordenadores dos Núcleos de Extensão Município e Cidadania para convidá-los a participar das reuniões da Associação de Moradores local, o que também parece ter concorrido para facilitar o diálogo entre os moradores do "Gonzaga" e os membros da comunidade acadêmica (GALLO et al, 2000; GALLO, 2003).

De acordo com Ana Rita Gallo (2003), a constituição do primeiro empreendimento no “Gonzaga”, a Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga Organização (COOPERLIMP), se deu por meio de um amplo processo de articulação e sensibilização no bairro, a partir da realização de “[...] reuniões abertas a toda comunidade, convidada por meio de divulgação por carro de som, cartazes e as lideranças comunitárias” (p. 131). Por sua vez, a escolha da atividade econômica da primeira cooperativa foi condicionada devido às “[...] cooperadas possuírem mais habilidades e conhecimento sobre essa função econômica, além de terem, ao decidirem pela atividade, realizado cursos específicos sobre limpeza industrial, habilitando-se às exigências do mercado” (p. 132). Ademais, a partir do início do trabalho de incubação realizado pela INCOOP/UFSCAR junto à COOPERLIMP, na virada da década de 1990, e inspiradas na experiência exitosa desta primeira cooperativa, outras quatro cooperativas foram criadas na região do "Gonzaga" a partir dos anos 2000 (MANCUSO et al, 2002; ZANIN, 2008a): em 2001, foram criadas a Cooperativa dos Trabalhadores em Confecções São Carlos

(COOSTURARTE) e a Cooperativa de Trabalho Economia Solidária (atuante no ramo da construção civil, mas que finalizou suas atividades antes mesmo de se formalizar, por falta de acordo com a INCOOP/UFSCAR); em 2003 foi formada a Cooperativa de Coletadores de Materiais Recicláveis do Jardim Gonzaga (COOLETIVA) e, em 2004, a Cooperativa de Prestação de Serviços em Culinária de São Carlos (COOPERCOOK).

De acordo com já citado diagnóstico socioeconômico e habitacional realizado por pesquisadores da UFSCAR na região, no ano de 2002, havia uma grande expectativa por parte dos moradores em relação às possibilidades de transformação local oriundas da organização de cooperativas populares:

Atualmente, as lideranças reafirmam a ideia dos empreendimentos solidários, que têm se apresentado como possibilidade de organização da população e de geração de renda (na área já existem duas cooperativas em funcionamento). Estas experiências são citadas pelas lideranças entrevistadas como referência de modelo de geração de renda e de solução para os problemas da área (MANCUSO et al, 2002:65)

Se, durante os oito anos que se passaram desde a fundação da INCOOP/UFSCAR, os processos de incubação eram realizados de modo pontual e disperso e atendiam à demandas tanto no âmbito municipal quanto em outras cidades da região de São Carlos (Jaboticabal, Ribeirão Preto, Rio Claro, Araras), a partir de 2006 o trabalho realizado pela incubadora passa a enfocar sua atuação em bairros periféricos definidos a partir da existência prévia de empreendimentos econômicos solidários já assessorados por ela, e que também apresentassem potencial para ampliação e consolidação da Economia Solidária como forma preferencial de promoção do *desenvolvimento local*. No caso em questão, o bairro escolhido como foco de atuação da incubadora foi novamente o "Gonzaga", pois ali já se encontravam em funcionamento quatro cooperativas constituídas e assessoradas pela incubadora desde o seu surgimento (FERREIRA, 2013).

A concepção de desenvolvimento local que pautaria a reflexão acerca das estratégias e ações desempenhadas pela incubadora a partir de então está claramente expressa na formulação teórico conceitual transposta a seguir e retirada da justificativa do projeto “*Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP*”, financiado a partir de 2008 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP):

As recentes teorias sobre desenvolvimento local assentam-se no conceito de endogenia considerando que a sociedade e suas relações sociais internas têm fundamental importância no processo de desenvolvimento do território em que está situada. A sociedade, através de suas formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, torna-se o principal agente da modernização e da transformação socioeconômica em uma região (ZANIN, 2009:08-09).

Já no ano de 2008, a execução das ações previstas no plano de trabalho estabelecido para a primeira fase do referido projeto permitiu à INCOOP/UFSCAR, entre outras coisas, constituir uma equipe de trabalho responsável pela discussão e execução do projeto voltado para implantação, nos bairros do "Gonzaga" e Monte Carlo, de uma gama de empreendimentos econômicos solidários que, articulados por meio de redes de cooperação e com outras políticas públicas setoriais (educação, trabalho e renda, saúde, lazer, habitação, saneamento ambiental etc), pudessem promover de modo endógeno o desenvolvimento territorial daquelas comunidades. Segundo Danilo Malta Ferreira (2013), as novas estratégias de atuação implementadas pela INCOOP/UFSCAR na região do "Gonzaga" a partir deste período referiam-se a:

1. promoção do acesso a direitos relacionados à Economia Solidária (direito ao trabalho associado, renda, direitos trabalhistas, formação em Economia Solidária etc.) e 2. relacionados a outros direitos de cidadania (Saúde, Cultura, Lazer, Educação Matemática etc.). Em relação aos direitos relacionados à Economia Solidária a estratégia geral prevista foi de: A. garantir condições para o protagonismo dos EES existentes e B. a articulação com diversos atores sociais. Esperava-se que os EES existentes fossem protagonistas na criação de novos EES, na constituição e consolidação de diversas Cadeias Produtivas e de outras iniciativas econômicas solidárias (como ações de Finanças Solidárias e inserção social de usuários de Saúde Mental nos EES existentes) [...] Novos EES foram previstos pelo projeto da INCOOP, definidos em conjunto com a comunidade, para aumentar a quantidade da população envolvida com a Economia Solidária e para diversificação das atividades produtivas existentes no território (p. 53-54)

A estratégia adotada pela INCOOP/UFSCAR para a criação de novos empreendimentos econômicos solidários era pautada, portanto, no protagonismo dos sócios das cooperativas em atividade no território, tanto em relação ao processo de levantamento das necessidades e potencialidades da economia local, visando a compreensão das atividades econômicas que poderiam ser contempladas a partir da criação de novas cooperativas populares, como no trabalho de sensibilização dos demais moradores visando a adesão livre e esclarecida aos empreendimentos a serem criados.

No bojo da execução deste projeto de desenvolvimento territorial por meio da Economia Solidária, houve o entendimento, por parte da equipe INCOOP/UFSCAR responsável pelo planejamento e desenvolvimento de suas atividades, da necessidade de criação, nos bairros em que ocorria sua atuação, de iniciativas financeiras solidárias³⁰ que pudessem criar e operar mecanismos de integração entre produtores, prestadores de serviços e consumidores locais, de modo a garantir simultaneamente a circulação dos bens e serviços internamente oferecidos e a satisfação das necessidades de consumo dos moradores daquela localidade (CORTEGOSO et al, 2009). De acordo com os autores:

As iniciativas do âmbito das finanças solidárias estão sendo implementadas no território urbano de modo a ampliar as condições de sustentabilidade das atividades econômicas, reter recursos financeiros no território e, particularmente, estabelecer condições para ampliação das práticas de solidariedade, confiança e cooperação a partir das mudanças culturais fomentadas por estas iniciativas (CORTEGOSO et al, 2009:05).

Desta forma, a partir da criação de uma equipe de assessoramento em finanças solidárias, responsável por estudar, planejar e executar ações relacionadas a tal temática, foram levantadas três possibilidades de iniciativas financeiras a serem implementadas no "Gonzaga" e no Monte Carlo, de modo a facilitar a articulação e a consolidação dos empreendimentos no bairro: Feira de Trocas Solidárias, Banco de Serviços Solidários e Banco Comunitário. Vimos na seção anterior de nosso trabalho o contexto histórico de surgimento e as matrizes teórico-conceituais dos bancos comunitários no Brasil, inerentemente relacionados ao modelo marginalizante de produção do espaço urbano e à sua proposta de reorganização da economia destas regiões da cidade por meio do fortalecimento da produção e do consumo local, de forma a potencializar a integração social e as relações comunitárias. Desta forma, fizemos emergir o modelo normativo inerente à proposta de implantação de um banco comunitário no "Gonzaga", a qual se ancorou basicamente na experiência exitosa do Banco Palmas de Fortaleza/CE (CORTEGOSO, et al, 2009) e que esteve presente tanto na concepção do projeto de desenvolvimento territorial da INCOOP/UFSCAR, quanto no discurso dos coordenadores executivos responsáveis por sua implementação e pelo diálogo

30 Segundo Fábio João Búrigo (2010): "As finanças solidárias relacionam o trabalho de intermediação financeira a objetivos políticos que estão vinculados à ideia da transformação econômica, da conquista de direitos e da melhoria das condições de vida para os segmentos oprimidos [...] Apesar de ser expressão aglutinadora de atores sociais de diferentes matizes, o que se observa é que a visibilidade e a linha política do movimento das finanças solidárias vêm sendo dadas por segmentos sociais que condenam os rumos do capitalismo contemporâneo" (p. 184-186).

com os moradores do bairro.

3.4 A EXPERIÊNCIA DA ESTRUTURAÇÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO NO “GONZAGA”

Conforme vimos anteriormente, a UFSCAR se constituiu historicamente enquanto ator fundamental do processo de implantação e estruturação das iniciativas econômicas solidárias no "Gonzaga", seja por meio do reconhecimento e mapeamento das áreas configuradas enquanto “bolsões de pobreza” no município de São Carlos, seja pela realização de atividades extensionistas voltadas para este fim. Deste modo, por meio da atuação de uma incubadora de cooperativas populares, a Universidade Federal de São Carlos aparece como um ator externo àquela comunidade que se propõe a apresentar e fomentar o cooperativismo popular enquanto alternativa de geração de trabalho e renda frente ao cenário característico do final da década de 1990 no Brasil, de aumento dos índices de desemprego e de exclusão social (GALLO et al, 2000).

No ano de 2008, dez anos após o início do trabalho da INCOOP/UFSCAR no "Gonzaga", se inicia minha trajetória de aproximação junto aos moradores deste bairro, dada justamente no âmbito de minha atuação enquanto coordenador executivo da equipe de Finanças Solidárias desta instituição e no bojo do projeto de pesquisa e extensão desenvolvido por ela. De um relacionamento restrito em seu início aos sócios das cooperativas ali existentes, passei a estabelecer a partir de 2010 uma relação mais próxima com seus moradores de uma forma geral, a partir da realização de um trabalho de articulação política desempenhado de modo bastante intenso no decorrer deste ano, proporcionando o estabelecimento de laços de confiança não só com os integrantes daquela comunidade, mas também com os outros atores sociais que desempenhavam algum tipo de função na localidade – gestores públicos, agentes de saúde, lideranças paroquiais:

[...] em 2010, foram vários os momentos em que estive presente no Jardim Gonzaga compartilhando vivências e experiências, ajudando a organizar e participando de diversos eventos e atividades, algumas propostas pela própria comunidade e outras pela incubadora ou pelas equipes dos equipamentos públicos do bairro: I Copa de Saúde (em parceria com a USF); Festival Sanca Hip Hop (em parceria com o Ponto de Cultura Independência ou Marte - Conexões Solidárias); Festa Junina das crianças (em parceria com a ECO); oficinas de produção de Fanzine e de Grafite com as crianças e jovens; Sessão de Cinema de Rua; clubes de trocas solidárias; reuniões e conversas com

lideranças locais visando a rearticulação da Associação de Moradores; e, por fim, em outubro de 2010, colaboramos na realização da Festa do Dia das Crianças. Esta última atividade merece um destaque especial, pois foi a primeira vez que nos foi solicitada, pela própria comunidade, a colaboração na organização de um evento que era tradicional no bairro. A proposta de festa era realizar uma série de apresentações culturais voltadas para as crianças, oferecer refrigerante e quitutes salgados e doces para elas, e ao final da festa haveria uma distribuição de diversos presentes. A comida era preparada pelas próprias mulheres do bairro, sendo que os ingredientes eram em parte conseguido por doação nos mercados locais e em parte eram comprados pelos “irmãos”³¹, assim como os presentes destinados às crianças. De nossa parte, foi-nos solicitado a infraestrutura audiovisual do evento, e pela primeira vez assumimos uma responsabilidade não só perante à comunidade, mas também perante os “irmãos”. Foi assim que, também de maneira inédita, vi a quadra da ECO tomada pelas crianças e por seus pais no dia 10 de outubro de 2010. Foi bem legal poder estar presente, colaborar com realização da festa e ganhar certa credibilidade com a comunidade. Ao final das apresentações culturais, os “irmãos” subiram ao palco para organizar a distribuição dos presentes, e assim, com muita bagunça e alegria se encerrou a festa do dia das crianças do Jardim Gonzaga (ao menos para as crianças, pois para as mulheres ainda restou a tarefa de limpar e organizar toda a bagunça feita por elas: o dia seguinte era segunda-feira, e tudo deveria estar de volta à ordem habitual) (SE I - US13).

Os contatos iniciais realizados com as cooperativas de trabalho, assim como os diálogos e parcerias estabelecidos ao longo do tempo com as lideranças políticas e religiosas, gestores e funcionários públicos ali atuantes, permitiram pouco a pouco que algumas demandas, ações e discursos da própria comunidade pudessem emergir durante o processo de análise de viabilidade da implantação do banco comunitário. Tal condição acabou favorecendo a manifestação de acontecimentos extremamente relevantes para a compreensão de alguns aspectos relacionados à complexa gama de relações sociais e políticas estabelecidas entre os diferentes atores - internos e externos - atuantes no cotidiano daquela comunidade: universidade, igreja católica, polícia, poder público, tráfico de drogas, cooperativas, associação de moradores, ministério público do trabalho etc. Entre estes acontecimentos, daremos destaque em nosso trabalho àqueles que atestam: a) a natureza multifacetada das inúmeras ações empenhadas pelo Estado e interferentes de modo direto ou indireto na vida dos moradores do "Gonzaga", relacionadas em nosso caso à atuação estatal enquanto comprador público de bens e serviços econômicos; regulador público da ordem legal e

31 A expressão "irmãos" refere-se, no presente trabalho, aos membros batizados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) (FELTRAN, 2011b).

jurídica do regime democrático constitucional; promotor de políticas públicas setoriais de interesse social e, também, de detentor do "[...] monopólio da decisão acerca do que deve ser considerado interesse público" (PULHEZ; ROSA, 2007:19); b) a manutenção da importante influência da Igreja Católica no bairro, auxiliada pelos projetos sociais historicamente desenvolvidos e apoiados por suas paróquias no "Gonzaga", bem como a presença de atividades relacionadas ao tráfico de drogas, cuja convivência se dá de formas múltiplas e como parte integrante do cotidiano local.

As situações vividas e descritas a seguir foram por mim experienciadas a partir de meu trabalho no fomento à criação e consolidação de iniciativas econômicas populares no "Gonzaga" e, portanto, dentro de tal perspectiva, estão particularmente relacionadas ao processo de estruturação do banco comunitário no bairro. No bojo destas dinâmicas sociais situadas, podemos perceber o imbricamento intrínseco existente entre as esferas pública e privada, entre as noções acerca do que é legal ou ilegalmente permitido.

3.4.1 Atores e mediações, disputas e convergências: a natureza multifacetada da ação estatal nas práticas políticas e econômicas do “Gonzaga”

A partir de 2008, quase uma década após a criação da primeira cooperativa de trabalho no "Gonzaga", ao redefinir sua estratégia de intervenção em Economia Solidária neste bairro, tomando a ampliação dos empreendimentos econômicos solidários ali existentes e a criação de uma rede local de produção, comercialização e consumo como forma de desenvolvimento local e endógeno do território, a incubadora da UFSCAR passa a fomentar também a atuação política das cooperativas locais, estimulando-as a se tornarem protagonistas deste processo de expansão e articulação das iniciativas solidárias. Neste contexto, dentre as cooperativas atuantes naquela localidade, a COOPERLIMP acaba emergindo como ator endógeno central de mobilização comunitária, dada sua capilaridade e seu alto grau de influência no território, decorrente do grande número de postos de trabalho gerados durante o período em que permaneceu atuante na prestação de serviços de limpeza, de 1998 a 2011:

A cooperativa de limpeza iniciou com vinte pessoas – as que conseguiram ter documentos pessoais para atender exigências para criação de cooperativa no Brasil – congregando, após 12 anos de existência, mais de 300 sócios, que ocupam aproximadamente 210 postos de trabalho, conseguidos por meio de participação em editais públicos das quais resultaram dois contratos firmados com a prefeitura municipal da cidade em que está sediada (CORTEGOSO, 2010:01).

Durante os dois primeiros anos de atuação da equipe responsável pela análise da viabilidade de constituição de um banco comunitário no "Gonzaga", os membros da diretoria da cooperativa participaram ativamente tanto das reuniões de debate e planejamento das iniciativas de finanças solidárias quanto da organização e realização de atividades afins à temática:

Foi nesse contexto que organizamos as duas feiras de trocas solidárias no Centro da Juventude, em setembro e outubro de 2009. Com a maior proximidade estabelecida ao longo do ano com a diretoria da COOPERLIMP, pudemos contar com grande apoio de seus membros na organização e na realização das feiras, seja no planejamento destas, na articulação com comerciantes para doação de alimentos, na preparação da comida da barraca de alimentação, na divulgação das feiras e no trabalho empenhado durante seu acontecimento (SE I - US8).

Concomitantemente às reuniões da equipe de Finanças Solidárias, a partir de março de 2009 me envolvi com a sensibilização de pessoas ali da região visando a constituição de uma horta comunitária que produzisse alimentos orgânicos e gerasse renda para os moradores. Contando com o apoio da diretoria da COOPERLIMP, começamos a reunir um grupo de aproximadamente 20 pessoas para discussão da viabilidade de implantação da horta. Foi a partir desta época que passei a ter um contato mais direto e frequente com a diretoria da COOPERLIMP, empreendimento que se constituía cada vez mais como principal parceiro estratégico do nosso projeto (SE I - US7).

No entanto, a partir de 2010, a cooperativa de limpeza passa a enfrentar algumas situações problemáticas em seu funcionamento, o que pouco a pouco foi inviabilizando a continuidade da atuação do empreendimento nas atividades relacionadas ao projeto de desenvolvimento territorial por meio da Economia Solidária proposto pela INCOOP/UFSCAR. Dos principais fatores que levaram a cooperativa a vivenciar uma situação de crise (CORTEGOSO, 2010), podemos destacar prioritariamente dois: primeiramente, a assinatura, pelo empreendimento, de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), o qual impedia a cooperativa a assumir novos postos de trabalho tanto na esfera pública quanto na privada. O estabelecimento destes TACs estão sustentados em um acordo firmado no ano de 2003 entre a Procuradoria Geral da União e o Ministério Público do Trabalho (MPT), o qual impede a União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de serviço, visto que a constituição deste tipo de cooperativa teria por objetivo o não

cumprimento das leis trabalhistas por meio da dissimulação de relações empregatícias.

O segundo fator se refere ao alto grau de complexidade e de exigências para o cumprimento dos dois contratos estabelecidos entre a cooperativa e a prefeitura municipal de São Carlos, os quais somados correspondiam a aproximadamente 210 postos de trabalhos. Segundo Ana Lúcia Cortegoso (2010), o “[...] estabelecimento de contratos com as características destes firmados pela cooperativa de limpeza (grande número de postos de trabalho, dispersão dos postos, baixo nível de convivência entre sócios no trabalho etc) e as consequências das condições intrínsecas a este tipo de relação para o processo de autogestão” (p. 20), trouxeram implicações negativas para a administração dos serviços prestados por parte dos cooperados, considerada tanto no âmbito dos processos internos de gestão da cooperativa como das relações de trabalho estabelecidas entre o empreendimento e seu contratante.

Para além das questões relacionadas às limitações e desafios inerentes ao processo de ampliação e consolidação da autogestão em uma cooperativa popular com mais de 200 sócios, importa-nos sublinhar a interferência de um órgão público estatal em uma iniciativa de trabalho associativo conjuntamente organizada entre os moradores do "Gonzaga" e os docentes, discentes e técnicos da INCOOP/UFSCAR, cuja estratégia de inserção no ramo econômico da prestação de serviços de limpezas de edificações por meio da concorrência de editais públicos (municipais, estaduais e federais), além de proporcionar a consolidação econômica do empreendimento ao longo de seus 12 anos de atuação, também afetou diretamente o interesse das empresas terceirizadoras concorrentes, as quais passaram a perder grandes contratos públicos de prestação de serviços:

Ainda que ocupe importante papel social como agente de controle do cumprimento das leis relativas às relações trabalhistas no país, a atuação do MPT vem sendo equivocada, do ponto de vista da Economia Solidária, no que tange ao tratamento que dá às legítimas iniciativas populares de organização para o trabalho coletivo e associado [...] Em nome da crença de que estão efetivamente contribuindo para a proteção de trabalhadores contra relações precarizadoras no trabalho, e portanto no cumprimento dos objetivos do MPT, representantes deste Ministério atuam: com base em uma visão estrita (e estreitamente) pautada nas relações trabalhistas de padrão-empregado; supondo que este tipo de empreendimento (cooperativas de trabalho) é, por princípio, fraudulento, já que necessariamente subordinado – ou seja, incapaz de gerir seu próprio funcionamento de modo autônomo; com ignorância ou desconsideração do papel que os empreendimentos autogestionários populares têm desempenhado e podem desempenhar para as populações mais precarizadas no país; com desconsideração da particular importância de empreendimentos que requerem pouco mais do que a

competência das pessoas de realizarem um trabalho (dado que tais cooperativas, muitas vezes, dispensam um investimento inicial de que os segmentos populares não dispõem, nem em dinheiro e patrimônio, nem como crédito); com alta suscetibilidade à ação dos *lobbys* mantidos por empresas terceirizadoras de mão de obra. Neste contexto, impõem a estas cooperativas, particularmente as que alcançaram sucesso ao concorrer com empresas terceirizadoras de mão de obra (o que em geral significa exploradora de mão de obra), a assinatura de compromissos, na forma de termos de ajustamento de conduta, que estabelecem não uma correção em eventual equívoco na conduta dos envolvidos, mas a extinção destes empreendimentos (CORTEGOSO et al, 2010:04-05).

A despeito das diversas formas de enfrentamento frente à tal imposição, acionadas por parte da COOPERLIMP, da INCOOP/UFSCAR e do movimento de Economia Solidária (Fóruns Municipal e Estadual), e relacionadas à realização de manifestações e audiências públicas, elaboração de dossiês, documentos e abaixo assinados a favor das cooperativas de serviço³², reuniões com representantes do MPT e articulações com parlamentares dos três níveis federativos de poder, a COOPERLIMP encerrou suas atividades profissionais no início de 2011, com o término do prazo de funcionamento estabelecido pelo MPT, firmado por meio do TAC assinado pelo empreendimento em 2008 (CORTEGOSO, et al, 2010). Deste modo, a possibilidade de extinção da cooperativa de limpeza, que no decorrer de 2010 já era tida por seus defensores como o cenário mais provável, se concretiza com o final dos contratos de prestação de serviços firmados com a prefeitura e com a impossibilidade de auferir novos postos de trabalho, ensejando a manifestação das condições de fragilidade expostas abaixo:

A condição de fragilidade a que a situação identificada como crise colocava o empreendimento, já é por si só preocupante em função do número de pessoas em situação de risco iminente de perder a ocupação que garante a sobrevivência de um número considerável de famílias no caso de descontinuidade da cooperativa. Sua condição frágil tem uma dimensão ainda maior, considerando o protagonismo esperado e exercido pela cooperativa em um projeto de desenvolvimento territorial com economia solidária em andamento no bairro em que se insere o empreendimento (CORTEGOSO, 2010:02).

É, portanto, no bojo do projeto de expansão das iniciativas de Economia Solidária no "Gonzaga" que a COOPERLIMP, principal ator local de articulação e mobilização comunitária visando a consecução de tal objetivo, e cuja experiência inédita e exitosa de

32 O processo de criminalização das cooperativas de serviços no município de São Carlos ainda envolveu o fechamento da COOPERCOOK, empreendimento que também prestava serviços no ramo da alimentação à Prefeitura Municipal de São Carlos, e da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Área de Proteção à Vida e ao Trabalho (COOPVIP), cuja atuação na área de vigilância se restringia ao âmbito privado (CORTEGOSO et al, 2010).

geração de trabalho e renda no bairro havia sido tomado como ponto de partida da INCOOP/UFSCAR para formulação da estratégia de ação territorial, deixa de oferecer seus serviços de limpeza de edificações. Tal acontecimento se conjugou a um processo em que foi possível observar uma estreita relação entre o mercado concorrencial das licitações públicas e a *criminalização*, por parte do Estado, *de uma atividade resguardada legalmente* pela Constituição Federal, a saber, o direito ao trabalho associado e cooperativo. Esta relação parece indicar a existência de uma disparidade aguda nas formas e possibilidades de acesso, por parte de agentes econômicos situados em diferentes níveis da hierarquia social, às diversas formas de regulações públicas estatais, representadas em nosso caso pela instrumentalização da atuação do MPT na defesa dos direitos coletivos e individuais na área trabalhista em favor da extinção de cooperativas populares de trabalho.

No caso específico da COOPERLIMP, a atuação do MPT foi conflitiva não apenas com a plataforma de reivindicação do movimento de Economia Solidária, a qual postula a utilização do "[...] poder de compra do Estado para o fortalecimento da economia solidária e da agricultura familiar" (II CONAES, 2010:32) enquanto estratégia nacional para promoção da comercialização de produtos e serviços dos EES. Segundo Cortegoso et al (2010), ela também entrou "[...] em clara contradição com a criação da SENAES, no primeiro governo Lula, como política de governo" (p. 05), secretaria vinculada ao MTE e responsável pela construção da política pública de fomento à Economia Solidária no âmbito deste e outros ministérios do governo federal.

Além do financiamento do projeto de pesquisa em políticas públicas e desenvolvimento territorial concedido pela FAPESP a partir de 2008, outros aportes de recursos públicos permitiram à incubadora da UFSCAR constituir equipes de trabalho responsáveis pelas diversas intervenções realizadas no "Gonzaga", incluindo aquelas responsáveis pela assessoria técnica à COOPERLIMP e pela implantação de iniciativas de finanças solidárias no bairro. Dentre as ações de fomento à Economia Solidária vinculadas ao governo federal, destacam-se o Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC), programa coordenado pela SENAES com o objetivo de promover a "[...] a consolidação e ampliação das incubadoras para que estas colaborem na criação e acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários" (FREITAS, 2012:105); e o Programa de Extensão Universitária (PROEXT), desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) com o objetivo de promover o apoio à atividades de extensão universitária de

incubação e fomento à Economia Solidária (FREITAS, 2012:129).

De alguma forma, as contradições inerentes à criminalização de cooperativas populares autênticas (em contraposição às cooperativas de intermediação de mão de obra, controladas por um ou mais proprietários) num contexto de institucionalização³³ das políticas públicas de Economia Solidária estão relacionadas, entre outras questões, à consideração de que "[...] o governo Lula é o mais representativo que já teve por trazer a parte oprimida em luta. Porque a outra sempre está. Inevitavelmente sempre está. Você não governa contra a classe dominante, isso não existe. Ou você a esmaga ou ela te esmaga, não dá para fazer diferente"³⁴. Destarte:

As Políticas Públicas de Economia Solidária surgem como um elemento novo e transformador de uma estrutura consolidada no MTE há mais de 70 anos. No entanto, necessitam avançar na institucionalização das leis que ampliam o direito ao trabalho associado e cooperado. A Economia Solidária se constituiu como uma política marginal dentro do governo Lula. Este, ao mesmo tempo em que colaborou para a consolidação do capitalismo no Brasil, manteve uma política em que também dava voz para os movimentos sociais e "minorias". Foi um governo que trouxe para seu interior grande parte dos conflitos existentes na nossa sociedade. Assim, segundo Singer, o Estado já governa para a maioria e o diferencial de Lula é que este trouxe uma parte em luta para dentro do governo, como a Economia Solidária. E são nestas contradições e disputas que a Economia Solidária esteve dentro e fora do Estado. Os resultados e limites das ações da SENAES são parte integrante destas contradições (FREITAS, 2012:186).

De outro modo, o encerramento das atividades da COOPERLIMP, além de seu impacto direto no bairro relacionado aos 210 postos de trabalho que deixaram de integrar as fontes de renda de muitas famílias do local, marcou um momento de inflexão nas relações estabelecidas entre algumas equipes de trabalho da incubadora (nas quais estive presente) e os moradores do "Gonzaga", redefinidas a partir da diminuição da atuação da COOPERLIMP nas atividades do projeto de desenvolvimento territorial e da constatação de que as equipes de incubação deveriam estar mais presentes no cotidiano local, a partir de uma articulação mais fina com as experiências vivenciadas no bairro:

33 De acordo com Valmor Schiochet (2011), "[...] a ideia de tornar 'legal' a política de Economia Solidária por si só também pode ser ingênua. Em si, não é a lei (texto formal) que cria direitos e deveres. Ela somente se tornará ação viva caso a Economia Solidária apresente força política para exigir as iniciativas existentes. Esta força depende da força ético-política originária de alianças e compromissos entre a Economia Solidária e demais sujeitos e lutas emancipatórias [...] e nela está a perspectiva de que a criação de novas institucionalidades signifique a afirmação de novos valores e de novas bases para o processo de desenvolvimento" (p. 452).

34 Trecho da entrevista do economista Paul Singer, secretário nacional de Economia Solidária, concedida à Freitas (2012:212).

Surgiu, a partir dos debates realizados dentro das equipes, uma avaliação autocrítica de que deveríamos estar mais presentes no cotidiano das pessoas e, portanto, do bairro, nos colocando à disposição para ouvir e colaborar com elas nas demandas que eram próprias da comunidade, ao invés de apenas marcar reuniões pontuais nas quais eram discutidas tão somente as pautas propostas pela incubadora. Tal momento marcou uma grande mudança em minha relação com o Jardim Gonzaga, pois a partir desta nova aproximação (realizada não mais apenas via COOPERLIMP) pude quebrar em parte a barreira que se impunha entre eu e os moradores do Gonzaga. Minha primeira atitude visando esta aproximação foi o estabelecimento de diálogo com todos os gestores que atuavam nos equipamentos públicos que atendiam as pessoas do bairro: Unidade de Saúde da Família (USF), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro da Juventude (CJ) e Estação Comunitária (ECO). Fui pessoalmente conversar com os gestores responsáveis por cada uma das equipes dos equipamentos públicos, demonstrando minha intenção, enquanto coordenador executivo da INCOOP/UFSCAR (e, portanto, não deixava de pautar e discutir sobre as iniciativas de economia solidária que pretendíamos apresentar para as pessoas), de estar mais presente no dia a dia do bairro e de colaborar com o trabalho desenvolvido pelas equipes no que estivesse ao meu alcance. Passei a frequentar sistematicamente as reuniões da USF, com alguma frequência das reuniões do CRAS e da ECO, e conversava sempre informalmente com o pessoal do Centro da Juventude, pois já havíamos estabelecido algumas parcerias desde 2009 (oficinas de horta orgânica e feiras de trocas solidárias). Além de participar de tais espaços, conversei em alguns momentos com pessoas ligadas à Paróquia Madre Cabrine (entidade bastante atuante no bairro desde o início de sua ocupação, em 1977) e também com alguns moradores do Jardim Gonzaga para sondar a situação da associação de moradores local (havia encontrado no site da prefeitura municipal uma notícia, datada de 30 de janeiro de 2006, relacionada à fundação da associação de moradores do Jardim Gonzaga e Monte Carlo no âmbito do projeto de urbanização Habitar Brasil). Em síntese, foquei minha inserção a partir do reconhecimento e aproximação das organizações coletivas e já presentes e atuantes no bairro (SE I - US9).

A conformação da estrutura de equipamentos públicos encontrados em 2010 no "Gonzaga" e em suas intermediações para o atendimento de seus moradores em relação aos seus direitos básicos de cidadania se alterou significativamente a partir de 2001, com as duas gestões de liderança petista exercidas por Newton Lima no governo municipal (2001-2008). Além das creches e escolas de educação básica, fundamental e médio existentes anteriormente na região³⁵ e dos programas institucionais de assistência social já realizados pelo Centro Comunitário "Maria Bernadete Rossi Ferrari", foram criados, no bojo da execução do Plano

³⁵ Nos referimos à Creche Municipal "Therezinha Rísoli Massei", à Escola Municipal de Educação Básica "Janete M. Martinelli Lia" e à Escola Estadual "Dona Aracy Leite Pereira Lopes" (MANCUSO et al, 2002).

Municipal de Assistência Social (SÃO CARLOS, 2003) e das intervenções urbanísticas realizadas por meio do Programa HBB, dois novos equipamentos públicos na região: o Centro da Juventude "Elaine Viviani" e a Estação Comunitária do Jardim Gonzaga (ECO).

Localizado no Monte Carlo, bairro adjacente ao "Gonzaga", o Centro da Juventude foi implantado em outubro de 2002, por meio de parceria entre a prefeitura municipal e os Salesianos São Carlos, com o objetivo de promover "[...] atividades esportivas, culturais e educativas [...] de melhoria de qualidade de vida e lazer saudável e de qualificação profissional que valorizem as aptidões dos jovens entre 15 e 22 anos de idade" (SÃO CARLOS, 2003:49). No início da segunda gestão Newton Lima, em 2005, tendo sua gestão vinculada à recém criada Secretaria Municipal da Infância e Juventude, tal equipamento público teria sua infraestrutura de atendimento inteiramente reformada, sendo posteriormente reinaugurado em outubro de 2008 (ZANIN, 2008b:24). As parcerias realizadas entre a INCOOP/UFSCAR e a equipe do Centro da Juventude para a realização de Feiras de Trocas Solidária e de oficinas de formação em plantio orgânico de alimentos foram concretizadas durante este segundo período de atendimento do equipamento³⁶.

Mas a principal realização do governo petista no bairro esteve relacionada à implantação do Programa HBB, projeto de urbanização integrada que, por meio da execução de ações de natureza físico-urbanística, ambiental, habitacional, fundiária e social, as quais previam um investimento de aproximadamente seis milhões de reais na região, pretendia assegurar o "[...] acesso aos serviços sociais básicos de infraestrutura urbana e social, à segurança fundiária e a políticas de desenvolvimento social, combinado com o início das ações de recuperação ambiental" (SÃO CARLOS, 2003:22). Como parte das ações previstas a serem desenvolvidas durante o prazo de vigência do financiamento auferido junto ao governo federal:

[...] a implantação de uma "Estação Comunitária (ECO)" no bairro, como apontado anteriormente, foi uma das intervenções mais incisivas de todo o Programa, não apenas no que diz respeito aos aspectos físicos do espaço urbano – uma vez que transforma a única área livre do bairro em um conjunto adensado de equipamentos públicos murados –, ou a seus aspectos simbólicos – relativos ao vivido, às suas formas de produção e apropriação cotidianas –, mas, principalmente, políticos – relativos às suas estruturas de gestão. Se até a chegada do Programa HBB aquele era um espaço livre, público no sentido de que engendrava as disputas entre diversos grupos de moradores por seu uso, o que garantia sua preservação enquanto tal, livre de

36 Para um melhor detalhamento do processo de planejamento e implementação das atividades do Centro da Juventude "Elaine Viviani" a partir de 2008, ver METUIA (2008) e Pereira (2012).

ocupações, a instalação da ECO, com sua estrutura rígida e burocrática de funcionamento e seus muros e grades, instaura um marco central da presença do poder público no local, enquanto disciplinador daquele espaço (PULHEZ; ROSA, 2007:17).

A ECO do Jardim Gonzaga fora construída numa área conhecida no bairro pelos moradores como "campinho", a qual havia sido historicamente preservada das construções habitacionais tendo em vista a manutenção de um espaço público reservado ao lazer (CAMPOS et al, 2003; PULHEZ; ROSA, 2007). A proposta da ECO era congregar programas de inclusão social desenvolvidos pelas Secretarias Municipais de Cidadania e Assistência Social, com a implantação no local de um Centro Comunitário e de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), de Saúde, com o início das atividades da Unidade de Saúde da Família (USF) "Dr. Pedro de Almeida", e de Esportes e Lazer, com construção da Praça de Esportes "Gervásio Gonçalves". Ademais, a concretização do processo de implantação da ECO sob as normativas modelares do Programa HBB, em uma área simbólica e funcionalmente representativa aos moradores do "Gonzaga", termina por ensejar uma série de disputas e negociações entre eles e os funcionários da prefeitura municipal responsáveis pelo projeto em torno da possibilidade de cogestão deste equipamento público, tornando desde então sua administração por parte do poder público deveras complexa e delicada (PULHEZ; ROSA, 2007). Pouco mais de cinco anos após a inauguração da ECO, a partir de meu processo de vivência e atuação profissional no "Gonzaga":

[...] fiquei sabendo, por intermédio de Alessandra, educadora popular da Rede Educação Cidadã (RECID), que a equipe da USF havia convocado uma reunião com parceiros e moradores para discutir as condições precárias em que se encontravam suas instalações e a impossibilidade de trabalhar e de atender a população de maneira digna. Dada minha proximidade com as pessoas da equipe e também do bairro, me senti na obrigação de participar do encontro. Foi então que nos reunimos no dia 31 de março de 2011, em uma sala da USF do Jardim Gonzaga, para discutir as possibilidades de ação para mudar aquela situação incômoda. Segundo relato da chefe da equipe da unidade, eles já haviam encaminhado diversas solicitações à Secretaria de Saúde que não foram consideradas nem respondidas. Deliberamos que iríamos montar um novo dossiê (agora com a participação da população), o qual serviria de base para levarmos a discussão ao conselho municipal de saúde e em último caso à imprensa. Marcamos uma reunião para o dia 04 de abril, segunda-feira seguinte deste primeiro encontro, onde iniciariamos a elaboração do dossiê. Na manhã do dia 04, recebi o telefonema de uma pessoa ligada à Secretaria de Cidadania e Assistência Social me perguntando sobre o que estava se passando no Jardim Gonzaga, pois havia sido

publicada em um jornal local uma reportagem de mais de duas páginas sobre as péssimas condições dos equipamentos públicos da região, em que aparecia inclusive uma denúncia feita por um morador de desvio de leite pelos funcionários da USF. Depois do almoço, no horário de nossa reunião, fui recepcionado pelos membros da equipe de saúde, os quais ainda estavam atônitos pelo que havia se passado. Ninguém sabia quem havia chamado a imprensa e, por conta das denúncias feitas pela população em relação ao desvio de leite, apesar da tentativa frustrada de reconciliação, as pessoas da equipe de saúde decidiram sair do processo de mobilização (SE I - US16).

Algumas questões merecem ser consideradas em relação ao processo de organização política que se inicia com a convocatória realizada pela equipe da USF do "Gonzaga" em direção aos seus parceiros e à população acolhida por seus serviços públicos de saúde, a fim que se discutissem formas alternativas para reivindicação de melhorias da infraestrutura e das condições de atendimento à população daquela unidade de saúde. A primeira delas se refere à falta de manutenção de um equipamento público localizado em um bairro da periferia da cidade, cujo processo de implantação havia exigido do poder público municipal um considerável dispêndio de recursos políticos e financeiros, segundo consta o trabalho de Pulhez e Rosa (2007) acerca da urbanização do "Gonzaga" proporcionada pelo Programa HBB. A partir das tentativas frustradas empreendidas pela equipe de saúde visando comunicar à Secretaria Municipal de Saúde as deficiências e as melhorias necessárias para continuidade do atendimento, há a tentativa por parte dos agentes da USF de mobilizar a população do bairro para discutir o assunto de modo conjunto, de modo a dar maior vigor às reivindicações, em um movimento que indiretamente torna a suscitar a questão da participação dos moradores na gestão do equipamento público. Neste momento, não se sabe de que maneira, a discussão realizada entre equipe de saúde, alguns moradores e parceiros em uma sala reservada da USF, a qual encaminhou a elaboração conjunta de um dossiê sobre as condições atuais e reivindicações desejadas pela população em relação à toda ECO, vaza à um jornal de circulação local, o qual realiza, no dia seguinte, uma ampla reportagem sobre aquele acontecimento, publicada no início da semana seguinte. Sua repercussão junto ao executivo municipal foi imediata: se antes sua relação com o cotidiano do bairro vinha se dando de modo negligente, a partir de então diversas pessoas ligadas às secretarias municipais responsáveis pela ECO passam a buscar informações acerca da situação do local. Também a publicação da denúncia de desvio de leite que supostamente seria realizado por parte de membros da equipe da USF provocou o final de sua aliança com os moradores envolvidos no

processo de reivindicação, cisão que não impediu a continuidade das ações encaminhadas na reunião anterior: ainda que a mobilização inicial tenha se dado através de uma convocação da equipe de profissionais da Unidade de Saúde da Família do bairro, a adesão de alguns representantes da população ao debate político possibilitou a discussão e execução de ações mais dinâmicas e efetivas no seio de tal embate. Tais discussões foram promovidas a partir da realização, na quadra da ECO, de duas assembleias populares, as quais tiveram por objetivo a elaboração de uma lista de reivindicações a serem encaminhadas à Prefeitura Municipal. Estes encontros, diretamente assumidos pelas mulheres do bairro, contaram com a participação de aproximadamente vinte moradores e moradoras, sendo que os poucos homens que apareceram ficaram apenas ao redor da roda de conversa apenas como expectadores. Surge, no decorrer destas assembleias e do processo de mobilização comunitária gerado a partir delas, a possibilidade de tentativa de retomada da Associação de Moradores do bairro.

Mesmo depois do rompimento ocorrido entre população e equipe USF, continuamos o processo de debate junto com os moradores sobre os problemas e as necessidades sentidas por eles com relação ao próprio bairro. Realizamos ao menos duas assembleias populares para debater e escrever uma lista de reivindicações a serem levadas à Prefeitura Municipal, das quais participaram ao todo mais de 20 moradores. A partir das discussões ocorridas nestas assembleias, surgiu a proposta de que este grupo de mulheres constituísse uma chapa para retomar a associação de moradores. Foi nesse contexto que conheci Irene, liderança popular que emergiria deste processo de mobilização. Dado o recorte de gênero proposto pelas próprias mulheres, os homens interessados não poderiam compor a chapa que reorganizaria a associação; Sandoval ficou bastante chateado de não poder participar daquela articulação e decidiu montar uma outra chapa para concorrer com as mulheres. Começamos, então, a organizar junto com as duas chapas o processo de constituição da associação de moradores do Gonzaga, e marcamos uma série de reuniões para discutir o estatuto social da entidade, o processo eleitoral, a divulgação para a população, etc. (SE I - US17).

De acordo com Maria Inês Mancuso et al (2002), a despeito de sua desarticulação e situação formalmente irregular, a atuação desta associação representou historicamente a única forma de representação política e coletiva dos moradores do "Gonzaga", sendo entretanto marcada pela existência de "[...] algumas lideranças que foram surgindo ao longo da história do bairro, na maioria dos casos personalistas, e que nunca compuseram lideranças fortes que tivessem capacidade de organizar a população" (p. 65). A possibilidade representada pela constituição de uma chapa composta somente por mulheres visando a rearticulação da

associação, significava, portanto, um acontecimento novo na organização política local, o qual terminou por estimular a organização de uma outra chapa concorrente. Todavia, a reverberação provocada por toda a movimentação criada em torno deste processo reivindicativo ocorrido no "Gonzaga", implicou na interferência de pessoas ligadas ao poder executivo municipal nas atividades relacionadas com a tentativa de retomada da atuação da associação de moradores do bairro:

Desde a época da reportagem veiculada sobre a ECO num jornal local, já estávamos marcados pela prefeitura (principalmente eu e Alessandra). O processo que se seguiu ao episódio do jornal serviu apenas para aumentar a atenção dos políticos sobre nós, a ponto de algumas pessoas ligadas à prefeitura procurarem certas lideranças do Gonzaga para sugerir que se afastassem da gente e para oferecer cargos comissionados. Coincidência ou não, foi a partir daí que começou a desintegração da chapa composta pelas mulheres, pois em certa reunião da chapa (da qual não participei) foi decidido que a presidente da chapa não seria mais Irene, e sim Ronaldo! Foi um duro golpe em muitas pessoas que compunham a chapa, mas que no momento não quiseram ou não conseguiram argumentar contra a decisão de modo a revertê-la. Chapa das mulheres com presidente homem. Tempos depois, Ronaldo e outra mulher da chapa seriam contratados pela prefeitura para trabalhar na Estação Comunitária, a qual seria parcialmente reformada pouco tempo depois (SE I - US19).

Continuamos o processo de constituição da associação de moradores com as reuniões de organização da assembleia de fundação. Tentamos fazer todo este trabalho de maneira imparcial, sem prejudicar ou privilegiar nenhuma das duas chapas. No entanto, o dia da assembleia de fundação, apesar do frio que fazia na cidade, começou bastante quente, com o Sandoval nos acusando de ajudar a chapa das "mulheres" na elaboração de cartazes e panfletos de propaganda da chapa. É claro que neguei tal fato, pois realmente não havia ajudado as meninas em nada; mas depois, ao tentar me informar sobre o assunto, descobri que uma secretaria municipal havia prestado tal ajuda à elas (SE I - US20).

No dia seguinte, às oito horas da manhã, ainda de ressaca do domingo de trabalho, fui acordado por um telefonema do vice-prefeito do município, o qual questionava o resultado das eleições e me pedia a lista de votantes para conferir se todos eram de fato moradores do Jardim Gonzaga, pois caso houvesse alguém que não cumprisse esta condição, a eleição deveria ser embargada. Era publicamente sabido que o vice-prefeito possuía relacionamento afetivo com uma das pessoas que compunha a equipe da USF do Gonzaga, da qual Sandoval fazia parte como agente comunitário de saúde. Desde as denúncias realizadas pelos moradores em relação ao suposto desvio de leite por parte dos funcionários da USF, toda a equipe da unidade de

saúde decidiu tomar partido nas eleições da associação, apoiando a chapa articulada por Sandoval (SE I - US21).

A ingerência do poder público municipal na organização política do "Gonzaga" se deu, nesta nova tentativa de rearticulação da associação de moradores, sob três formas distintas: primeiramente, com o oferecimento à algumas das lideranças do bairro, por parte de pessoas ligadas à administração municipal, de cargos comissionados relativos à estrutura de gestão da ECO, atrelado ao "conselho" de que se afastassem das pessoas que vinham colaborando com a consecução do processo. Utilizando-se da problemática histórica envolvendo a gestão ou cogestão deste equipamento público, e valendo-se do uso de uma "mercadoria política", ou seja, de uma "[...] mercadoria que combina custos e recursos políticos (expropriados ou não do Estado) para produzir um valor-de-troca político ou econômico" (MISSE, 1997:23), aqui representada pelos cargos de gestão oferecidos à alguns moradores, o poder público municipal consegue a alteração da composição da chapa inicialmente composta somente por mulheres, alçando à presidência da associação um homem que meses depois seria empregado por este mesmo ator. Tal acontecimento evidencia, conforme aponta Michel Misse (1997), a existência de "[...] um mercado informal cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) político seja metamorfoseado em valor de troca" (p. 21). Em nosso caso, tais recursos políticos parecem ter sido acionados pela prefeitura de São Carlos para disciplinar o movimento político gerado naquele momento histórico pelos moradores do "Gonzaga".

Em segundo lugar, a partir do estreitamento das relações estabelecidas entre a referida chapa e o governo municipal, a Secretaria de Cidadania e Assistência Social passa a apoiá-la para elaboração de panfletos e cartazes de divulgação de seu programa de atuação, gerando na chapa concorrente a desconfiança em relação às pessoas que contribuía e acompanhavam mais de perto o processo de rearticulação da associação. Contraditoriamente, a utilização de recursos públicos para o beneficiamento privado de um ator coletivo específico (no caso, uma das chapas concorrentes) se dá justamente no âmbito da secretaria que propunha "[...] desenvolver propostas comprometidas com a prestação de serviços assistenciais que superem o assistencialismo, o paternalismo e o clientelismo que historicamente tem marcado os trabalhos sociais no Brasil" (SÃO CARLOS, 2003:17). Por fim, indicando ainda de modo mais claro as imbricações existentes entre a esfera público e privada no seio de disputas políticas, o vice prefeito do município busca utilizar sua autoridade política a fim de

questionar os resultados finais da eleição, visto que a chapa eleita pelos moradores concorria com os interesses de membros da equipe de saúde, que haviam rompido com o movimento reivindicatório gerador da intenção de retomada da associação e com os quais tal político detinha relacionamento pessoal.

Cumpram ainda destacar um último evento relacionado à realização da assembleia de fundação da Associação de Moradores do "Gonzaga", o qual serviu de ponto de partida para a atitude tomada pelo vice prefeito e que terminou por condicionar os rumos finais deste processo de organização política no bairro: o questionamento, por parte das duas chapas concorrentes, do local de moradia das 115 pessoas que participaram com seu voto do processo eleitoral, o que faria com que a chapa derrotada deslegitimasse o resultado final da eleição e ameaçasse entrar com processo legal caso o processo de formalização avançasse (o que implicou a desistência da finalização do processo):

Conforme o combinado com as duas chapas, fiquei responsável por dirigir a mesa diretora na condução da leitura e aprovação do estatuto social e do processo eleitoral. Aproximadamente 115 pessoas compareceram à quadra da ECO para a assembleia de fundação da associação de moradores, e tudo transcorreu tranquilamente até o momento da votação. Como, durante o processo de preparação da assembleia, foi acordado que não seria exigido comprovante de residência para que o morador pudesse votar (“pois todos sabem quem mora e quem não mora aqui”, me diziam), então no dia da votação cada chapa escolheu dois fiscais que acompanhariam as inscrições dos moradores e que apontariam caso houvesse alguém ali que não morasse no Jardim Gonzaga. Me lembro de que em alguns momentos, o Sandoval me falou que estava percebendo que pessoas que não eram moradoras estavam votando, mas que ele não queria apontar o desvio para não gerar conflito devido à presença de alguns “irmãos”, os quais apoiavam a chapa das mulheres. Do outro lado também houve reclamações neste sentido mas, no final, todas as pessoas que quiseram se inscrever para votação puderam votar, pois nenhum dos fiscais responsáveis acusaram algo. Ao final da apuração, por uma pequena margem de diferença nos votos, a chapa das mulheres foi a vencedora da eleição (SE I - US20).

Durante esta semana ainda tentei uma conciliação entre as duas chapas, mas ambas estavam irreduzíveis: uma não queria reconhecer a validade da eleição e ameaçava entrar com uma ação legal caso o processo de legalização da associação seguisse adiante; a outra nem pensava em participar de mais uma eleição, pois já havia disputado e ganhado a primeira. Diante do impasse entre as chapas e do desgaste causado pela eleição, o processo de retomada da associação deu uma “esfriada” durante o segundo semestre de 2011, e até o momento não foi dada entrada em cartório na documentação para sua formalização

(SE I - US22).

Desta forma, assim como a análise acerca da história de apropriação e produção deste espaço urbano do município e sua constituição enquanto bairro de periferia evidencia “[...] que não se trata efetivamente de um 'território sem Estado', [...] mesmo que as formas de ação por ele adotadas evoquem contradições e perversidades as mais diversas” (ROSA, 2008:191), a reflexão sobre o processo de fomento à iniciativas de Economia Solidária no "Gonzaga" realizado pela INCOOP/UFSCAR entre os anos de 2008 e 2012, possibilitado por meio de financiamento público específico e experienciado de um modo especial por aquelas equipes que optaram por se envolver mais diretamente com a vida cotidiana do bairro, permitiu igualmente identificar as ambiguidades e contradições inerentes às inúmeras ações estatais ali negligenciadas e efetuadas no período destacado. Conforme vimos, tais ações se deram em direções e sentido diversos, influenciando tanto direta como indiretamente duas importantes formas de organização coletiva local, representadas pela COOPERLIMP e pela Associação de Moradores, e contribuindo por fim para a descontinuidade das atividades econômicas e políticas por elas desempenhadas. Por outro lado, foi justamente uma parceria firmada entre o Banco Nascente e o CRAS nos meses próximos às eleições municipais de 2012 que possibilitou ao banco a obtenção de um local que abrigasse sua sede temporária:

Cumpridos quase todos os requisitos necessários para estruturação do Banco Comunitário no Jardim Gonzaga (formação técnica e remuneração para os agentes de crédito, definição de sua linha geral de atuação, capitalização da carteira de crédito e sensibilização da comunidade), faltava ainda resolver a questão do espaço físico onde funcionaria o Banco Nascente. À época, seu Conselho Gestor articulou e viabilizou com êxito uma parceria com a Prefeitura Municipal de São Carlos, por meio da Secretaria de Cidadania e Assistência Social, obtendo a cessão de uso por seis meses de uma pequena sala do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) “Maria Bernadete Rossi Ferrari”, no Jardim Pacaembu, a qual foi reformada pela prefeitura especialmente para abrigar as atividades do banco de forma paralela e independente da dinâmica de trabalho do CRAS (SE II - US9).

Além de dar a conhecer a natureza multifacetada das ações do Estado no "Gonzaga", a possibilidade de reflexão sobre este período de vivência correspondente ao tempo de estruturação do Banco Nascente, realizada a partir da análise dos dados provenientes de sistematização de experiência (JARA-HOLLIDAY, 2006), também serviu para nos revelar a

presença e a influência de outros atores relevantes nas dinâmicas sociais locais, especialmente aqueles vinculados à igreja católica e ao tráfico de drogas no bairro.

3.4.2 Quando outros atores entram em cena...

Antes mesmo de iniciado o processo de retomada da Associação de Moradores do "Gonzaga", ocorrido em 2011, o histórico de conflitos e disputas que envolviam sua atuação no bairro, na medida em que foi tornando-se mais perceptível no decorrer de nossa experiência de articulação local que realizávamos com seus moradores, fizeram com que a equipe de finanças solidárias optasse por não mais articular a constituição do banco comunitário àquela organização, mas a voltar seus esforços para que tal processo ocorresse a partir dos empreendimentos econômicos solidários existentes no bairro. Portanto, no segundo semestre de 2010, ainda contando com apoio da COOPERLIMP na "[...] ampliação de alternativas de trabalho para sócios e seus familiares no âmbito do projeto de desenvolvimento territorial com economia solidária em andamento na região" (CORTEGOSO, 2010:19), preocupação que emergia de forma cada vez mais manifesta dada a perspectiva iminente do encerramento de suas atividades profissionais, a equipe de finanças solidárias realizou uma série de reuniões com os EES existentes no bairro para discutir sobre a possibilidade de implantação de um banco comunitário que fomentasse os empreendimentos de Economia Solidária e a economia local de uma forma geral. A partir de tais encontros, incubadora e empreendimentos decidiram se unir para organizar uma excursão para o Banco Comunitário União Sampaio, no Jardim Maria Sampaio, São Paulo/SP, a fim de conhecer com maior detalhes esta experiência de finanças solidárias. Participaram desta visita aproximadamente 20 mulheres do bairro, sendo que a partir dela foi originado um grupo de trabalho para discutir as questões relativas à constituição do banco comunitário no "Gonzaga", composto no começo de 2011 por três mulheres moradoras da localidade, todas participantes ativas das atividades comunitárias e religiosas empreendidas pela Igreja Católica no bairro. Ao longo de 2011, este grupo de mulheres dedicou-se a mobilizar a comunidade e empreendimentos para a participação nas oficinas e eventos que promovessem a economia solidária e também a apoiar a organização local de empreendimentos econômicos solidários (SE I - US15). A partir de tal trabalho, o número de moradores envolvidos na equipe de implantação do banco comunitário ampliou-se de três para cinco, integrando às três participantes do grupo uma representante de empreendimento de economia solidária e uma

moradora proveniente da associação de moradores local.

Além do envolvimento de militantes católicos nas atividades de estruturação do banco comunitário no "Gonzaga", a importância da atuação da igreja católica no bairro está presente na análise realizada por Mancuso et al (2002) acerca das organizações coletivas historicamente atuantes na região, a qual revela que, “[...] exceto pelas igrejas católicas, as demais igrejas não desenvolvem projetos sociais na área, afora iniciativas esparsas de ajudas solidárias entre seus próprios fiéis” (anexo 6A, p. 24). Desta forma, a atuação histórica das Paróquias São Francisco de Assis e Madre Cabrini na região do "Gonzaga" levaram a INCOOP/UFSCAR a buscar articulá-las continuamente como parceiras do projeto de desenvolvimento territorial pela Economia Solidária, iniciado em 2008:

A participação da Paróquia de Santa Madre Cabrini no presente projeto é muito significativa no que concerne a indicação de pessoas da comunidade para a participação em empreendimentos econômicos solidários presentes neste território de atuação da INCOOP/ UFSCar, bem como através da disponibilização de espaço, conforme as possibilidades, para reuniões e assembléias desses empreendimentos, sempre tendo em vista a obtenção de conhecimento simultâneo à intervenção na realidade social [...] A Paróquia São Francisco de Assis é pertencente à Região Pastoral 1 da Diocese de São Carlos e vem a alguns anos realizando ações junto à comunidade com vistas à melhoria das condições de vida. Sua participação no presente projeto ampliará as possibilidades de construção de novas parcerias tendo como objetivo a resolução dos problemas gerais da comunidade (ZANIN, 2008b:31-32).

A Paróquia São Francisco de Assis começou a realizar projetos sociais no "Gonzaga" a partir de 1989, por meio da criação da Pastoral da Criança, grupo articulado com o objetivo de reduzir as taxas de mortalidade infantil por meio da prestação de assistência básica de saúde e educação à gestantes e crianças de 0 a 6 anos. Ainda vinculada à esta Paróquia, temos no "Gonzaga" a Capela São José Operário, a qual, “[...] construída em 1994, é considerada também uma importante conquista do bairro pelas lideranças entrevistadas, uma vez que, sem um local apropriado, os moradores acabam utilizando seu espaço como uma espécie de local de reunião” (MANCUSO et al, 2002, p. 64).

A Paróquia Madre Cabrini também parece exercer bastante influência no bairro, seja por conta de sua igreja, seja pela participação das crianças do "Gonzaga" no Projeto Madre Cabrini. Associação vinculada à tal paróquia e responsável pela execução deste projeto, o Círculo de Amigos da Paróquia de Santa Madre Cabrini foi fundado em 1984, mas sua atuação propriamente dita se iniciou motivada pela Campanha da Fraternidade do ano de

1987, que convidava a população católica a fazer uma reflexão sobre a problemática da infância e juventude empobrecida no Brasil. Desde então, a entidade oferece atividade de atendimento pedagógico, psicológico, atividades de recreação, artísticas, acompanhamento médico e odontológico para crianças e jovens de 07 a 14 anos no período complementar ao escolar (MANCUSO et al, 2002). Das 140 vagas oferecidas pela entidade, 100 são ocupadas pelas crianças do "Gonzaga", sendo que alguns adultos que participaram do processo de constituição do banco comunitário haviam passado pelas atividades do projeto quando crianças.

Já no início de 2012, estimulados pelo envolvimento do líder religioso da Paróquia Madre Cabrini no processo de constituição do banco, houve uma maior aproximação de integrantes desta Paróquia em tal processo, por meio de suas participações em algumas oficinas de formação em bancos comunitários e economia solidária realizadas pelo NUMI-ECOSOL. Além da participação efetiva de alguns membros desta comunidade religiosa no processo de sensibilização e estruturação do banco comunitário, houve posteriormente uma mobilização ainda mais ampla da comunidade de Madre Cabrini tendo em vista a realização de atividades de arrecadação de recursos financeiros para constituição de sua carteira de crédito, acontecimento que ocorreu com grande êxito e possibilitou a ampliação expressiva da carteira de crédito do banco.

Além da importante militância católica que integrou o processo de estruturação do banco Comunitário no "Gonzaga", pudemos também presenciar o constante interesse de pessoas ligadas ao tráfico de drogas nos temas relevantes para a vida comunitária local, tanto por meio de sua colaboração nos eventos festivos, nos quais sua contribuição financeira era tida como fundamental para a realização das atividades, quanto por sua participação nos espaços de debate político, tais como nas assembleias populares, reuniões de projetos relacionados ao bairro ou ainda na assembleia de fundação da associação de moradores etc. Uma ocasião bastante significativa vivenciada durante o ano de 2011, em meio aos acontecimentos referentes às reivindicações de reforma da ECO, é representativa quanto à legitimidade social que este ator possui frente não somente aos moradores do "Gonzaga", mas também às autoridades públicas municipais:

Neste ínterim, foi discutido dentro do coletivo que estudava a viabilidade da implantação do banco comunitário no bairro sobre a necessidade de marcarmos uma conversa com os "irmãos" para apresentarmos este projeto e ver se obtínhamos seu apoio. Nas

assembleias populares que realizamos, me lembro de alguns deles estarem presentes, quase à margem das rodas que fazíamos, apenas ouvindo o que era discutido. Então encarei com naturalidade o encontro que marcamos para um dia de semana a noite, na ECO. Quando cheguei à reunião, estavam presentes, além dos “irmãos”, de nosso pessoal, um vereador da câmara legislativa e uma secretária municipal (até hoje não sei ao certo como eles ficaram sabendo daquele encontro; a única possibilidade factível que vejo é que os próprios “irmãos” chamaram o vereador e a secretária, ou pelo menos um deles). É claro que, enquanto autoridades políticas, foram eles que tentaram pautar a reunião, dizendo que já eles haviam conseguido recursos financeiros para realizar a reforma da ECO e da USE, que iriam fazer isso, aquilo, que entendiam a gravidade da situação. Fiquei em silêncio quase a reunião inteira, ouvindo o embate estabelecido entre Alessandra e a secretária que se exaltava a cada questionamento feito por ela. Os “irmãos” então pediam calma para secretária, e reforçavam sutilmente as cobranças de melhoria do bairro (SE I - US18).

A reunião que serviria ao propósito de estabelecer inicialmente um diálogo entre a equipe de finanças solidárias da INCOOP/UFSCAR e algumas pessoas ligadas ao trabalho no tráfico, momento em que, a pedido de uma moradora integrante do grupo que discutia a implantação do banco comunitário no bairro, apresentaríamos sua proposta a elas e verificaríamos suas possibilidades de apoio, acabou não acontecendo por conta da presença de duas importantes figuras do legislativo e do executivo municipal. Independente da forma em que se deu o acesso destes políticos à reunião, era certo que estávamos todos reunidos em uma sala da ECO, ao redor de uma mesma mesa, discutindo conjuntamente as demandas e possibilidades de reforma do local e outras questões relevantes para a região: prefeitura municipal, moradores do "Gonzaga" relacionados ao tráfico de drogas, técnicos da universidade e outros moradores que apoiavam o projeto do banco comunitário. De todo modo, tal acontecimento reafirma a relevância deste novo ator nas relações sociais do local, "[...] na medida em que o tráfico se ramifica nas relações familiares, de vizinhança e de amizade; na medida em que suas atividades revertem em benefícios, diretamente ou não, para a coletividade" (PEREIRA, 2012:107); na medida, ainda, em que se apresenta no bojo das dinâmicas vivenciadas no bairro, tanto para agentes internos como externos a ele, enquanto ator socialmente reconhecido e legitimado de atuação comunitária.

As atividades relacionadas ao tráfico de drogas no "Gonzaga" parecem haver se estruturado de modo mais intenso ao longo da década de 1990 (ROSA, 2008), sendo que no início da década seguinte a questão do consumo de drogas efetuado ali mesmo na comunidade

já aparecia como um grave problema para seus moradores, visto que os usuários realizavam este consumo publicamente e à luz do dia, o que era presenciado por crianças e adolescentes. Se por um lado este uso indiscriminado de drogas representa, na visão dos moradores, um grave problema social do bairro, as atividades ligadas ao tráfico de drogas parecem ter um caráter mais ambíguo, dada a existência de uma convivência pacífica entre traficantes e demais residentes, a despeito do clima de insegurança e receio vivenciados constantemente por estes últimos (MANCUSO et al, 2002). Este medo pode estar associado ao respeito imposto pela “figura” dos traficantes ao resto da população, o que explicaria em parte a convivência pacífica, mas, principalmente, às constantes invasões policiais realizadas no bairro (BEGNAMI, 2008).

Paulo Estevão Pereira (2012), a partir de pesquisa realizada no "Gonzaga" acerca de como as drogas compõem a trajetória de jovens pobres moradores de periferia, percebe como elas "[...] aparecem nas ações corriqueiras do cotidiano, 'às vistas de todo mundo', bem como nas relações mais próximas, na família [...] Estabelecem-se relações muito mais imbricadas e complexas do que uma simples separação entre 'bandidos' e 'pessoas de bem'" (p. 66). Ainda de acordo com o autor, um dos sujeitos de sua pesquisa:

[...] traz a presença do tráfico de drogas nas relações cotidianas, suas e de seus amigos, como algo que permeia o cotidiano, algo com o que se convive de maneira natural. Embora se entristeça pela opção feita por seus amigos, não os julga, não os condena. Aceita suas escolhas. Essa aceitação é possível porque o tráfico de drogas, naquele espaço (e em outros espaços de nossa sociedade), apresenta-se como uma possibilidade de ganho, como trabalho, como algo aceitável dentro da lógica que estrutura as relações com e naquele território. Não há espanto ou estranheza em ter um amigo trabalhando nas atividades do tráfico (PEREIRA, 2012:96).

Percebe-se a existência de uma constante tensão entre as representações advindas de “fora” do bairro, as quais tendem a relacionar o tráfico de drogas ao estigma do banditismo e da criminalidade, e portanto à condená-lo moralmente, e aquelas forjadas no cotidiano das relações sociais vivenciadas pelo seus moradores, ainda que haja por parte de muitos deles “[...] um discurso valorativo em relação às drogas, lícitas e ilícitas, classificando-as como “coisa errada”, como algo que, ao contrário do que percebe na sua experiência, deveria ser feito às escondidas” (PEREIRA, 2012:66). Há, por parte daqueles que participam da vida cotidiana do bairro, e que por isso convivem diariamente com as atividades ligadas ao uso e ao tráfico de drogas, uma miríade de opiniões, atitudes, relacionamentos e interdições

vinculadas aos modos específicos como são forjadas, no campo prático das relações sociais, as diferentes possibilidades de ação e de discurso conjugadas a tais atividades. Nada, portanto, parece estar obviamente dado em relação ao assunto, a não ser o que diz respeito à existência significativa do fenômeno no dia a dia dos moradores do "Gonzaga". A título de ilustração do que estamos afirmando, de acordo com Pereira (2012):

"[...] uma das formas de o tráfico de drogas se fazer presente o tempo todo no cotidiano dos jovens reside na interdição em falar a respeito [...] Essas interdições não são fundadas "apenas" no medo e na violência. Quando se vislumbram as relações estabelecidas entre o tráfico de drogas e a coletividade, parece-me que o "não falar sobre" reside também na mutualidade alcançada entre os sujeitos [...] não falar sobre o tráfico, além de preservar a integridade física dos sujeitos, garante a manutenção dessa mutualidade e dos ganhos que possam dela advir (p. 105-107).

Em relação à presença do Primeiro Comando da Capital (PCC³⁷) no comando do tráfico de drogas no "Gonzaga", os trabalhos de Patrícia Begnami (2008) e Pereira (2012), assim como os dados de campo de minha pesquisa, destacam alguns acontecimentos que permitem supor a presença desta organização no bairro, ainda que não seja possível asseverar seu grau de estruturação e domínio local. Neste sentido, um primeiro evento relevante foi narrado no estudo de Begnami (2008), no qual a autora relata o que teria sido à época "a maior invasão policial da história do Gonzaga", ocorrida em março de 2007, em que "[...] policiais invadiram as casas 'certas' e quase todas as 'bocas' do bairro, dizendo que estavam no bairro devido uma denúncia anônima, para procurar traficantes e integrantes do PCC" (p.107). A invasão foi amplamente divulgada pela imprensa escrita e televisiva local, em reportagens que serviriam para ampliar o estereótipo criminoso do bairro frente ao restante da cidade, dada sua parcialidade em favor da legitimidade da ação policial e a despeito dos relatos de abusos denunciados por parte dos moradores³⁸. Decorrente disso, segundo Begnami (2008), "[...] os moradores do Gonzaga fizeram uma manifestação em frente ao Fórum Municipal dois dias depois do ocorrido, alegando o abuso policial dentro do bairro, porém precisaram se retirar do local porque a polícia ameaçou uma pior invasão caso eles permanecessem ali" (p. 109).

Considerando os trabalhos acadêmicos e pesquisas realizadas sobre o "Gonzaga" na

37 Para uma discussão detalhada do contexto histórico e das circunstâncias específicas que levaram à criação e consolidação da atuação do PCC no bojo do sistema carcerário paulista, bem como do reconhecimento público tardio de sua existência, ver Karina Biondi (2009).

38 "Eles humilharam as mulheres as chamando de 'putas', 'vagabundas' e 'porcas', assim como bateram e machucaram muitas pessoas que não tinham nada a ver com o tráfico" (BEGNAMI, 2008:108).

década de 2000 a que tive acesso, a invasão ocorrida em 2007 revela pela primeira vez de forma explícita a suposta atuação do PCC no bairro, evidenciada neste caso pelo objetivo anunciado pela ação policial de encontrar integrantes da organização ali presentes. Menos de cinco anos passados deste ocorrido, um outro acontecimento descrito por Pereira (2012) revelaria a existência no "Gonzaga" de uma nova "instância de autoridade capaz de fazer justiça", composta por "integrantes do 'crime', sobretudo do PCC, autorizados pelas localidades a zelar pelas regras internas de conduta"³⁹:

Um grupo de jovens numa atividade proposta pelas estagiárias do Projeto METUIA. Há um desentendimento entre dois deles devido às regras do jogo. Um deles agride o outro com um tapa no rosto [...] Na nossa cena, o jovem agredido era maior e mais forte que seu agressor. Um revide seria bastante violento, para prejuízo do segundo. No entanto, a conduta tomada é outra. Não há revide. Pelo menos na ocasião. Os dois jovens sabem o significado da agressão e suas consequências. A conduta adotada pelo jovem que foi inicialmente agredido revela o poder de sociabilidade do tráfico de drogas naquele território, construindo novas maneiras de entender e explicar a realidade em que se inserem. Em outras localidades, num outro contexto social, provavelmente o jovem que recebeu o tapa, maior e mais forte que o outro, solucionaria a questão de imediato, revidando a agressão. Contudo, naquela coletividade, sob o controle da organização criminosa, imperam regras de conduta, de "proceder" bem definidas, que, de um modo ou de outro, disciplinam a convivência entre os membros (PEREIRA, 2012:101).

Conforme apontamos anteriormente, tais acontecimentos nos servem de evidência da presença do PCC no "Gonzaga", ainda que não se possa afirmar com exatidão a medida da extensão e da legitimidade com que as regras de conduta criadas e defendidas pela organização estão instauradas no bairro, nem ao mesmo asseverar a hegemonia da organização em relação ao domínio do tráfico de drogas local. Entretanto, a onda de violência vivenciada no Estado de São Paulo durante o ano de 2012, o qual foi marcado por um substancial aumento no número de homicídios e execuções sumárias cometidas tanto contra grupos sociais historicamente marginalizados quanto contra policiais civis e militares, ainda que em proporção bastante desigual, levaram a que diversas manifestações de violência moral e física por parte de policiais militares passassem a perturbar os moradores do "Gonzaga" de um modo ainda mais grave do que o habitual.

Este surto de violência deveu-se, de acordo com o Ministério Público de São Paulo, ao conflito não declarado entre PCC e a Polícia Militar paulista, desencadeado de maneira mais aguda a partir da operação executada por policiais das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar

39 Feltran (2011b:216)

(Rota) no dia 28 de maio de 2012, na favela Tiquatira, Zona Leste de São Paulo, a qual culminou com a morte de seis pessoas suspeitas de pertencerem ao PCC. Como represália, no mês de junho de 2012, foram assassinados 11 policiais militares, número quase o dobro que no mês anterior. Em São Carlos, a morte do policial militar ocorrida na manhã do dia 14 de setembro veio evidenciar que tais acontecimentos não se encontravam circunscritos apenas à região metropolitana do município de São Paulo, sendo que tal conjuntura passou a ser amplamente reconhecida por seus habitantes especialmente após a chacina ocorrida na cidade durante a madrugada do dia 31 de outubro, quando seis homens e uma mulher foram executados próximo ao CHDU da Vila Isabel⁴⁰.

Tais acontecimentos podem ser entendidos de uma maneira análoga à compreensão tida por Feltran (2011a) ao analisar os “ataques do PCC” em maio de 2006, situação caracterizada pelo autor como um estado de “guerra”. De acordo com o autor, diferentemente dos períodos de “normalidade”, “[...] em que a fronteira que mantém apartados bandidos e trabalhadores se restringe à repressão policial de rotina, e praticamente só aqueles indivíduos já bem identificados como praticantes de atos criminais são reprimidos”, nos períodos de crise de segurança pública é “[...] preciso demonstrar força publicamente. A naturalização do ato ilícito como componente natural do indivíduo foi ainda mais difundida, e passaram a estar na mira todos os que portavam em seu corpo sinais que os identificassem como “bandidos” (p. 320-321). Neste e em outros casos relatados em diário de campo, a existência de moradores do "Gonzaga" envolvidos com atividades ilegais relacionadas ao tráfico de drogas serviu para gerar uma situação em que mesmo os residentes que não possuíam relação alguma com tais atividades, e portanto não partilhavam do conflito estabelecido entre policiais militares e a instituição criminosa, fossem afetados pela conjuntura de extrema violência manifestada durante o ano de 2012.

Não se pode negar a presença e interferência dos atores ligados ao tráfico de drogas nas dinâmicas sociais vivenciadas pelos moradores do "Gonzaga", conforme exposto nas várias situações empíricas vivenciadas no decorrer do processo de estruturação do Banco Nascente no bairro. No entanto, o relato de campo que finaliza o presente capítulo, tais como outros questionamentos aqui levantados, nos revela que: “A 'expansão do mundo do crime' é também essa multiplicação imaginária do criminoso, realizada numa operação de

40 Em São Carlos/SP, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, o número de vítimas de homicídio cresceu 121,4% nos dez primeiros meses de 2012, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

autolegitimação bastante complexa, que figura nesse plano, e nessa perspectiva, a homogeneidade dos jovens de periferia e suas famílias ao perigo que representam” (FELTRAN, 2011a:187):

João contou o caso de um morador do Gonzaga que participara da última reunião do fórum e que relatara que fora despedido de uma empresa prestadora do serviço de limpeza devido a seu envolvimento antecedente com o tráfico de drogas. Adriana disse que geralmente as empresas terceirizadas não sabem intermediar a relação entre seus empregados e os seus clientes, o que no caso relatado implicava na demissão da pessoa com antecedentes criminais, algo que a Cooperlimp havia conseguido estabelecer. Irene argumentou que era preciso vencer a discriminação contra o bairro, e Adriana disse que o coordenador do meio ambiente da prefeitura falou a ela que era preciso trazer as pessoas de fora do bairro para que elas conhecessem as boas iniciativas existentes. Irene coloca que a polícia age no bairro como se todos ali fossem bandidos, e Elisa diz que a maioria acaba pagando pela minoria representada pelos traficantes (DC VII - US2).

3.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO SOCIAL NO “GONZAGA”: ENTRE O ENCAPSULAMENTO COMUNITÁRIO E O CONTROLE DAS FRONTEIRAS

Se aliamos à análise histórica de constituição do “Gonzaga” enquanto bairro de periferia urbana do município de São Carlos/SP as compreensões formuladas acerca da experiência de estruturação do Banco Comunitário Nascente vivenciada entre os anos de 2008 e 2012, especialmente conjugando-as com as transformações ocorridas nas dinâmicas sociais que perpassam os bairros de periferia no contexto do Brasil contemporâneo, percebemos a existência de uma complexa gama de relações econômicas, políticas e sociais que conectam de formas múltiplas tais bairros aos circuitos centrais de produção e reprodução de bens materiais e simbólicos. Não fossem as *fronteiras* que se estabelecem e são acionadas ininterruptamente para “[...] regular os canais de contato existentes entre os grupos sociais, separados por elas, mas que obrigatoriamente se relacionam” (FELTRAN, 2011a:15), poderíamos tomar a afirmação da existência destes fluxos que se estabelecem nas relações entre centro e periferia como indo na contramão do processo de “encapsulamento” ou de “retraimento comunitário” proposto por Telles (2001), com o qual a autora identifica o avanço das formas de *gestão do social* e a “[...] neutralização da tessitura democrática construída na interface entre Estado e sociedade” (p. 158). Mas não. A gestão de populações pobres envolve necessariamente a existência destes fluxos econômicos, políticos e sociais, pois são

justamente eles que criam e viabilizam os mecanismos de controle, subordinação e disciplinarização do cotidiano e das inúmeras formas de ação empenhadas pelos moradores dos bairros de periferia urbana.

Em nosso estudo, além da consolidação de um processo que historicamente vem conjugando, em arranjos diversos e dinâmicos, *violência simbólica* e *vulnerabilidade política* (ALMEIDA; D' ANDREA; DE LUCCA, 2008), vinculado ao modo precarizado de apropriação e produção do “Gonzaga” enquanto espaço urbano, dois casos especialmente relacionados à experiência de estruturação do Banco Nascente podem ser tomados como bastante ilustrativos das formas de operação destes mecanismos de *gestão do social*: o processo de encerramento das atividades da COOPERLIMP e a disciplinarização da mobilização dos moradores para reivindicação de melhorias nas condições de funcionamento dos equipamentos públicos existentes no bairro. No primeiro caso, ao disputar e vencer concorrências econômicas na esfera das compras públicas, a cooperativa de serviços de limpeza do “Gonzaga” conseguiu fugir à lógica de instrumentalização e funcionalização do trabalho típica de contextos de exploração da exclusão (RIZEK; GEORGES, 2008), entrando em rota de colisão com os interesses de empresas terceirizadoras de mão-de-obra do mesmo ramo de prestação de serviços, e ocupando um nicho de mercado de grande importância econômica e usualmente ocupado por empresas capitalistas. No segundo acontecimento, a negociação política acerca das condições de funcionamento da ECO do “Gonzaga”, a qual dentro da normalidade estava sendo conduzida de forma negligente e unilateral pelo poder público municipal, termina por se publicizar de forma inesperada após sua veiculação em reportagem de grande destaque em um jornal local, incitando alguns membros da prefeitura a interferirem no processo de reativação da associação de moradores do bairro, desencadeado a partir das primeiras mobilizações populares, e a buscarem uma solução rápida e não conflituosa para o impasse.

Em ambos os exemplos, no momento em que tais ações promoveram uma alteração nas formas convencionais e hierarquicamente condicionadas de circulação de alguns destes fluxos que caracterizam e condicionam as relações entre centro e periferia, alçando estas atividades políticas e econômicas desempenhadas no âmbito comunitário ao centro das esferas de produção e reprodução de bens materiais e simbólicos de maior valor social, houve rapidamente um processo de correção de fluxos e recomposição de papéis dos atores sociais nelas envolvidos, a partir da utilização de dois mecanismos distintos de controle e

subordinação: no caso da COOPERLIMP, por meio da atuação do MPT, o Estado acionou seu papel de regulador público da ordem legal e jurídica do regime democrático constitucional, decretando o encerramento das atividades da cooperativa; já no caso da reivindicação popular dos moradores do “Gonzaga”, foi necessário o uso, por parte de pessoas ligadas à administração pública municipal em direção aos participantes da iniciativa, de *mercadorias políticas* (MISSE, 1997), utilizadas para que a manifestação fosse em certa medida disciplinarizada e seus conflitos políticos ficassem circunscritos para dentro das fronteiras do próprio bairro. Desta forma, com o término destes dois processos de organização coletiva dos moradores do “Gonzaga”, ambos de fundamental importância para as pretensões de consolidação da atuação do Banco Nascente no bairro (na medida em que representavam instituições sociais já reconhecidas e legitimadas, em suas respectivas áreas de atuação, por parte dos moradores do bairro, e que provavelmente concorreriam para a disseminação local das ações do banco comunitário), novos caminhos tiveram que ser pensados e percorridos até sua inauguração no dia 23 de junho de 2012, ocorrida sem a presença da maior parte dos moradores do “Gonzaga”.

4 A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DOS TRABALHADORES DO BANCO NASCENTE

A partir do dia 25 de junho de 2012, o Banco Comunitário Nascente passou a oferecer à população do "Gonzaga" e bairros adjacentes o serviço de crédito produtivo, destinado ao fomento de empreendimentos produtivos e comerciais locais⁴¹. A participação do Banco Nascente no projeto “Apoio às Finanças Solidárias com Base na Organização de Bancos Comunitários”, executado pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL/USP), proporcionou a contratação de dois agentes de crédito remunerados por tal projeto. No entanto, como haviam três pessoas do bairro interessadas nas duas vagas de trabalho disponíveis, houve um acordo entre Adriana, Irene e João para que, informalmente, se dividisse tanto o valor total da remuneração de dois agentes de crédito como o tempo total da carga horária de trabalho semanal entre os três, sendo possível ampliar o número de pessoas envolvidas no cotidiano de trabalho do banco. Deste modo, o banco comunitário iniciou suas atividades contando com três agentes de crédito: Adriana, Irene e João (SE II – US12).

De um modo geral, os agentes de crédito de um banco comunitário são responsáveis pelas ações cotidianas inerentes ao seu funcionamento, relacionadas ao fomento à criação de redes entre os empreendimentos econômicos e consumidores locais, através da concessão de créditos solidários e do estímulo ao uso da moeda social, ao incentivo à organização comunitária por meio da constituição de espaços participativos de debate e deliberação, e à articulação com atores locais e externos que sejam estratégicos para o desenvolvimento do banco. Além disso, respondem por todas as atividades burocráticas advindas do trabalho da gestão administrativa do banco e também pela representação institucional da entidade. De uma maneira específica, as principais atividades realizadas pelos agentes de crédito decorrem do trabalho relativo ao processo de divulgação, análise e concessão dos créditos produtivo e de consumo: informar aos moradores do bairro sobre as atividades do banco e os serviços financeiros que ele oferece; mobilizar a comunidade para apoiar e divulgar as ações do banco; fazer visitas aos solicitantes de empréstimo, preencher a ficha de análise de crédito e buscar informações (referências) sobre eles; fazer análise dos pedidos e escrever relatórios sobre as

41 A complexidade do processo de implantação da moeda social Vida, o qual envolvia uma série de atividades de formação técnica para os agentes de crédito do banco, de articulação comunitária e de organização administrativa, fez com que este período de preparação se prolongasse por quase um ano: a moeda Vida entrou em circulação a partir do dia 13 de maio de 2013 (SE II – US12).

visitas realizadas; apresentar ao Comitê de Análise de Crédito (CAC) a sua conclusão sobre a visita ao empreendimento, sobre as referências locais dos moradores e o motivo das solicitações dos empréstimos; informá-los sobre a decisão do comitê de análise de crédito e, caso os empréstimos não sejam concedidos, explicar as razões às pessoas; sendo a resposta positiva, conferir e providenciar toda a documentação do morador para a elaboração do contrato e agendar o dia para sua assinatura; acompanhar e controlar a carteira de crédito do banco comunitário, mantendo-a com taxas de atraso e inadimplência baixas; realizar a cobrança e preparar a renovação de crédito quando for necessário.

É este o contexto mais geral do trabalho relativo às atividades gestonárias de um banco comunitário, o qual deve ser compreendido em relação tanto aos princípios teóricos e metodológicos inerentes a tal iniciativa quanto à sua estrutura geral de funcionamento, a qual foi organizada pelo Banco Nascente da seguinte forma:

Como, de acordo com seus princípios regentes, a gestão de todo e qualquer Banco Comunitário deve ser realizada de modo integral e autônomo pelos moradores dos bairros por ele atendidos, sua estrutura de funcionamento compreende uma série de espaços comunitários de organização criados com o intuito de garantir a participação e a colaboração de todos os moradores em suas atividades: **a) Reunião dos Agentes de Crédito do Banco Nascente:** Espaço de discussão e deliberação dos assuntos cotidianos e operacionais, sendo ocupado prioritariamente pelos agentes de crédito do Banco Nascente; **b) Conselho Gestor:** É a principal esfera deliberativa do Banco Nascente, sendo que, enquanto não for possível articular um Fórum de Desenvolvimento Local, a participação nas reuniões do Conselho Gestor será aberta para toda comunidade; **c) Comitê de Análise de Crédito:** Possui como função discutir, aprovar e acompanhar os pedidos de créditos solicitados e concedidos. Será composto por dois representantes do Conselho Gestor e/ou do Fórum de Desenvolvimento Local (rotativos a cada 6 meses) e por três agentes de crédito do banco; **d) Fórum de Desenvolvimento Local:** É um espaço de discussão e deliberação aberto à todas as pessoas da comunidade, que tratará de qualquer assunto relacionado com o dia a dia da comunidade, inclusive aos assuntos relacionados com o Banco Nascente. O Conselho Gestor do banco irá articular este Fórum de acordo com sua capacidade de mobilização (SE II - US7).

A partir de tal compreensão, procedemos nossa análise acerca dos processos educativos experienciados pelos agentes de crédito no bojo do desenvolvimento de suas atividades profissionais, da qual emergiram três categorias descritivas que serão apresentadas e discutidas a seguir: a) andar com as próprias pernas; b) pensar nos princípios da economia

solidária; c) esperança de mudar.

4.1 ANDAR COM AS PRÓPRIAS PERNAS

A categoria “andar com as próprias pernas” foi constituída com o objetivo de problematizar a autonomia dos trabalhadores do Banco Nascente em relação à execução das atividades requeridas em seu trabalho de agentes de crédito do banco comunitário. Isto implica discutir a partir de tal categoria alguns aspectos específicos de suas experiências de trabalho, tais como: a) a autopercepção dos trabalhadores da presença ou ausência dos conhecimentos exigidos para o desempenho da profissão; b) a valorização dos processos educativos advindos da prática do trabalho, bem como dos momentos especialmente voltados para sua formação profissional, e a crítica da falta de sua ocorrência; c) a relação dos trabalhadores do Banco Nascente com a equipe de assessoria técnica do NUMI-ECOSOL, condicionada pelas tensões existentes entre a expectativa dos agentes de crédito em cumprirem efetivamente sua função no banco comunitário e a impossibilidade de fazê-lo devido tanto à falta de experiência prévia neste tipo de trabalho como à ausência de conhecimento técnico necessário para realização das tarefas.

Se por um lado existiu uma expectativa desigual, por parte dos trabalhadores do banco e da equipe do NUMI-ECOSOL, de que futuramente fosse possível ao empreendimento solidário “andar com as próprias pernas”, autonomia referida à capacidade plena de seus membros realizarem integralmente as atividades fins do banco comunitário, por outro lado a impossibilidade prática de se fazer aquilo que era compreendido (também desigualmente) como inerente ao trabalho demandado pela iniciativa, gerou nos agentes de crédito um sentimento de impotência, dependência e isolamento, refletido nas falas de Irene transcritas a seguir:

[...] dividir as tarefas e ver a função de cada um, acho que vai ser muito importante, porque a partir daí eu [vou] olhar no que eu tenho que fazer, o que eu sou, o que eu tenho que fazer e correr atrás, assim, sabe, assim, eu acho que vai ser bem melhor, porque a gente fica perdido mesmo, a gente fica no nosso mundinho aqui, a gente tá vindo no banco, vai fazer o que? A gente tá esperando alguém se vem aqui, pedir alguma coisa, perguntar do banco, entendeu, pra isso a gente sabe que a gente tá aqui, assim, de que se chegar alguém aí, a gente vai falar, sabe, o que é banco, tudo, vai apresentar o banco, porque isso a gente já aprendeu, mas lidar com outras coisas mesmo... (DC XIV - US51).

[...] mas acompanhamento do crédito, eu creio que não é só nós, acho que creio que é a pessoa que sabe, né? Manusear esse negócio aí, contabilidade e tudo mais, isso a gente não, eu não sei pelo menos, entendeu, como que eu vou fazer um acompanhamento de crédito se eu não tenho? Eu não sei, eu sei fazer o que, “Olha Seu Antônio, você não pagou”, a cobrança, a cobrança, agora acompanhamento do crédito que a incubadora falou que ia fazer dos empreendimentos, acompanhamento dos empreendimentos, isso daí eu acho que nem você [Adriana] sabe fazer (DC XIV - US50).

Em seu discurso, Irene consegue discernir claramente entre aquelas atividades que ela e Adriana conseguem ou não desempenhar no bojo do trabalho de gestão do Banco Nascente. Se for necessário apresentar o banco comunitário a um morador que queira conhecer e tirar dúvidas sobre a iniciativa, ou se a questão se tratar de conversar com algum morador inadimplente do banco para deixá-lo ciente do atraso no pagamento do empréstimo, as trabalhadoras entendem que podem realizar tais atividades, “porque isso a gente já aprendeu”. No entanto, Irene reconhece em si e em Adriana a ausência da experiência profissional e da instrução necessárias para realizar o acompanhamento, junto aos empreendimentos do bairro, dos créditos produtivos liberados pelo banco, o qual segundo ela exige conhecimentos relacionados à área contábil que elas não possuem. Aliado a isto, Irene também sente dificuldade dela e de Adriana em organizarem por si mesmas a divisão de função e tarefas que devem executar como agentes de crédito, o que faz emergir a percepção de que encontram-se perdidas em seu próprio mundo, sem saber o que fazer. O diálogo estabelecido entre mim e as trabalhadoras do Banco Nascente, realizado durante uma reunião de avaliação e planejamento de suas atividades, revela outros aspectos referentes à tal questão:

DIOGO: e vocês se sentem em condição de fazer isso [o acompanhamento dos empreendimentos que conseguem crédito junto ao banco]? O banco precisa definir se vai ou não vai, mas se definir que vai, vocês tem condições de fazer isso?

IRENE: a gente não é formada pra isso, tipo assim, é o que eu sempre falo, a gente foi lá no banco lá em Fortaleza, a gente foi em Palmas, né? Mas tem pessoas formadas que trabalham no banco, dos outros lugar, aqui não tem ninguém formado que trabalha. Tem incubadora? Mas eu tô sentindo mais assim, ó, a incubadora veio incubou, agora eles estão assim ó, meio que tipo assim sabe, vocês se virem, entendeu, como se a gente que tivesse que andar com as nossas próprias pernas, tá a gente tem que andar, só que é um processo que a

gente não sabe tudo, a gente não é formado, a gente não é expert em nada, agora a gente vai dar continuidade no banco como? É como eu falei, a gente é da comunidade, a gente viu sim pessoas trabalhando lá no banco das comunidades, mas não era da comunidade que gerava o banco, não era, tinha muitas pessoas formadas e trabalhando no banco pro banco acontecer, entendeu?

ADRIANA: ainda a gente viu lá em Fortaleza, o pessoal que faz, que trabalha lá na parte do computador num é eu a Irene lá, é pessoas que faz faculdade, num é a gente, morador.

DIOGO: mas vocês acham que precisa fazer faculdade pra fazer esse tipo de serviço ou é uma questão de...

ADRIANA: é, precisa aprender, não adianta eu não saber, eu ficar lá na mesa e não saber fazer, só que lá tinha gente que tinha só faculdade.

IRENE: aí assim, o começo é um processo curto, e gente começou agora, a gente não tem dinheiro pra estar pagando uma pessoa pra ajudar a gente com outros serviços, né? Que nem nos outros bancos, mas tem, existe essa coisa, porque a gente viu lá, porque que aqui não pode ter, aqui é só as pessoas da comunidade que vai se virar? Entendeu, com certeza lá no Palmas e no União Sampaio eles também ganham pra fazer parte do banco, trabalhar lá dentro do banco, entendeu, porque a gente, a gente sozinho acho que a gente não tem perna não, não tem perna, porque se for ficar que nem eu e a Adriana, se for deixar a gente aqui, o que a gente sabe muito do banco? A gente não sabe muita coisa, a gente não sabe muita coisa, entendeu?

ADRIANA: a gente pode atuar como pessoas da comunidade, fazer alguma coisa mas, se for fazer outras coisas que é difícil e que precisa do computador, a gente não vai fazer...

IRENE: não é só de computador, né Adriana? A gente sabe administrar uma empresa? Eu nunca fui, eu nunca sei administrar, eu mal administrava meu dinheiro de faxineira (DC XIV - US41).

Mais uma vez tratando do problema da realização ou não, por parte do banco, do acompanhamento dos empréstimos produtivos concedidos aos produtores locais, Irene e Adriana voltam a expor seu incômodo motivado pela influência das limitações do saber que possuem no exercício de sua atividade profissional, passando a comparar a diferença das condições de trabalho vivenciadas por outros bancos comunitários com aquela experienciada pelo Banco Nascente. Segundo as agentes de crédito, tanto no Banco Palmas como no Banco União Sampaio, não são os moradores do bairro que desempenham integralmente todas as atividades de gestão de tais bancos, visto que eles possuem profissionais graduados trabalhando e recebendo para “fazer outras coisas que é difícil”. Neste sentido, o apoio

técnico-formativo fornecido pela incubadora da UFSCAR, por meio da assessoria realizada junto aos trabalhadores do Banco Nascente, parece não ser suficiente para que Irene e Adriana projetem um futuro em que “só as pessoas da comunidade que vai se virar” para “dar continuidade no banco”. O dilema encontra-se expresso na contradição da fala de ambas trabalhadoras, que hora acreditam que “a gente tem que andar com as nossas próprias pernas”, revelando a importância da formação que agregue novos conhecimentos, hora preferem crer que “a gente sozinho acho que a gente não tem perna não”, reiterando a necessidade de “estar pagando uma pessoa pra ajudar a gente com outros serviços”. Seja de uma forma ou de outra, a certeza que as agentes de crédito têm é que “não adianta eu não saber, eu ficar lá na mesa e não saber fazer”.

Por isso mesmo, há uma valorização por parte dos trabalhadores do Banco Nascente em relação ao aprendizado proporcionado pelas atividades de formação realizadas no decorrer do processo de estruturação do empreendimento, como o reconhecimento de que é também por meio da própria experiência prática de trabalho, no “dia a dia do banco”, que os conhecimentos podem ser erigidos. Segundo Irene:

[...] as viagens, as formação, foi uma coisa, um momento de aprendizado e foi muito bom, porque se a gente não tivesse também isso, esse curso que a gente fez ali os dois sábados, foi bom, porque se a gente não tivesse isso a gente talvez não tinha crescido um pouco, né? (DC XIV - US23).

[...] a nossa realidade é início dum banco, com várias dificuldades [...] porque a gente não chegou num banco e ficamos fazendo o que eles faz no dia a dia, a gente não teve isso lá, a gente num teve nenhuma formação que a gente tivesse contato com o dia a dia do banco, então isso daqui é uma coisa mesmo pra gente, que a gente não viu lá fora, né, e é isso, é dificuldade, é... é tudo aqui, o que a gente ta aprendendo agora, o que a gente ta vendo que ta acontecendo no banco, né, tudo o que ta acontecendo mesmo (DC XIV - US16).

E assim dos empréstimos, assim, acho que foi legal a gente ter feito os empréstimos, ter aprendido um pouco, só que acho que a gente tá sozinho se for ver... (DC XIV - US3).

Alguns conhecimentos relativos ao funcionamento de um banco comunitário foram adquiridos pelos agentes de crédito por meio de sua participação em atividades formativas

realizadas pela incubadora da UFSCAR e pelo NESOL/USP antes da inauguração do Banco Nascente, possibilitando segundo Irene um crescimento profissional por parte dos trabalhadores do banco. Entretanto, a falta de experiência prática relacionada à atuação cotidiana em uma iniciativa desta natureza implica, segundo Irene, em uma série de dificuldades intrínsecas ao curto período de funcionamento do banco. Se não foi possível vivenciar previamente a gestão de um banco comunitário, é somente no desenrolar da experiência vivida que se torna possível enxergar suas possibilidades e suas limitações e aprender a lidar com as diferentes situações e dificuldades que irão constituí-la. Aprende-se a fazer empréstimos realizando-os na prática, ainda que toda formação e informação obtida anteriormente ou no decorrer do processo de trabalho tenha grande relevância. Neste sentido, Irene sente a carência do apoio do NUMI-ECOSOL no dia-a dia de trabalho do Banco Nascente após o início de suas atividades, pensa que os trabalhadores do banco estão sozinhos para realizar suas tarefas:

[...] em todo esse processo de reunião a incubadora esteve sempre presente, e agora que o banco inaugurou eles tão... a falha deles é essa, entendeu? Eles pouco aparecem aqui, a gente não sabe, a gente fica na insegurança de quando vai aparecer alguém aqui, não tem uma data fechada de que dias de semanas e meses que eles vão aparecer aqui, e aí a gente fica nessa aqui, na expectativa de que alguém vai aparecer [ADRIANA: que vai nos ajudar a fazer alguma coisa] (DC XIV - US6).

[...] é coisa deles se eles tá incubando o banco, eles vem com esse projeto, é obrigação deles estar presente aqui, agora vem um dia lá por mês, uma vez por mês, uma vez por semana e acabou? Não é isso, não é isso, eles sempre viu que a gente não é expert em nada, entendeu, nós é da comunidade, quem que tem alguma coisa assim que sabe um pouquinho mais ainda é o João, porque trabalhou em empresas, entendeu, e tudo mais, mas eu não sei gerir uma empresa, eu não sei, entendeu, sinceramente. Agora é um papel da incubadora? Eles tem puta gente pra caramba lá que sabe muitas coisas, e porque essas pessoas não tá aqui, entendeu? Se eles quer incubar o negócio, incubar de que maneira, assim? Deixar as pessoas... eles teve, caramba, nadou, nadou nadou, e agora que a gente abriu o banco vai morrer na praia? (DC XIV - US43).

A falta de expertise de Irene e Adriana para realizar a gestão do banco comunitário e a ausência de atividades de formação que forneçam subsídios práticos para que as agentes de crédito possam cumprir esta função, levam-nas a vivenciar uma situação de impotência,

insegurança no trabalho e, por conseguinte, de dependência em relação ao fomento oferecido pela incubadora, o qual passa a ser cobrado como uma obrigação a ser cumprida por parte da universidade. As trabalhadoras esperam, desta forma, maior assiduidade e organização no trabalho de assessoria realizado pelo NUMI-ECOSOL, para que seja possível a elas dar continuidade nas ações do banco comunitário e realizar “[...] alguma coisa que a gente podia estar fazendo a gente não faz, porque a gente tá perdido, a gente não tem uma orientação, a gente não sabe o que a gente poderia fazer” (DC XIV - US51). Esta insegurança para tomar decisões e empreender ações em nome do banco comunitário e a relação de dependência estabelecida com a equipe de assessoria fica ainda mais evidente quando trazemos à tona o receio de Adriana em agir de forma equivocada no exercício de sua função de agente de crédito:

ADRIANA: [...] não, eu acho que é isso também, mas eu não sei se assim, se a gente, as vezes eu penso, se a gente tá fazendo alguma coisa que não seja, entendeu, da ação do banco [...] por exemplo, a gente, é, se a gente tá fazendo alguma coisa, assim, ah, por exemplo, se a gente fosse conversar com comerciante, e se a gente, a gente vai, conversa com o comerciante tudo, aí chega aqui no banco a pessoa fala “ah, não era o momento de conversar com comerciante”. De a gente estar fazendo a atuação e chegar na hora a pessoa vim dizer pra gente “não é isso que vocês tem que fazer” (DC XIV - US51).

ADRIANA: [...] as vezes a gente pode até estar fazendo uma atuação, daí chega de repente e fala assim “ah, não é desse jeito que vocês tem que fazer”, e aí, a gente fica, acho que na mão.

DIOGO: mas quem fala isso?

ADRIANA: alguém fala, né? A mesma coisa se a gente for sair daqui e for fazer qualquer divulgação em qualquer outro lugar, por exemplo, comércio, tal, e aí chega aqui e fala assim “não é assim que faz”, eu não sei... que a decisão não é só da gente que está aqui (DC XIV - US44).

A autonomia de cada trabalhador em executar atividades relativas à esfera de atuação do Banco Nascente fica “na mão” quando Adriana ressalta “que a decisão não é só da gente que está aqui”, e a possibilidade de ação se transforma em incerteza e impotência quando ela se pergunta rotineiramente “será que eu devo fazer isso?”, e não faz. Talvez o ponto mais crítico desta relação entre o cumprimento desta atividade profissional e a impossibilidade de fazê-lo refira-se, não ao momento em que se percebe as limitações de seu próprio

conhecimento para a execução de uma tarefa que se sabe que deve realizar, mas quando a incerteza oriunda da falta de experiência não permite nem ao menos identificar o que se deve fazer em sua função de trabalho. Quando perguntei às agentes de crédito “[...] o que vocês gostaram mais de fazer, o que vocês gostaram menos de fazer, assim, no dia a dia do banco?”, Irene foi taxativa: “[...] o que eu gostei menos de fazer é vim aqui e ficar à toa” (DC XIV - US32).

Por fim, a condição diferenciada de João, único trabalhador com experiência na área de administração de empresas, também é referida na fala anterior de Irene a partir da consideração de que ele é o agente de crédito que “sabe um pouquinho mais”. Elas, ao contrário, aprenderam neste processo a saber que não sabem:

IRENE: E aí, eu, assim, eu tenho assim isso aí mesmo, né? A gente fica aqui na expectativa de que a gente podia estar aprendendo um pouco mais das fichas, que também não é todos os campos que eu sei preencher, os cálculos que a gente faz, e a gente não tá aprendendo isso, e só em reunião, reunião [...] a gente tem que se aprofundar no que a gente tá fazendo aqui, as coisas do dia a dia do banco, né? Porque que nem o João, o João sabe mexer tudo na informática lá, nas planilhas, e a gente não sabe e outra, era uma coisa que ele podia estar falando “Ó, senta aqui do lado e vamos aprender junto, é aqui que clica, é ali que clica”, entendeu? Pra gente também saber fazer isso, né? E a gente fica muito dependente do João, eu e a Adriana (DC XIV - US9).

Sabendo que não sabem, as agentes de crédito passaram então a valorizar e requisitar o acesso ao conhecimento relativo às “coisas do dia a dia do banco”, ao preenchimento das fichas de análise de crédito, aos cálculos da capacidade de pagamento dos empréstimos. A presença de um trabalhador com experiência profissional em gestão de empresas representava uma oportunidade de troca e partilha de conhecimento, “pra gente também saber fazer isso”. No entanto, de acordo com Irene, a diferença de saberes dos trabalhadores não se desdobrou em tal compartilhamento, mas sim em uma situação de dependência entre aqueles que sabiam menos e aquele que detinha o saber, visto que não foram construídas as condições em que se pudesse realizar esta troca de saberes, pois quem precisava de ajuda não a solicitou, e quem podia oferecê-la também não o fez.

4.2 PENSAR NOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A categoria “pensar nos princípios da economia solidária” foi construída para designar as relações de reciprocidade percebidas pelos trabalhadores do Banco Nascente, em sua presença ou em sua ausência, no bojo das tensões referentes às distintas formas de compreensão e de tratamento aos problemas relacionados à divisão de trabalho no empreendimento solidário, especialmente por aqueles provocados pela interferência de seus problemas particulares no cumprimento das atividades inerentes à esta atuação profissional. A existência destas relações de reciprocidade estabelecidas entre os trabalhadores, e que por vezes envolveram os integrantes do NUMI-ECOSOL responsáveis pela assessoria técnica ao banco, foi manifestada primordialmente nos momentos de diálogo e acolhimento das questões pessoais de cada agente de crédito, vivenciados no decorrer do exercício das atividades de trabalho. Também há de se destacar a capacidade crítica dos agentes em perceberem a ausência de reciprocidade no ordenamento e na atribuição de responsabilidade individual e coletiva referentes à gestão do banco comunitário, expondo-a como um requisito a ser alcançado para que se estabelecessem relações de trabalho mais justas. Por outro lado, como divergências, algumas atitudes e compreensões tidas pelos trabalhadores, ao manifestarem justamente esta ausência de reciprocidade entre eles (falta de responsabilidade e comprometimento com o trabalho, sobrevalorização do próprio trabalho), transformaram-se de forma gradativa ao longo da análise do processo de trabalho, alterando seu caráter inicialmente solidário para formas de agir mais individualistas. Além disso, a dificuldade dos trabalhadores constituírem entre si canais de diálogo que permitissem processar os problemas relativos ao dia a dia de trabalho apareceu como outro aspecto divergente desta categoria de análise.

Menos de dois meses após a inauguração do banco, na sexta-feira, 17 de agosto, fomos todos surpreendidos com o pedido repentino da demissão de João. Só viemos a saber ao certo sobre os motivos de sua saída quando sua decisão já estava revertida, na segunda-feira seguinte ao acontecido: João, que havia mudado de ideia e decidido retornar ao seu posto no banco comunitário, estava enfrentando problemas pessoais com sua família justamente por conta de sua dedicação ao trabalho, e por isso tomara a decisão de se demitir do banco. Seu retorno foi comemorado tanto pelas agentes de crédito quanto pela equipe de apoio do NUMI-ECOSOL, pois todos compreendiam a importância que tinha para a equipe do Banco Nascente. No primeiro encontro após seu retorno, João pôde explicar os motivos de sua saída

às outras trabalhadoras e retomar normalmente seu trabalho no banco comunitário. Poucos dias depois, no entanto, voltou a se ausentar de algumas de suas atividades profissionais por conta de questões pessoais, acontecimento que suscitou o questionamento por parte de Adriana acerca da responsabilidade profissional de cada trabalhador do banco. O evento narrado a seguir é ilustrativo do modo como os problemas particulares de cada um dos agentes de crédito estava interferindo na dinâmica de trabalho do Banco Nascente:

Hávamos marcado uma reunião com dois coletivos de arquitetos, a fim de discutirmos sobre possibilidades de parceria para a nova linha de crédito habitacional. Cheguei à sede do banco às 14:10hs, e um dos arquitetos já estava à nossa espera. O banco ainda estava fechado, apesar de seu horário de funcionamento prever atendimento a partir das 13:30hs. Fiquei conversando por alguns momentos com o profissional, explicando a proposta do banco comunitário, enquanto Aline ligava para os trabalhadores do banco. Adriana já havia dito que chegaria atrasada por conta de uma consulta médica de seu filho, marcada para as 14:30hs. Ao ligar para o João, sua esposa informou que ele não havia passado bem pela manhã, tinha tomado um remédio e estava dormindo. Irene disse por telefone para Aline que já havia cumprido sua escala de trabalho esta semana e que, portanto, não iria para a reunião. Neste meio tempo, o outro arquiteto chegou e informamos que os trabalhadores do banco não iriam participar do encontro. Conversamos um pouco sobre o assunto de nossa reunião e encerramos o encontro por volta das 15:30hs. Adriana chegou ainda quando um dos arquitetos estava se despedindo, mas a reunião já tinha acabado. Ela perguntou porque a Irene e o João não estavam presentes, ao que respondemos expondo os motivos de cada um. Ela resmungou baixo, e falou contrariada que não iria cobrar ninguém por aquilo (DC IV - US1).

Conforme o previsto pelo acordo realizado entre os três trabalhadores do banco comunitário, a escala de trabalho semanal previa que no dia do encontro com os dois coletivos de arquitetos, o qual tinha por objetivo discutir o formato e as possibilidades de parceria para a criação de uma nova linha de crédito para pequenas reformas habitacionais a ser oferecida pelo banco aos moradores do bairro, João e Adriana estariam presentes em nome do Banco Nascente, e Irene estaria de folga. No entanto, o mal estar de João e a consulta médica do filho de Adriana resultou no não comparecimento dos agentes de crédito na atividade, visto que a tentativa de Aline, técnica de incubação do NUMI-ECOSOL, de ligar para Irene para perguntar se ela viria à sede do banco comunitário para participar da reunião resultou em vão,

visto que era seu dia de folga. Conforme o esperado, Adriana chegou atrasada ao encontro, o qual já havia se encerrado prematuramente devido à ausência dos trabalhadores do banco, ficando contrariada ao saber do ocorrido. No entanto, anunciou que não iria reclamar com os demais agentes. Alguns dias depois, durante o horário de atendimento do banco ao público, encontrei João conversando com Irene sobre os problemas ocorridos nos dias anteriores, “[...] sobre suas consultas e exames médicos da semana passada, que o fizeram perder dias de trabalho” (DC V - US1).

A sequência de acontecimentos envolvendo João e seu trabalho no banco foram percebidos pelas outras duas trabalhadoras como um problema importante relacionado à dinâmica cotidiana de gestão do trabalho no Banco Nascente, o que levou o NUMI-ECOSOL a propor a realização de encontros específicos para o processamento em grupo dos problemas particulares de cada trabalhador, buscando compreender coletivamente as limitações pessoais de cada agente de crédito em seu trabalho para tentar minimizar o impacto de tais problemas na dinâmica de funcionamento do banco comunitário:

A reunião para processamento coletivo dos problemas pessoais dos trabalhadores do banco comunitário havia sido acordada entre um dos responsáveis pela equipe de finanças solidárias do NUMI-ECOSOL, e os trabalhadores do banco na segunda-feira anterior. Tal demanda surgiu durante uma das reuniões de planejamento estratégico realizadas pelo NUMI-ECOSOL com os trabalhadores do banco às segundas-feiras à tarde, motivado especialmente pelo ocorrido com João na semana anterior, o qual “se demitiu” e depois decidiu retornar ao trabalho no banco devido a problemas pessoais. A partir deste acontecimento, durante uma reunião de planejamento do banco, houve uma tentativa por parte de representantes do NUMI-ECOSOL de levantar e processar os problemas existentes no dia a dia do trabalho junto à Adriana e Irene (João estava ausente neste dia decorrente da realização de uma colonoscopia), sendo que Irene colocou justamente o afastamento e a volta repentina de João como um dos principais problemas enfrentados pelo banco. Foi proposto então uma discussão coletiva sobre como os problemas pessoais dos trabalhadores do banco poderia interferir no bom funcionamento da iniciativa.

[...] João se dispôs a começar, e relatou detalhadamente os problemas que estava passando em casa. Buscamos em seguida pensar em algumas maneiras de ajudá-lo a combater as causas do problema enfrentado, bem como refletir coletivamente nas melhores maneiras de processar as consequências deste problema no dia-a-dia do banco. Após discutirmos os problemas de João, passamos a conversar sobre

algumas questões pessoais de Irene, a qual relatou que estava passando dificuldades em sua relação com o marido, que afetava também a relação com os filhos. Muitas vezes Irene chegou a brincar com a situação que descrevia, mas em certo momento ela não segurou a emoção de desabafar sobre sua vida e começou a chorar, sendo imediatamente acompanhada por Adriana. Aos poucos Irene foi se acalmando, e logo prosseguimos discutindo em possíveis caminhos para resolver aquele problema e também nas maneiras de minimizar suas consequências. Por fim, Adriana falou de seus problemas com os filhos e também sobre sua questão de moradia (DC VI - US1).

Contando com a participação e o apoio da equipe de finanças solidárias do NUMI-ECOSOL, esta experiência vivenciada pelos agentes de crédito do Banco Nascente no bojo do processo de estruturação da gestão do trabalho no banco, permitiu o acolhimento e processamento coletivo dos problemas familiares de cada um dos trabalhadores, a partir da constituição de um espaço de discussão que possibilitou a resolução dialogada de conflitos e o estabelecimento de um ambiente de cumplicidade, solidariedade e companheirismo entre os participantes do banco comunitário, proporcionando condições propícias para a conversa e até mesmo o desabafo entre seus membros relacionados às questões de cunho pessoal e particular. Nos momentos que convivemos, João pareceu valorizar este aspecto relativo à gestão do banco comunitário, ao comparar sua experiência de trabalho nesta iniciativa de economia solidária àquela realizado anteriormente em uma empresa multinacional:

Ficamos, deste modo, apenas eu e João na sede do banco. Nenhuma pessoa passou na tarde desta terça-feira para pedir empréstimos. Eu e João continuamos conversando, e ele me disse que nos tempos em que trabalhava na empresa multinacional, esta até que prestava auxílio quando ele precisava de coisas específicas (algum problema financeiro ou de saúde) mas que era uma ajuda apenas “material”, não havendo o interesse “humano” de conhecer mais detalhadamente sobre sua condição pessoal. Disse-me que em sua experiência no banco comunitário era a primeira vez que ele se sentia acolhido como pessoa em sua atividade profissional, com todos os problemas e dificuldades que isto implicava. Disse a João que isto era muito bom, mas que também aumentava a complexidade de se organizar o trabalho coletivo. Falei também que as vezes tinha a impressão de que o nosso trabalho ali no banco comunitário era cercado de muita preocupação e receio de que as coisas possam não dar certo. João concordou comigo, respondendo que tínhamos nos acostumados a viver esta lógica do medo por causa da ditadura

militar e também por causa da lógica competitiva que o capitalismo nos impunha. Prosseguiu salientando que a atividade do banco propunha outras formas de pensar e agir, e que devíamos ser mais inventivos, aproveitar melhor as capacidades individuais de cada um e sair para as ruas ao invés de ficarmos parados ali na sede (DC V - US4).

Se por um lado João podia sentir-se mais “acolhido como pessoa” em sua experiência de trabalho no Banco Nascente, por ter a possibilidade de dialogar (e ser compreendido) com os demais integrantes do banco sobre os problemas pessoais que prejudicavam o cumprimento de suas atividades profissionais, por outro lado a abertura proporcionada por tal procedimento por vezes entrou em choque com outros valores e princípios inerentes à gestão coletiva e solidária do banco e com os quais seus trabalhadores estavam aprendendo a construir e valorizar, a saber: o cumprimento de acordos coletivos de trabalho, relativos primordialmente à questão da pontualidade no horário de início da jornada e ao compromisso com a divisão da escala de trabalho acordada em grupo, bem como o compartilhamento da responsabilidade inerente à função de agente de crédito do banco comunitário.

Desta forma, os processos educativos desencadeados pela necessidade, por parte de seus trabalhadores, de processamento dos problemas pessoais e particulares no âmbito do ambiente de trabalho, referem-se não somente à valorização da possibilidade de acolhimento e cumplicidade entre os trabalhadores manifestada nos espaços dialógicos existentes, mas também à forma como os agentes de crédito percebem tais questões no contexto mais amplo de organização coletiva e gestonária do banco, a qual envolve necessariamente fatores ligados aos acordos de trabalho celebrados em grupo e à divisão equitativa de tarefas e responsabilidades. O respeito pela condição pessoal de cada trabalhador e a compreensão do modo como tal condição interfere nas possibilidades de realização individual e coletiva das atividades profissionais parecem depender sobretudo, de acordo com Irene, com a existência efetiva de relações de reciprocidade entre os agentes de crédito:

Mas é isso, sabe Diogo, eu também acho assim ó, se for pra continuar desse jeito o banco, sempre falei, eu sou chata? Eu não sou chata, é uma coisa que existe em outros empreendimentos, é, as pessoas não tão nem aí com o horário, as pessoas não tão nem aí com suas, entendeu, eu tô fazendo a minha só que eu tô achando que eu tô ficando muito sobrecarregada, e se for pra ficar assim, ele vem quando quer de manhã... ele tem os problemas dele, eu também tenho os meus problemas [...] Eu acho que não é por aí, né, aí eu tenho

que ver o lado dos outros? Tenho que ver o lado dos outros mas também tenho que ver o meu lado, meu, né? É complicado [...] Pelo menos eu tô fazendo minha parte, entendeu, eu acho que se é pra um é pra todos, todo mundo tem problema. Eu tenho certeza que você tem problema seu, eu tenho meu problema, a Adriana tem o problema dela, né? Nenhum assim, nenhuma pessoa tá sem problema no mundo, todo mundo tem problema, mas se for, seu eu for agir o meu problema e ficar na minha casa, eu vou ficar na minha casa todos os dias, porque eu vou ter problema constante, eu vou ter problema todos os dias (DC XIV - US45).

Apesar de reconhecer a existência de problemas no âmbito pessoal de cada agente de crédito do Banco Nascente interferindo em sua dedicação ao trabalho, Irene acredita que isto não justifica a ausência de João nas atividades do banco e a sobrecarga de trabalho que tal evento acarreta a ela, pois, de acordo com sua percepção em relação às distorções na divisão de trabalho e no compartilhamento de responsabilidade entre os agentes, “[...] se é pra um é pra todos, todo mundo tem problema”. As falas de Irene em relação, neste caso, à falta de reciprocidade entre os trabalhadores do banco comunitário podem ser entendidas enquanto crítica à ausência de um princípio, por ela valorizado e desejado, que deva integrar a gestão coletiva de um empreendimento solidário, pois “[...] se tem que conversar, ser humano, pensar nos princípios da economia solidária, os três tem que pensar” (DCXIV - US47). Desta forma, para Irene, o estabelecimento de relações de reciprocidade entre os trabalhadores do banco (cumprir as responsabilidades assumidas coletivamente, compartilhar as dificuldades, não deixar de pensar na condição dos outros e nas consequências de suas próprias atitudes para a dinâmica de trabalho) parece se constituir como um requisito fundamental para que a gestão do Banco Nascente esteja coerente com os princípios da Economia Solidária. É isto que ela deixa transparecer novamente quando fala sobre os trabalhos que podem ser realizados sozinhos e aqueles que necessitam do envolvimento de todo o coletivo:

Mas fica meio vago, porque eu tenho só umas coisas pra fazer e é muito maior, né? Uma articulação comunitária muito grande, só que é aquela coisa é uma articulação, só que eu vou articular com a comunidade, só que eu não posso estar sozinha se é o banco, né? Se é o banco que ta fazendo porque só eu vou aparecer lá e vou dar minha cara a tapa? Eu acho assim, sabe, então algumas ações o banco fala que vai fazer e não acontece, entendeu, porque se é o nome do banco é o banco inteiro que tem que estar fazendo essas articulações, não é só eu, entendeu, numa coisa importante. Tá, na questão do lixo,

eu tô sozinha, eu tô com o pessoal do METUIA, tô sossegado, que nem agora eu vou fazer articulação com a comunidade, não vai ser eu sozinha, né? Eu vou articular, vai acontecer alguma coisa, mas que o banco vai estar, né, porque que ação que é o banco, então não vai fazer outras ações, se o banco não for estar presente em todas as ações que a gente for fazer (DC XIV - US37).

IRENE: não, eu acho assim, eu acho que a partir do momento que o banco determinar “nós vamos fechar o banco e vamo pras ruas”, acho que não é um ou dois, é todo mundo.

ADRIANA: todo mundo...

IRENE: todo mundo, entendeu [...] eu acho que é pros três, se é os três que é trabalhador é os três que tem que ir pra comunidade, é os três que tem que conscientizar, é os três, entendeu, não é só eu não [...] agora eu acho assim que é uma coisa de uma ação do banco e só um ou dois ta fazendo, eu acho que isso é muito ruim, entendeu, então não fala uma coisa e não faz, entendeu, acho assim, “ah, vamos arrecadar dinheiro pro banco comunitário fazendo barraca” e só vai uma ou duas pessoas. Se vai arrecadar dinheiro pro banco é todo mundo, no geral, entendeu, agora toda vez dava um probleminha “ah, hoje não vai dar”, “ai, eu também não vai dar” (DC XIV - US33).

Irene demonstra em sua fala o entendimento que tem sobre as responsabilidades que devem ser compartilhadas por todos, “no geral”, e aquelas que podem ser divididas individualmente entre os trabalhadores. Seu discernimento para distinguir entre um e outro caso se vale de critérios relativos à maior ou menor importância coletiva atribuída à tarefa a ser cumprida, bem como ao maior ou menor “tamanho” da empreitada. Mais uma vez, é a ausência de membros do banco comunitário nas atividades tidas por Irene como sendo de responsabilidade coletiva que a faz reforçar a importância dos laços de reciprocidade entre os trabalhadores, a fim de que o banco possa realizar as atividades por ele propostas: “[...] se é os três que é trabalhador, é os três que tem que ir”. Adriana também parece concordar com Irene no que se refere à diferenciação entre aqueles trabalhos que requerem participação de “todo mundo”, e outros que podem ser desempenhados a partir da atribuição da divisão do trabalho, ainda que coloque como condição necessária para que cada trabalhador possa realizar as tarefas que lhes cabem individualmente a definição prévia de responsabilidade: “[...] se já tá listado lá, eu sou responsável por isso, ela é responsável por aquilo, então, se tem dois trabalhadores no banco, então um vai o outro fica” (DC XIV - US34).

A organização coletiva do trabalho no Banco Nascente, experienciada por seus agentes de crédito durante os seis primeiros meses de seu funcionamento, foi profundamente influenciada pela incidência dos problemas particulares na dinâmica de gestão do empreendimento, conforme apontaram nossos dados de campo. As dificuldades relacionadas a tal fenômeno, manifestadas a partir do pedido de demissão de João, disseram respeito fundamentalmente à divisão desigual da escala de trabalho semanal entre os trabalhadores, o que conseqüentemente gerou um descontentamento interno em relação à falta de responsabilidade e comprometimento por parte de um dos agentes de crédito com as atividades do banco comunitário. Esta insatisfação desdobrou-se na percepção de Irene de que estava faltando reciprocidade entre os trabalhadores na forma de tratar tal questão, pois os problemas de um deles estavam se sobrepondo tanto às dificuldades pessoais dos demais membros e quanto às necessidades de trabalho que a atuação do Banco Nascente exigia naquele momento: realização de articulação comunitária, levantamento de recursos financeiros etc.

Entre a tentativa de resolução coletiva dos problemas elencados anteriormente, realizado a partir do apoio do NUMI-ECOSOL ao “[...] planejamento do tempo de trabalho e da escala diária de cada trabalhador do banco” (DC I - US5), e a permanência dos problemas relacionados à divisão do trabalho, algumas posturas mais individualistas emergem do discurso de Irene:

Ah, ele que tem que ver o problema dele e cair na real, eu acho que é isso, porque a gente não pode fazer nada por ele, ele que tem que ver e fazer (DC XIV - US49).

Eu acho que, assim, tem algumas coisas que já tamo tirando responsáveis que eu já estou executando, entendeu, tanto na questão do lixo, eu que comecei a articular isso sozinha, consegui ajuda do METUIA, lá do pessoal lá da, do CJ, e meti a cara, entendeu, porque as outras pessoas do banco não me ajudaram em nada, eu que meti a cara e fui pra cima, se não não ia acontecer (DC XIV - US36).

Se anteriormente Irene criticava a atitude de João não levar em consideração as outras pessoas do banco comunitário e focar somente em seu próprio problema, agora é ela quem se indis põe a pensar e colaborar com João no trato das dificuldades enfrentadas por ele. O que outrora podia ser visto enquanto tensão entre a lógica da reciprocidade e a lógica do

individualismo, na contraposição existente entre pensar apenas em si e deixar de pensar nos outros, agora se imbrica de modo a inverter a relação inicial e a colocar o individualismo não mais como contraponto, mas como mote da relação de reciprocidade: se “[...] as outras pessoas do banco não me ajudaram em nada, [...] a gente não pode fazer nada por ele”.

Outro aspecto que se mostra relevante se considerarmos a perenidade dos conflitos de trabalho descritos anteriormente refere-se à dificuldade dos trabalhadores do Banco Nascente constituírem entre si canais de diálogo que permitissem socializar ou até mesmo processar os problemas relativos ao dia a dia da gestão do empreendimento. Aline, técnica de incubação do NUMI-ECOSOL, ao conversar com Irene sobre as distorções existentes na divisão do trabalho do banco, falara a ela que “[...] eles precisavam conversar mais entre eles, e que a incubadora pode ajudar a resolver os problemas mas que não dependia somente dela” (DC IX - US3). Adriana também já havia percebido que a comunicação entre os agentes de crédito não estava ocorrendo da forma adequada, visto que por diversas ocasiões as faltas de algum deles no trabalho não era devidamente informada aos demais. Já Irene, juntamente com Adriana, ressalta que João se ocupou em avisar suas ausências no banco comunitário à equipe do NUMI-ECOSOL, mas que não tinha a mesma atitude perante suas companheiras de labuta:

ADRIANA: eu acho que é isso, e assim, aí também a gente tá tendo muita falha, assim, de comunicação, tipo ah se eu, por exemplo, se acontece alguma coisa comigo, eu tenho que, com a gente tá aqui a gente tem que avisar um ao outro e não tá acontecendo isso, que nem hoje ele [João] não veio só que também ele não ligou, não falou nada pra gente [IRENE: não mandou nem email], a gente fica preocupada, mas também não mandou email, não ligou pra ninguém...

IRENE: e as vezes ele se preocupa em mandar email pra incubadora. [ADRIANA: e não pra gente que está aqui] e não pra gente, né, que a gente tá aqui... (DC XIV - US15)

Quando questionei se elas se sentiriam a vontade para conversar com João sobre os incômodos que sentiam em relação às suas atitudes, Adriana e Irene responderam da seguinte forma:

ADRIANA: eu acho que, eu tenho medo de magoar ele, entendeu, pelos problemas que ele tem, pelos problemas que a gente tem [...] mas ele também não fala pra gente “olha...”, pelo menos, que nem hoje, se ele tá com problema na casa dele ele devia ter pelo menos ter ligado pra gente ou mandado um email.

IRENE: Mas é que nem aquela coisa, ó, aquele dia que eu fui falar, que eu fui falar que tava sobrecarregada, que eu tava ganhando menos e tudo, a Adriana quis sair, a Adriana quis sair por que? Então é isso, as vezes você vai falar alguma coisa com a pessoa, a pessoa já vai se sentir ofendida “Ai, vou sair do banco”, e não é por aí, a gente não quer que ninguém saia, que a gente não tá disputando espaço, entendeu? (DC XIV - US48).

Adriana demonstrou em sua fala a preocupação em não magoar João ao interpelá-lo sobre a maneira como este lidava com seu trabalho no banco comunitário, para não agravar ainda mais seus problemas familiares, o que acabou gerando uma interdição na possibilidade de diálogo entre ela e João. Já Irene lembrou a ocasião em que buscou discutir com os outros trabalhadores sobre seu incômodo de estar trabalhando mais que os demais e ganhando a mesma remuneração que eles, o que gerou mal estar dentro do grupo e acarretou no anúncio da saída de Adriana do banco, a qual por fim não se concretizou. Os dois casos trazem consigo aspectos distintos mas igualmente ambíguos em relação ao tipo de comunicação estabelecida entre os agentes de crédito no decorrer do processo de trabalho: no primeiro caso, a interdição à fala interpeladora omite os problemas que devem ser dialogicamente discutidos e processados, mas preserva temporariamente a cordialidade nas relações pessoais entre os trabalhadores; por outro lado, a fala de Irene expõe a dificuldade de colocar os problemas de gestão por eles enfrentados sem que tal atitude seja interpretada como uma questão pessoal, ao invés de profissional. Neste nó da gestão do banco comunitário, representado pelas formas possíveis de mediação estabelecidas entre trabalhadores para organização coletiva da gestão e resolução dialogada de conflitos, encontra-se parte da complexidade de se organizar o trabalho em um empreendimento no âmbito dos princípios da Economia Solidária.

De toda forma, as experiências educativas vivenciadas pelos agentes de crédito no decorrer do processo aqui descrito e problematizado, permitiram aos trabalhadores refletirem e ampliarem seu entendimento sobre alguns aspectos relacionados à dinâmica de trabalho estabelecida no interior de um banco comunitário, tais como a necessidade de planejamento e avaliação periódicas e sistemáticas acerca das ações e atividades por eles realizadas, a divisão equitativa das escalas e do tempo de trabalho, o modo de conciliar a vida pessoal de cada um com a atividade profissional no banco comunitário, a partir da necessidade de definição de regras de convivência, bem como à própria dinâmica de comunicação efetuada entre os trabalhadores do banco.

4.3 ESPERANÇA DE MUDAR

A categoria de análise “esperança de mudar” foi constituída para denotar a expectativa, compartilhada entre os trabalhadores do Banco Nascente, em relação à realização de ações que proporcionem uma melhoria das condições de vida do bairro em que habitam, consideradas a partir das possibilidades e da forma de atuação local de um banco comunitário. Tal categoria, portanto, está fundamentada nas relações estabelecidas entre este empreendimento de finanças solidárias e os moradores da região do "Gonzaga" durante os seis primeiros meses de funcionamento do banco, nas quais em diversos momentos tensionam e contrastam entre si o desenho normativo da iniciativa, pautado nas experiências exitosas dos primeiros bancos comunitários brasileiros, as expectativas alimentadas pelos trabalhadores do Banco Nascente referentes ao alcance de sua atuação, as necessidades da população a qual o banco procura atender, e algumas das limitações percebidas pelos agentes de crédito ao longo dos seis meses que decorreram a partir de sua inauguração.

Conforme vimos no capítulo anterior, as três características fundamentais dos bancos comunitários referem-se à (1) gestão integral e autônoma por parte da comunidade que decide criá-lo, (2) ao oferecimento de duas linhas de crédito aos agentes econômicos locais, uma de estímulo à produção (realizada em real – R\$) e outra ao consumo (realizada em moeda social, que tem por objetivo incentivar o aumento da circulação local de bens e serviços), (3) e à criação no bairro de uma rede de colaboração solidária, visando ampliar os níveis de autoatendimento local das demandas por bens e serviços econômicos (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2006). De acordo com França Filho e Silva Júnior (2006), as características presentes naquela que é reconhecida como principal experiência brasileira de banco comunitário, o Banco Palmas, permitem afirmar que a singularidade destas iniciativas financeiras solidárias está ancorada na articulação existente entre suas dimensões econômicas (construção conjunta da oferta e da demanda, a partir das necessidades locais), social (imbricação entre as relações econômicas e as relações sociais vivenciadas no bairro) e política (as atividades econômicas estão relacionadas com o enfrentamento de problemas ligados às condições de vida mais gerais que afetam os moradores do bairro).

Em relação ao contexto de surgimento do Banco Nascente, foi de significativa importância para implantação de tal empreendimento a parceria estabelecida durante o segundo semestre de 2011 entre INCOOP/UFSCAR e o NESOL/USP, entidade acabara de ter

sido contemplado com a destinação de recursos financeiros públicos⁴² para execução do projeto “Apoio às Finanças Solidárias com Base na Organização de Bancos Comunitários”, o qual tinha como objetivo a realização de atividades visando promover o fortalecimento de bancos comunitários já existentes na região sudeste do Brasil e também a criação de novos bancos (SE II - US3):

A partir do trabalho de articulação realizada pela equipe da incubadora da UFSCAR com integrantes do NESOL/ USP, foi possível integrar o já iniciado processo de constituição do banco comunitário no Jardim Gonzaga ao plano de trabalho a ser executado, durante o período de julho de 2011 a março de 2013, no âmbito do projeto executado pelo NESOL/USP. Deste modo, algumas condições necessárias para implantação de um banco comunitário puderam ser satisfeitas por meio do desenvolvimento das atividades e da execução dos recursos financeiros previstos neste projeto, tais como a realização de atividades de formação técnica em finanças solidárias e gestão de bancos comunitários, oferecidas para os moradores do bairro; a contratação em regime formal por tempo determinado de dois agentes de crédito para cada banco comunitário que participasse do projeto, por um período de um ano e com carga horária de trabalho de quarenta horas semanais; a elaboração do design e a impressão de uma certa quantidade de moeda social, realizadas a partir dos requisitos gerais de segurança estabelecidos pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários (SE II - US3).

[...] tal projeto foi elaborado e executado, a nível regional sudeste, a partir da articulação estreita entre NESOL/USP e outras entidades nacionais com experiência de atuação e acúmulo histórico na área das finanças solidárias, especialmente a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o Instituto Palmas (Fortaleza/CE) e a Associação Ateliê de Ideias (Vitória/ES). Tais entidades foram responsáveis pelo fornecimento de todo o arcabouço metodológico necessário para a estruturação e consolidação de um banco comunitário nos moldes e princípios já discutidos, o que inclui tanto a concepção teórico-metodológica *sui generis* desta iniciativa quanto os procedimentos gerais de atuação e as ferramentas de gestão utilizadas no campo de trabalho do empreendimento. Deste modo, a despeito da autonomia gestonária de cada banco comunitário para deliberar sobre os aspectos fundamentais ou secundários de sua própria atuação, o processo de criação de novos bancos comunitários na região sudeste (incluindo aquele fomentado no Jardim Gonzaga) foi estruturado partindo-se da metodologia sistematizada a partir

42 No âmbito de edital público aberto pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio Secretaria Nacional de Economia Solidária.

das experiências pioneiras dos primeiros bancos comunitários brasileiros, cabendo a cada novo banco a discussão coletiva do modelo e a realização de pequenos ajustes para melhor adequação da metodologia à sua realidade local (SE II - US4).

Pouco mais de três semanas após sua inauguração, no dia 18 de julho de 2012, o Banco Nascente concedeu formalmente seu primeiro empréstimo produtivo voltado para o fomento aos pequenos produtores e comerciantes do bairro. A modesta cerimônia de assinatura do contrato de concessão de crédito e entrega do cheque simbólico de R\$ 625,00 à Seu Antônio, artesão local e revendedor de chinelos customizados, ocorreu em uma das salas da ECO do "Gonzaga" durante a realização da primeira reunião do Fórum de Desenvolvimento Local, e contou com a participação de alguns moradores do bairro, além da equipe do Banco Nascente e de membros do NUMI-ECOSOL, instituições organizadoras do encontro⁴³. Por se tratar do primeiro empréstimo concedido pelo banco comunitário, havia toda uma expectativa por parte de seus trabalhadores em torno de todo o seu ciclo de realização, iniciado com a chegada do pedido de crédito e que se encerraria com o pagamento de sua última parcela devida.

Neste caso, todos os procedimentos previstos em cada etapa do processo de concessão de crédito produtivo estabelecidas pelo Banco Nascente⁴⁴ foram cumpridas pela agente de crédito responsável por aquele pedido: após o recebimento da solicitação realizada por Seu Antônio, Irene agendou um horário com o mesmo para que pudesse preencher as informações que constavam na Ficha de Análise de Crédito⁴⁵ do Banco Nascente, as quais seriam posteriormente analisadas e debatidas pelos membros do Comitê de Análise de Crédito (CAC) do banco, a fim de deliberarem sobre a viabilidade ou não da concessão do referido empréstimo. As informações presentes na ficha de análise, sempre preenchida a partir do diálogo entre agente de crédito e empreendedor local, dizem respeito à capacidade de pagamento do empreendimento com relação ao valor de empréstimo solicitado ao banco, compreendendo dados que vão desde a composição dos membros, da renda e dos custos de vida familiares, até aqueles específicos à atividade produtiva que seria fomentada por meio do crédito: capital fixo do empreendimento, composição de custo das mercadorias produzidas ou do serviço oferecido, margem de lucro, capacidade de venda mensal, etc. Além de tais

43 Fonte: <http://banconascente.wordpress.com/>

44 Documento contendo todas as etapas para concessão de crédito produtivo e de consumo encontra-se no anexo do texto.

45 Um modelo da Ficha de Análise de Crédito produtivo e de consumo utilizada pelos agentes de crédito do Banco Nascente está anexado ao final da presente dissertação.

elementos, os membros do CAC também analisavam as informações colhidas por um dos agentes de crédito junto à vizinhos, parentes e comerciantes locais acerca da confiabilidade e da capacidade de cumprimento de acordos do morador solicitante do crédito, procedimento conhecido na metodologia dos bancos comunitários como *aval solidário* (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003; 2006).

Em posse de todas estas informações sobre Seu Antônio e seu pequeno negócio, o CAC do Banco Nascente decidiu aprovar o pedido de empréstimo por ele realizado, o qual seria utilizado para ampliar o capital de giro disponível para customização dos chinelos. Após o vencimento da primeira parcela devida e diante da demora de Seu Antônio em procurar o Banco Nascente para realizar o pagamento ou porventura expor alguma dificuldade de efetuá-lo, os agentes de crédito do banco passaram a se preocupar com tal situação, realizando de tempos em tempos visitas à casa de Seu Antônio para que ele pudesse explicar pessoalmente o porquê do atraso no pagamento:

Logo terminamos a visita, e na saída perguntei pra Irene se Seu Antônio havia pago seu empréstimo. Ela disse que não, que ele argumentara que não tinha recebido pelos chinelos vendidos e que estava fazendo uns bicos de pedreiro para poder pagar. Ela lhe disse que o banco estava ali para ajudá-lo, caso estivesse com algum problema, e ele respondeu que tentaria pagar o empréstimo todo em dois dias. Irene então me pediu que a deixasse na casa do Antônio, pois ela iria novamente conversar com ele (DC V - US6).

Aline colocou a necessidade de discutirmos a instituição de um tempo de carência para o pagamento dos empréstimos produtivos, visto que os primeiros tomadores estavam com dificuldades de pagar a primeira parcela dos empréstimos. Elisa concordou com a proposta. Começou-se, então, a discutir o caso de Seu Antônio, primeira pessoa a pegar empréstimo com o banco. Irene, agente de crédito responsável pelo acompanhamento do crédito, nos relatou que ele estava com dificuldade para realizar o pagamento, pois sua mãe havia falecido sendo que ela o ajudava financeiramente habitualmente. Ela ainda acrescentou que um dos papéis do banco comunitário era justamente se inteirar sobre os problemas das pessoas para poder ajudá-las na medida do possível; lembrou ainda que Antônio estava fazendo um bico de pedreiro para pagar o empréstimo. Alessandra disse que alguns moradores haviam dito em uma reunião do Fórum de Desenvolvimento Local que Antônio tinha a fama de mentiroso, ao que Irene respondeu que outros moradores haviam referendado o empréstimo para ele, inclusive um

comerciante local afirmara que se fosse ele emprestaria o dinheiro para Antônio, visto que com ele sempre fora bom pagador. João diz que o banco deveria manter o procedimento estipulado pela política de crédito, na qual estava prevista que, em caso de não pagamento, primeiro é realizado uma conversa com a pessoa para que somente depois, mantido o não pagamento, fossem chamados os moradores que referendaram o empréstimo para uma chamada coletiva. Deste modo, Antônio ainda não podia ser considerado inadimplente e, para João, o pagamento deste empréstimo seria muito importante para a comunidade. Irene completou dizendo que Antônio precisava da confiança do banco (DC VII - US1).

Logo no primeiro empréstimo produtivo realizado pelo Banco Nascente a um morador do bairro, seus trabalhadores foram impelidos a lidar com uma situação de inadimplência, ainda que o próprio entendimento sobre a definição da condição de inadimplente seja, no caso de um crédito comunitário, condicionado por critérios e valores que vão além da simples distinção entre o “bom” e o “mau” pagador. A tolerância e a persistência de Irene com relação aos sucessivos atrasos de Seu Antônio, expressada em sua disposição de ir ao seu encontro para dialogar e compreender as condições que o impediam de realizar o pagamento de sua dívida, denotam um primeiro aspecto relevante acerca dos princípios presentes nas relações estabelecidas entre o banco comunitário e seus tomadores de crédito: a confiança depositada *a priori* pelos agentes de crédito nas pessoas que acessam os serviços financeiros do banco, pautada num tipo específico de relação econômica desempenhada entre pessoas que partilham uma vivência cotidiana comum e que por isso, na visão de um banco comunitário, devem cooperar para ampliar o bem estar geral do bairro onde moram.

Por outro lado, o empréstimo do Banco Nascente não serviu para que Seu Antônio alavancasse sua produção e venda de chinelos e ampliasse as condições de sustentabilidade de seu pequeno negócio, condição que o obrigou a realizar “bicos de pedreiro” para poder honrar com o pagamento da primeira parcela. Além disso, Irene justificou a permanência da dívida ao evocar, em sua fala sobre a questão, o falecimento recente da mãe de Seu Antônio e a ausência da ajuda financeira que esta realizava junto ao filho. Estes dois aspectos revelam a dificuldade dos pequenos produtores locais em reverterem os empréstimos tomados junto ao banco comunitário em melhores condições de realização de suas atividades econômicas, dada a necessidade de acessarem outras formas de rendimento financeiro para poderem arcar com suas dívidas.

Em relação ao Banco Nascente, ao perceber que seus primeiros clientes não estavam

pagando em dia as primeiras parcelas dos empréstimos, seu Conselho Gestor passou a estudar a possibilidade de instituição de um tempo de carência para o pagamento dos empréstimos produtivos. Ademais, seus agentes de crédito também passaram a problematizar o aval solidário concedido pelos moradores do bairro para que Seu Antônio conseguisse o crédito junto ao banco: para alguns ele era “mentiroso”, enquanto para outros ele era “bom pagador”; no entanto, de acordo com João, o importante era “manter o procedimento estipulado pela política de crédito” e conversar diretamente com Seu Antônio antes de chamar os moradores que avalizaram o empréstimo para tratar da questão. No entanto, a persistência da dívida fez com que os trabalhadores do Banco Nascente passassem a refletir sobre outro aspecto presente nos procedimentos e etapas de concessão do crédito produtivo, a saber, o acompanhamento da atividade produtiva dos empreendimentos que acessam os serviços do banco:

Antes de iniciar a reunião, perguntei pra Irene e para João sobre o caso de Seu Antônio, que ainda não havia conseguido pagar a primeira parcela de seu empréstimo. Eles comentaram que haviam feito uma visita para Antônio no dia anterior. João começou a contar como eles haviam agido: falaram com o morador que eles não estavam ali em sua casa por causa da dívida, mas sim para chamá-lo para ir ao banco comunitário para conversar sobre seu problema e para que tentassem achar juntos uma solução. Antônio contou que não estava conseguindo vender suas mercadorias (chinelos de dedo adereçados artesanalmente), e que haviam 80 pares à venda em um box do Mercado Municipal. João nos disse que o banco se propôs a procurar outras estratégias para a venda dos produtos, e que o importante era que ele não parasse com a produção para que conseguisse se manter financeiramente. Falou também que ele deveria fazer um preço mais acessível ali na comunidade, pois as pessoas dali não tinham condições de pagar um alto valor em um chinelo. Irene falou sobre o fato de já ter vendido mercadorias de viajantes, que havia um prazo estipulado para a venda dos produtos e que dificilmente as pessoas pagavam à vista. João ponderou que, no momento atual do banco, em que ainda não haviam muitos empréstimos concedidos, ainda era possível acompanhar bem de modo cuidadoso cada situação específica, mas que quando o banco aumentasse o número de empréstimos seria mais difícil proceder da mesma maneira. Irene falou que a conversa com Antônio havia sido bastante difícil, que ele quase não deixava eles falarem e que ficava repetindo que iria pagar toda a dívida de uma só vez. Lembrou também que seria bom verificar se ele havia pago seu fornecedor a vista ou se tinha se endividado para comprar os chinelos no quais trabalhava em cima (DC

VIII - US2).

João considera que o acompanhamento realizado pelo Banco Nascente em relação ao crédito concedido à Seu Antônio estava sendo feito de forma cuidadosa, ainda que preveja que, futuramente, o possível aumento do número de empréstimos concedidos pelo banco impeça um acompanhamento tão próximo quanto aquele realizado no momento. Em uma das visitas à casa de Antônio, os agentes de crédito puderam dialogar com o morador sobre as estratégias de venda de seus produtos, inclusive acerca dos preços cobrados pelos chinelos e incompatíveis com a condição econômica das pessoas do bairro, e também sobre a importância de continuidade do processo de produção para que Antônio “conseguisse se manter financeiramente”. Entretanto, apesar de tais aspectos denotarem uma forma de acompanhamento do empreendimento valorizada por João, Irene lembra que o banco se esquecera de verificar se Seu Antônio havia utilizado todo o valor emprestado para comprar à vista os materiais utilizados como insumos em seu trabalho ou se havia se endividado para realizar tal aquisição, direcionando a quantia emprestada para outros fins e reforçando o padrão de gerenciamento do orçamento familiar pautado no esquema “crédito-consumo-dívidas” (SCIRÈ, 2010:73). A fala de Irene revela sua insatisfação com a atuação do Banco Nascente no caso em questão:

É uma coisa que, que nem, falou assim que vai acompanhar os empreendimentos, vai acompanhar como se até agora num foram? Se o banco tivesse, ta escrito isso “vai acompanhar”, lá no regime do crédito “vai acompanhar”? Porque já faz o que, quantos meses que deu o empréstimo pro seu Antônio e ele não foi acompanhado. Talvez se acompanhasse do início que pegou o crédito ele não estaria devendo os chinelos, porque tava ali acompanhando e gerando, fazendo ele fazer mais chinelos, tanto que ele fez e parou, porque ele, né, ele também já é assim, ele faz uma coisa e para, faz outra para, entendeu, então é assim, decretar as coisas que vai fazer e que não vai. Vai fazer, vai fazer bem feito, num vai fazer, num vai fazer, entendeu? (DC XIV - US40).

As experiências de trabalho vivenciadas pelos agentes de crédito no bojo da gestão cotidiana do banco comunitário levaram à concepções distintas entre João e Irene ao que se refere à forma de realização do acompanhamento feito pelo banco junto aos atores econômicos locais. Longe de acreditar que tal atividade tenha sido executada de maneira cuidadosa, Irene credita a inadimplência de Seu Antônio à falta de acompanhamento do caso

por parte do Banco Nascente, e questiona a relação entre as atividades que ele se propõe a realizar e aquilo que efetivamente se concretiza no dia a dia de sua atuação: “Vai fazer, vai fazer bem feito, num vai fazer, num vai fazer”. Em tal relação, parece encontrar-se implícita uma ponderação sobre as expectativas que os trabalhadores do empreendimento solidário possuem a respeito das possibilidades de atuação coletiva junto à comunidade, a partir da percepção dos limites práticos encontrados por tais ações:

IRENE: eu acho que as pessoas tá pensando que o banco comunitário só serve pra emprestar dinheiro, e outra, as vezes falam que esse banco não veio pra, que ele não é um processo burocrático, mas acaba sendo um pouco, acaba sendo, acaba sendo, porque as pessoas vem aqui perguntar do banco e ver como é esse negócio de empréstimo, aí se ela não, por exemplo, se ela vem atrás do banco é porque ela tá precisando, e eu acho que fica um pouco demorado esse processo de chamar reunião de CAC, pro CAC decidir, se o CAC tiver tempo, né? Pra poder fazer a reunião, é isso aí eu acho (DC XIV - US22).

DIOGO: e do que vocês imaginavam que ia ser o banco, nas reuniões lá atrás quando a gente falava o que era o banco, o que ele ia trazer, assim, e do que que é o dia a dia mesmo do banco funcionando, o que que mudou, o que tem de diferente?

IRENE: Então, é que, tipo assim, a gente foi conhecer o Palmas, nossa a gente veio com uma ideia, nossa a gente quer um Banco Comunitário Nascente assim, atuando em várias áreas, fazendo muita coisa que nem o Banco Palmas, só que a nossa realidade é início dum banco com várias dificuldades e aí assim, o meu sonho é isso, é virar um Palmas na vida, assim, um banco comunitário Palmas, né? O Nascente (DC XIV - US16).

IRENE: [...] não é só instituição financeira foi o que nós lemos lá, escrevemos no estatuto, então é em lazer, em cultura e tudo mais [...] eu acho que o Banco Palmas não começou assim do nada, né? Não começou fazendo tudo de uma vez só, então quer esperar mais um pouco, vamos esperar mais um pouco, até a gente ter perna, mas o que a gente tem que fazer, a gente tem que fazer, o que é, e o que não é, o banco vai fazer esse tipo de coisa? Vai fazer então vamos fazer certo, vamos fazer junto, não vai fazer? Então vamos esperar, né? A partir do momento que tiver perna, ou se organizar melhor, eu acho isso assim um pouco (DC XIV - US38).

Na primeira fala de Irene, as tensões existentes entre o esperado e o realizado estão manifestadas em sua expectativa referente ao tempo de processamento, pelo banco, dos pedidos de crédito efetuados pelos moradores do bairro. Segundo ela, o tempo do procedimento estabelecido pela política de crédito do Banco Nascente não era compatível

com o tempo da necessidade dos moradores solicitantes, tornando o banco algo que ele não deveria ser: burocrático. A seguir, Irene expressa seu sonho de tornar o Banco Nascente em uma iniciativa semelhante ao Banco Palmas, o qual segundo ela atua em várias áreas e faz muita coisa em prol do bairro que o abriga, a partir da realização de atividades que não se restringem àquelas relacionadas às instituições financeiras, mas referem-se também à promoção local de cultura, lazer:

IRENE: [...] porque nossa atuação é bem grande e as vezes as pessoas nem sabe que tá aqui só pra oferecer crédito, e não é por aí, a gente tem esperança de mudar sim a nossa comunidade, eu pelo menos, particularmente, eu sempre quis isso mas não sabia como estar atuando, se na associação que morreu, agora com a força do banco, eu quero isso, sabe, e eu tô lutando por isso (DC XIV - US13).

No entanto, a agente de crédito pondera sobre o que é possível cumprir no curto prazo, em “que a nossa realidade é inicio dum banco com várias dificuldades”, das quais Irene destaca a falta de “perna” e de organização no trabalho⁴⁶ como principais obstáculos para consecução dos objetivos almejados. Os limites da atuação do banco comunitário no bairro devido à falta de “perna” podem ser compreendidos de duas formas distintas, relacionadas à contextos de análise específicos, se considerarmos outros dados de campo relevantes à questão. Por um lado, a impossibilidade, mencionada por Irene, de se atingir as múltiplas finalidades esperadas das ações empreendidas pelo Banco Nascente, são relacionadas à histórica falta de apoio da prefeitura municipal na resolução dos problemas públicos do bairro, o que ao longo do tempo desestimularia seus moradores a desenvolverem ações no sentido de proporcionar melhorias nas condições de vida local. Se a percepção é de que as coisas nunca mudam para a melhor, a esperança se dissipa com o desânimo:

IRENE: [...] que nem a prefeitura, a prefeitura faz toda aquela bagunça pra se eleger, anda na favela e quando ganha eles vai atuar no centro, a comunidade eles num, entendeu, então a gente ficou muito marcado nisso sabe, da gente parar de correr atrás das coisa, porque a gente sabe que isso não vai mudar, entendeu, entra prefeitura sai prefeitura e não tá nem aí pra nossa comunidade. Ó hoje, o banco tenta atuar na ação do lixo lá embaixo que as pessoas ta junto com a prefeitura né? Por que isso é uma obrigação da prefeitura, é, cuidar do lixo e

46 A organização coletiva do trabalho no Banco Nascente foi discutida e problematizada a partir da categoria de análise “pensar no princípios da Economia Solidária”, apresentada anteriormente no presente capítulo.

tudo mais, mas a comunidade já cansou, entendeu, de deixar a prefeitura, por que a prefeitura não ta fazendo nada, e a gente quer mudar de algum jeito a nossa comunidade, e aí a gente começou a atuação, a fazer atuação com secretaria mas alá, ó, a gente teve maior vontade de plantar, a gente plantou, vai ver o lixão que tá lá hoje, a gente desanima, entendeu, então a gente ta fazendo uma ação, a prefeitura não aparece, não faz porcaria nenhuma, aí a gente, aí esfria, né, porque a motivação das pessoas acaba fala “Ah, isso não vai mudar nunca, aí ó, nós fizemos tudo isso pra agora estar assim”, entendeu? Eu mesmo fiquei desativada... [ADRIANA: as crianças desanimou] sem incentivo, porque era uma coisa que eu tava brigando pra acontecer, as pessoas não estavam mais jogando lixo, e olha o lixão público que tá a pracinha, até quebraram planta lá, que a gente plantou, quebraram até uma arvorezinha, puseram fogo perto de outra, que dizer, entendeu? Então aí a gente vê que a gente, as vezes a gente quer fazer muita coisa mas a gente não consegue fazer nada sozinho (DC XIV - US18).

Por outro lado, existiu por parte dos agentes de crédito a percepção de que poucas pessoas do bairro estão dispostas à colaborar com o processo de mobilização comunitária incitado pela atuação do banco comunitário, o que limitava o número de participantes e apoiadores às atividades por ele idealizadas e realizadas:

ADRIANA: e acho que também foi, assim, tipo o banco aqui foi, não foi a associação que abrigou, a gente teve que fazer uma entidade, foi difícil, achar nome, várias reuniões pra, né? E lá não, acho que a associação abrigou, que nem o União Sampaio lá, tinha mulheres que faziam algumas coisas e abrigou o banco, sabe? Tá dando certo lá, então um pouco é isso, também a gente foi indo e ao mesmo tempo parou no meio do caminho (DC XIV - US17).

IRENE: E é legal assim que tá acontecendo só que eu acho que agora é o momento da gente fazer diferente, né, começar o banco de dentro da comunidade pra fora, não como a gente já tava nesse processo. Agora é uma hora boa da gente sentar e a gente se planejar pra que a comunidade queira o banco aqui, pra fazer parte do banco e começar a agir, né? Em todas as, assim, em todas as coisas que o banco vem a fazer que a comunidade se inteire disso, né? Venha colaborar com o banco (DC XIV - US13).

Ao comparar o processo de estruturação do Banco Nascente àquele vivenciado pelo Banco União Sampaio, atuante na zona sul de São Paulo/SP e primeiro banco visitado pelos moradores do "Gonzaga", Adriana retoma a história da associação de moradores do bairro, a qual segundo ela

“parou no meio do caminho” e que portanto não pôde abrigar em seu escopo de atuação o projeto do banco comunitário. Já Irene acredita que, para que as pessoas do bairro “venha colaborar com o banco”, é preciso “começar o banco de dentro da comunidade pra fora, não como a gente já tava nesse processo”, referindo-se neste último ponto à questão do banco comunitário ter sido iniciado a partir do projeto proposto pela incubadora da UFSCAR, a qual deveria “[...] apresentar para todas as pessoas [...] e conscientizar as pessoas disso, desse projeto [...] Falar que vai acontecer e mostrar que tá acontecendo [...] e não ficar só em reunião, em reunião, porque as pessoas cansa” (DC XIV - US20). Ambas relacionam a baixa participação *comunitária* no banco *comunitário* aos processos históricos vivenciados no bairro em relação à associação de moradores e à incubadora de cooperativas da Universidade Federal de São Carlos, sendo o primeiro caso marcado pelo término precoce da experiência, e o segundo pela baixa repercussão local do projeto de desenvolvimento territorial pela economia solidária, o qual, por se tratar de um “[...] um processo cansativo, as pessoas mesmo acaba num indo mais. E as pessoas já é desinteressada por isso, pelo que acontece aqui no Gonzaga” (DC XIV - US20). A fala de Irene parece desvelar igualmente uma incompatibilidade de tempos entre a proposta e o longo tempo necessário para constituição/consolidação dos empreendimentos econômicos solidários e a expectativa de remuneração dos moradores do bairro no curto prazo: muitas vezes, estes últimos desistem de participar das iniciativas por conta da longa duração de seu processo de estruturação e da tardança em gerar renda para seus membros. Em outro sentido, Adriana aponta o encerramento das atividades da COOPERLIMP como um dos motivos que levaram os moradores do bairro a não acreditarem mais nas experiências de Economia Solidária como uma possibilidade de melhorar efetivamente as condições de vida das pessoas do bairro:

IRENE: Eu acho que é isso mesmo, se for uma meia dúzia de pessoas que sabe, que entende o que é o banco, o que que é a economia solidária, aqui, no território, é poucas, muito poucas pessoas [...] pra saber o que é isso, que a economia solidária veio pra inovar a comunidade, pra ajudar, pra fortalecer, né? Porque dentro da economia solidária a gente pode tudo na comunidade, porque é uma comunidade, se a gente tiver união a gente pode tudo, entendeu?

ADRIANA: tem algumas pessoas que até sabem o que é a economia solidária, pode ser que eu esteja errada, mas depois que acabou a cooperativa a pessoa não acredita mais, então não sei...

IRENE: é, então, mas isso é até a cooperativa, tem umas pessoas que viu lá que que é isso lá mas que não desenvolveram mais nada, por que, porque elas estavam ali em busca de salário, de trabalho mesmo,

entendeu? Elas não estavam ali a troco de outra alternativa, elas estavam ali por causa que elas já tinham um trabalho e porque elas dependiam daquele dinheiro, né? Então elas não estavam se preocupando mais com as outras coisas, que era a economia solidária, que gerava trabalho e renda pra todas as pessoas da comunidade, né? Trabalhar em grupo, em cooperativa e tudo mais (DC XIV - US29).

Irene acredita que, a partir do estabelecimento de laços de união entre os moradores locais, as iniciativas de economia solidária poderiam promover mudanças mais significativas na vida do bairro, como a geração de trabalho cooperativo e renda “para todas as pessoas da comunidade”. No entanto, muitas pessoas ainda não conhecem ou não entendem a proposta do banco comunitário e da economia solidária, pois a experiência da cooperativa de limpeza demonstrou que muitos de seus cooperados “estavam ali em busca de salário [...] dependiam daquele dinheiro”, mas não valorizavam o trabalho em grupo e os possíveis benefícios mais gerais de se estender este tipo de iniciativa ao restante do bairro.

Em outra chave interpretativa, os serviços financeiros oferecidos pelo Banco Nascente aos moradores do "Gonzaga" também mostraram-se, no período analisado, insuficientes para atender as necessidades dos moradores que procuravam o banco, seja pelo pequeno montante do valor de sua carteira de crédito disponível para empréstimo, seja pela inadequação dos pedidos que chegaram ao banco comunitário em relação ao tipo de empréstimo passível de ser atendido por sua política de crédito. Deste modo, “[...] muitas pessoas estavam procurando o banco para pedir empréstimos voltados para o pagamento de dívidas” (DC VIII - US1), entre outros motivos pessoais:

Encontrei Irene pouco tempo depois, e perguntei se ela iria visitar o morador que havia pedido empréstimo ao banco para construir uma lage. Como ela estava indo naquele momento, decidi acompanhá-la na visita. Chegamos à casa de Iara e quem nos atendeu foi seu marido, sócio no empreendimento de fabricação de caixas de som. Eles queriam o empréstimo para dar continuidade na reforma da casa, de modo a separar o espaço de produção do espaço de moradia, atualmente um só espaço. Irene perguntou sobre alguns aspectos do empreendimento, se ele era formalizado, qual o rendimento mensal. Depois perguntou se a obra teria acompanhamento de algum engenheiro, e qual o valor do empréstimo que eles desejavam. O marido de Iara respondeu que era ele mesmo que havia construído a casa, e que precisava de R\$ 3.000,00 para comprar concreto. Irene lhe disse que, pela pequena carteira de crédito do banco, talvez não fosse possível emprestar a quantia toda (DC V - US5).

Iniciamos a discussão sobre as propostas das novas linhas de crédito

do banco: o crédito emergencial e o crédito habitacional. João leu a proposta de crédito emergencial elaborada na terça-feira e, assim que terminou, Elisa falou que era difícil definir o que era emergencial e o que não era. João respondeu dizendo que haviam aparecido diversos pedidos de crédito para o banco que não se enquadravam nas linhas de crédito produtivo e de consumo: um pedido para pagar uma dívida e “limpar” o nome, outro para compra de uma máquina de lavar, um terceiro para visitar o filho na prisão, e um último para suprir o fim do auxílio doença de uma pessoa (DC III - US5).

A “esperança de mudar” as condições de vida mais gerais do bairro por meio da atuação de um banco comunitário passa, necessariamente, pelas relações construídas na interface entre a expectativa de mudança depositada pelas pessoas envolvidas diretamente com a iniciativa, o desenho normativo inerente à este modelo específico de experiência de economia solidária, inaugurado a partir de 1998 com a criação do Banco Palmas, e o modo específico como o empreendimento solidário se enquadra no contexto social, político e econômico em que é criado. Em tais imbricações residem tanto as chances concretas de realização do potencial transformador do banco comunitário quanto suas limitações intrínsecas à sua história de atuação. A forma como os trabalhadores do Banco Nascente aprendem, no decorrer da prática de trabalho, a realizar a leitura de cada situação vivenciada, agindo e ressignificando suas ações futuras, revelaram a existência de uma capacidade de ponderação em relação aos limites e possibilidades inerentes à sua atuação profissional, em que estão incluídas tanto a esperança de criar e encontrar novas formas de enfrentamento aos problemas e obstáculos relativos à tal atuação, quanto os momentos de desânimo e descrença em tais possibilidades.

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO EM CONTEXTO DE PERIFERIA URBANA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Vimos anteriormente que as iniciativas de Economia Solidária propõe o reordenamento das relações contemporâneas de trabalho e a superação da realidade de exploração e alienação dos trabalhadores (MANCE, 2002), a partir da coletivização da posse dos meios de produção (SINGER, 2000; 2002) e da gestão coletiva e democrática dos empreendimentos solidários (SINGER, 2000; 2002; FRANÇA FILHO, 2004; MANCE, 2002), os quais se distinguiriam por princípio das empresas em que vigoram as relações de trabalho tipicamente capitalistas, ancoradas na mercantilização do trabalho e na separação

entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição. Tal proposta, no entanto, encontra-se situada em uma conjuntura social condicionada sobremaneira pelas distintas fases históricas do regime de acumulação capitalista, o que implicou em nosso trabalho na realização de uma análise que considerasse a contradição entre os princípios solidários que animam a iniciativa estudada e as lógicas e dinâmicas tipicamente capitalistas nas quais ela está imersa (LIMA, 2008; 2010).

Primeiramente, no que se refere ao âmbito interno da gestão coletiva e democrática do Banco Comunitário Nascente, percebemos em nossa pesquisa que a autogestão dos meios e autodeterminação de seus fins (MANCINI, 2002) estão intimamente relacionadas com o grau de autonomia dos trabalhadores em desempenharem as atividades de trabalho referentes aos objetivos econômicos e políticos propostos pelo próprio empreendimento solidário. Tal autonomia, por sua vez, imbrica-se de modo estreito com a dialética estabelecida no processo histórico entre o saber fazer e o fazer que se aprende (FIORI, 1986; 1991), relação que ao mesmo tempo produz e é produzida pelas condições concretas de realização e manifestação das atividades analisadas. Em nosso caso, também identificamos a importância do aprender a “saber que não se sabe”, processo educativo de reconhecimento das limitações do próprio conhecimento, possibilitado pela capacidade exclusivamente humana de “[...] tomar distância de nós mesmos, da vida que portamos, e para nos dispormos a saber em torno dela” (FREIRE, 2011b:136), o qual, atuando na mediação entre o *saber* e *não saber* fazer, se coloca como condição estrita para se *aprender a fazer*.

Outra questão relevante ao nosso estudo, relacionada à gestão democrática do banco comunitário, refere-se à pluralidade dos princípios econômicos presentes na iniciativa (FRANÇA FILHO, 2001) e à forma com que a inscrição da lógica da solidariedade e da reciprocidade ao centro da gestão das atividades econômicas interage com a organização coletiva e gestonária do empreendimento. Em uma análise mais atenta acerca do modo como os princípios da economia solidária são compreendidos e significados pelos trabalhadores do banco no dia a dia de trabalho, revelamos, por um lado, que a prática do princípio da solidariedade, tomado fora do âmbito e do estabelecimento de relações de reciprocidade entre os agentes de crédito, pode vir a gerar distorções e conflitos relacionados à divisão equitativa de tarefas e responsabilidades. Ademais, outro aspecto que parece ser de fundamental importância para a viabilidade da consolidação dos princípios solidários como base de uma nova ética para o trabalho diz respeito à possibilidade de resolução de tais conflitos por meio

da realização de uma *comunicação dialógica* entre os trabalhadores, aqui entendida enquanto situação gnosiológica de incidência do ato cognoscente dos sujeitos sobre o objeto cognoscível que os mediatiza (FREIRE, 2006; 2011a). Sem o diálogo entre os trabalhadores, as relações de solidariedade e reciprocidade pretendidas como parte estruturante da gestão do banco comunitário perdem seu canal privilegiado de expressão e manifestação.

Por fim, se pensarmos nas possibilidades e limitações desta iniciativa de finanças solidárias para a promoção das transformações sociais desejadas pelos participantes do empreendimento, compreendemos que as *dimensões econômica e política* inerentes à atuação de um banco comunitário, relacionadas, respectivamente, com a construção local e conjunta da oferta e da demanda de bens/ serviços econômicos e com o enfrentamento de problemas públicos ligados às condições de vida mais gerais que afetam os moradores do bairro (FRANÇA FILHO, 2006), são condicionadas, neste mesmo nível local, por sua *dimensão social*, ou seja, pelo conjunto de relações sociais que compõe a dinâmica da vida cotidiana de um bairro de periferia no Brasil contemporâneo. Em nossa pesquisa, especialmente na análise empreendida na seção 3, revelamos em parte a complexa teia de relações e atores sociais (internos e externos) que compõe o “tecido da vida social (ou comunitária)” (FRANÇA FILHO, 2006:115) do Gonzaga, bem como seu imbricamento com processos sociais mais amplos de gestão de populações empobrecidas (TELLES, 2001), em nível nacional, e com as mudanças conjunturais no regime de acumulação capitalista ocorridas mundialmente (PAULANI, 2010).

Se, por um lado, a dimensão social da iniciativa não está de modo algum apartada das dinâmicas sociais mais gerais que atravessam e ajudam a compor o tecido da vida social local, por outro lado podemos entender de forma mais clara as limitações da atuação do Banco Nascente quando realizamos a leitura sociológica da realidade concreta em que ele está inserido. Neste sentido, as próprias trabalhadoras do banco aprenderam no decorrer da experiência de trabalho no Banco Nascente a realizarem esta leitura crítica da conjuntura em que estão inseridas, ao perceberem que tanto o encerramento das atividades da COOPERLIMP, quanto a falta de apoio (ou boicote) do poder público municipal em relação à solução dos problemas enfrentados no bairro, influenciaram diretamente na baixa legitimidade das iniciativas de economia solidária empreendidas no Gonzaga e na pequena amplitude e efetividade das *ações públicas* desempenhadas pelo banco comunitário visando a melhoria das condições de vida local (FRANÇA FILHO, 2006). Neste sentido, um aspecto que merece

ser destacado diz respeito às disputas de espaço de legitimação nas relações sociais locais que necessariamente emergem com a iniciativa de se instituir um projeto de desenvolvimento local e sustentável pautado pela proposta de reordenamento das relações de trabalho, a partir da organização coletiva e autogestionária das atividades econômicas. Se, conforme vimos, o conjunto de transformações políticas e sociais ocorridos desde a década de 1970 implicaram num deslocamento fundamental nos “[...] pilares da dinâmica social de ocupação destes territórios - a migração, o trabalho fabril, a família operária, a teologia católica e a expectativa de mobilidade ascendente” (FELTRAN, 2011:02), qualquer tentativa de mobilização e organização democrática dos moradores de bairros de periferia irá se deparar com as novas dinâmicas sociais que perpassam estes territórios no contexto do Brasil contemporâneo, sendo justamente no bojo de tais dinâmicas que se constituirão os espaços de disputa por legitimidade social, seja no âmbito local, seja no âmbito público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou desvelar os processos educativos experienciados pelos agentes de crédito do Banco Comunitário Nascente, empreendimento de Economia Solidária atuante no “Gonzaga”, no decorrer do desempenho de suas atividades profissionais. Para tanto, partimos do princípio de que as diversas *práticas sociais* levadas à cabo por pessoas e grupos promovem a *formação humana* para a vida em sociedade, formação esta que se traduz na possibilidade do encontro intersubjetivo no qual se compartilham, transmitem, reproduzem e ressignificam os valores, os conhecimentos, as tradições e as atitudes manifestadas durante o viver (OLIVEIRA et al, 2009). Diante desta afirmação, portanto, a *educação* foi aqui entendida como fenômeno intrinsecamente relacionado com o *processo histórico de produção das culturas humanas* (FIORI, 1986;1991).

A partir de tal consideração, o primeiro aspecto a ser destacado em relação ao objetivo proposto por nosso trabalho diz respeito à que nossa interpretação dos dados primários e secundários, auferidos no decorrer do processo de investigação, buscou compreender tal fenômeno a partir da utilização de duas perspectivas analíticas conjugadas, ambas inspiradas em técnicas de pesquisa provenientes da *fenomenologia* (MARTINS; BICUDO, 1989): uma contextual, com a qual intentamos compreender a experiência educativa do Banco Nascente situando-a no tempo e no espaço, histórica e socialmente, de modo a revelar as imbricações e condicionalidades estabelecidas com as demais entidades com que ela se relacionou no bojo de sua manifestação. Assim sendo, afim de esboçarmos o contexto social, político e econômico em que transcorreu a experiência analisada, valemo-nos tanto de uma investigação histórica da trajetória do “Gonzaga” *de favela a bairro de periferia urbana* do município de São Carlos (ROSA, 2008), como também de análise da *sistematização* (JARA-HOLLIDAY, 2006) de nossa própria vivência profissional no fomento à iniciativas de Economia Solidária, realizada entre os anos de 2008 a 2012. Concomitantemente, fizemos uso de uma perspectiva de pesquisa de primeira ordem, onde o foco da análise recaiu especificamente sobre as relações cunhadas entre aquilo que é experienciado e aqueles que estão experienciando, o que em nosso caso significou um olhar mais atento para os modos de ser dos agentes de crédito no âmbito da prática social da gestão do empreendimento solidário, a partir de nosso engajamento nas atividades de fomento efetuadas junto ao banco comunitário no segundo semestre de 2012, no bojo de nossa *pesquisa participante* (BRANDÃO, 1985; 1987).

Desta forma, dedicamos primeiramente uma atenção especial em nosso trabalho à compreensão mais ampla do fenômeno das *periferias urbanas brasileiras*, no tocante às questões e elementos presentes atualmente nas dinâmicas sociais que integram e atravessam a produção cotidiana da vida nestas localidades, de modo a *relacionar nosso contexto situado de análise com a totalidade da realidade social contemporânea* (BRANDÃO; BORGES, 2007). Neste sentido, foi possível desvelar a partir da investigação realizada que o bairro do Gonzaga, assim como diversos territórios periféricos de grandes e médias cidades brasileiras, não se encontra dicotomicamente apartado dos espaços socialmente mais valorizados de produção/ reprodução de bens materiais e simbólicos de nosso município, mas se relaciona continuamente com o “centro” da vida social urbana a partir de mediações específicas, condicionadas pela existência de mecanismos sociais transversais que atuam de modo a reproduzir desigualdades e hierarquias sociais, ao mesmo tempo em que agem como atenuantes da situação de pobreza. Em nosso trabalho, afirmamos que os mecanismos sociais representados pela *violência simbólica* e pela *vulnerabilidade política* (ALMEIDA; D'ANDREA; DE LUCCA, 2008) atuaram de maneira articulada desde o início da história do Gonzaga até seus dias atuais, a partir da conjugação entre a condição de pobreza de seus moradores, as representações sociais estigmatizadas e repercutidas pela opinião pública ao longo das décadas (inicialmente vinculada às precárias condições locais de vida e de higiene e mais recentemente ligada à expansão da criminalidade no bairro), e as formas populistas e clientelistas de manipulação política utilizados recorrentemente pelo Estado, imprimindo sua importância na obtenção ou não obtenção de recursos materiais e simbólicos, nas formas de sociabilidade locais instituídas no bairro, na organização política e coletiva de seus moradores e, por fim, na manutenção das desigualdades sociais.

Diferentemente de outros loteamentos populares que surgiram em São Carlos a partir da década de 1950, destinados aos trabalhadores urbanos de baixa renda empregados na indústria local, a ocupação de terras que viria a ser reconhecida como “a favela do Gonzaga” abrigou especialmente migrantes e trabalhadores desempregados que não podiam arcar com o custo do aluguel em outras regiões da cidade (ROSA, 2008). Constituído nas encostas do Jardim Pacaembu, sem infraestrutura urbana alguma, o Gonzaga não se formou historicamente como um bairro operário tradicional, mas atraiu principalmente a população mais carente do município, a qual foi ocupando com barracos e produzindo com grandes dificuldades este novo espaço urbano, que seria então reconhecido como um local em que predominava um modo de vida precário, e que representava portanto uma “vergonha para a cidade” (ROSA, 2008:168). O forte apelo social

proveniente do surgimento da primeira favela de São Carlos levou ao aumento da visibilidade do Gonzaga perante a opinião pública municipal, acarretando historicamente em inúmeras intervenções urbanísticas e políticas por parte do Estado, nas ações assistenciais empreendidas pelas paróquias católicas presentes em suas intermediações e nas diversas atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pela UFSCAR no bairro.

Dentro de tal contexto, iniciaram-se as primeiras experiências de Economia Solidária no Gonzaga, incentivadas pela INCOOP/UFSCAR a partir de 1998. Num panorama ainda marcado pela reestruturação produtiva, pela flexibilização das relações de trabalho e pela crise de desemprego, a constituição de cooperativas populares no bairro significou uma importante alternativa para geração de trabalho e renda para seus moradores, especialmente durante os treze anos de funcionamento da COOPERLIMP, empreendimento solidário que contava com mais de 200 sócios e que encerrou suas atividades no ano de 2011, em decorrência de uma ação do Ministério Público do Trabalho (CORTEGOSO, 2010). A tentativa de ampliar as iniciativas e empreendimentos de Economia Solidária existentes no Gonzaga, engendrada a partir do projeto de desenvolvimento territorial da incubadora iniciado concretamente no ano de 2008, não teve grande repercussão no bairro. Se no início da década de 2000 os empreendimentos econômicos solidários eram vistos com esperança, por parte das lideranças locais, para geração de trabalho e renda aos moradores da região, no final da mesma década poucas pessoas souberam ou se interessaram por tal possibilidade.

Parte integrante do referido projeto, as ações de finanças solidárias ali fomentadas por membros da INCOOP/UFSCAR, as quais tinham como objetivo criar e operar mecanismos de integração entre produtores, prestadores de serviços e consumidores locais, puderam avançar ao longo do tempo mediante a maior aproximação dos técnicos de incubação com o cotidiano do bairro e seus moradores. Desta forma, no decorrer do processo de análise da viabilidade de implantação do banco comunitário no Gonzaga, pudemos perceber e compreender de perto a natureza multifacetada e contraditória da ação estatal no bairro, que ora se manifestava de modo a fomentar as iniciativas de Economia Solidária (como comprador público de bens e serviços econômicos e promotor de políticas públicas setoriais de interesse social), ora revelava as imbricações existentes entre as esferas pública e privada, entre atividades legais e ilegais, na medida em que algumas instâncias estatais utilizaram-se de seu papel de regulador público da ordem legal em favor da extinção de cooperativas populares de trabalho, como também valeram-se do uso de *mercadorias políticas* (MISSE, 1997) para disciplinar as ações da Associação de

Moradores local. Outro aspecto relativo às dinâmicas sociais do bairro que mereceu destaque em nosso trabalho foram as parcerias realizadas entre o grupo animador do banco comunitário e os membros das Paróquias Madre Cabrini e São Francisco de Assis, o que, aliado ao longo tempo de permanência dos projetos sociais desenvolvidos por ambas entidades desde o final da década de 1980, revelou-nos a manutenção da forte influência da igreja católica no bairro. Também a participação constante de pessoas ligadas ao trabalho no tráfico de drogas em diversas atividades relevantes e inerentes à vida local, tais como eventos festivos e reuniões da associação de moradores, ou até mesmo como árbitro das regras internas de conduta, nos fez habilitá-los como atores socialmente reconhecidos e legitimados de atuação comunitária no Gonzaga, ainda que a figuração pública decorrente da emergência e expansão do “mundo do crime” (FELTRAN, 2011a) em tais territórios promova ainda mais a ideologia da criminalização de seus moradores.

Neste complexo emaranhado de relações, foi inaugurado em junho de 2012 o Banco Comunitário Nascente, iniciativa de finanças solidárias inspirada no modelo do Banco Palmas, primeiro banco comunitário brasileiro. O empreendimento solidário foi criado para estimular o aumento da produção e circulação local de bens e serviços econômicos, a partir do oferecimento de duas linhas de crédito, uma de incentivo à produção e outra ao consumo. Para a análise da prática de gestão desempenhada pelos trabalhadores do banco no decorrer do processo de trabalho, utilizamos dados coletados durante os seis primeiros meses de funcionamento do Banco Nascente, mais especificamente no segundo semestre de 2012. Devido à continuidade da nossa relação de apoio e participação nas atividades de gestão do banco comunitário durante todo o ano de 2013, e ao dinamismo e à perenidade das reflexões realizadas acerca desta prática, as quais sempre suscitaram novas questões para nosso pensamento, a necessidade de nos atermos em nossa análise unicamente àquela “fotografia” contida nos dados auferidos mais de um ano antes da finalização de nosso trabalho, implicou um desafio adicional para a realização da pesquisa. No entanto, esta dificuldade foi superada pelo rigor com que buscamos trilhar nossa metodologia e utilizar as técnicas de pesquisa no estudo, o que possibilitou nos aprofundarmos na interpretação específica das descrições e informações contidas nas sistematizações de experiência e nos diários de campo.

Partindo, portanto, da interpretação das descrições contidas nos dados de campo coletados, pudemos construir certas compreensões sobre as dinâmicas de trabalho estabelecidas pelos agentes de crédito do Banco Nascente, seja entre si, seja em suas relações com os moradores do Gonzaga, as quais estiveram ligadas à autonomia dos trabalhadores em desempenharem as atividades profissionais inerentes à sua função no banco, às relações de reciprocidade estabelecidas ou não

entre os agentes de crédito no exercício da gestão do empreendimento, e também à suas expectativas de mudança e melhoria das condições de vida do bairro, a partir das ações realizadas pelo banco comunitário. Desta forma, no bojo de tais compreensões, desvelamos alguns processos educativos experienciados pelos agentes de crédito, relacionados à:

a) valorização dos saberes adquiridos tanto por meio de formação profissional específica quanto pela própria prática de trabalho, como também à possibilidade de aprenderem a *saber que não sabiam* realizar algumas tarefas específicas da gestão do banco; tal condição permitiu aos trabalhadores refletirem sobre as possibilidades e impossibilidades de realizarem integralmente as atividades fins do empreendimento, bem como problematizarem a expectativa da equipe de assessoria do NUMI-ECOSOL de que seria possível ao banco, no curto prazo, “andar com as próprias pernas”;

b) percepção das tensões inerentes à gestão coletiva do banco comunitário, no que tange ao jogo que se estabeleceu entre os princípios normativos da Economia Solidária (dialogicidade, solidariedade, respeito aos acordos coletivos de trabalho, responsabilidade etc) e a própria prática de trabalho dos agentes de crédito; no seio das contradições que emergiram ao se “pensar nos princípios da economia solidária” durante a experiência de gestão, Adriana, Irene e João aprenderam a valorizar tanto a possibilidade de acolhimento e de companheirismo contida na prática gestonária do Banco Nascente quanto a necessidade da existência efetiva de relações de reciprocidade entre as pessoas que partilham seu trabalho e suas responsabilidades; por outro lado, os conflitos desencadeados pela influência dos problemas pessoais dos agentes de crédito na divisão equitativa de trabalho do empreendimento, revelaram a dificuldade dos trabalhadores constituírem entre si canais de diálogo que permitissem processar internamente os referidos problemas;

c) ponderação sobre os limites e as possibilidades de ação do banco comunitário no bairro, a partir da qual os agentes de crédito do banco aprenderam a confrontar sua “esperança de mudar” com as condições sociais concretas de realização da iniciativa; ao realizarem a leitura crítica de cada situação vivenciada pelo Banco Nascente em suas relações com os moradores e a vida no “Gonzaga”, os agentes de crédito aprenderam a enxergar o alcance efetivo da atuação da iniciativa nas dinâmicas econômicas, políticas e sociais do bairro, bem como a compreender os motivos das limitações encontradas: a falta de apoio do poder público municipal, a baixa participação dos moradores nas atividades realizadas pelo empreendimento, ou mesmo as limitações de atuação intrínsecas ao próprio banco comunitário, tais como a pequena carteira de crédito disponível para

empréstimo produtivo e o descompasso existente entre as necessidades de crédito dos moradores do “Gonzaga” e as normas previstas pela política de crédito do banco. Revelamos que ora tal percepção levou os trabalhadores do Banco Nascente a buscarem novas formas de agir, de modo a superar as dificuldades e os obstáculos colocados às suas frentes de sua atuação, ora os desestimularam a acreditarem em tais possibilidades de ação.

Por tudo o que foi dito e apresentado, acreditamos que o presente trabalho tenha cumprido, ainda que de forma modesta, sua função social e acadêmica. Pelo prisma da relevância social da pesquisa, nossas reflexões sobre a experiência educativa vivenciada por trabalhadores populares no decorrer da gestão de um banco comunitário permitiram levantar questões relevantes sobre a maneira como o trabalho em um empreendimento de Economia Solidária é organizado, as convergências e divergências existentes em relação aos princípios que o anima, o que poderá ser utilizado por parte de seus integrantes e assessores técnicos para avaliação de suas próprias práticas e, conseqüentemente, para o planejamento gestor e estratégico visando a continuidade de suas ações. Do mesmo modo, as compreensões elaboradas acerca de como esta prática específica de Economia Solidária se relacionou, no período estudado, com o contexto contemporâneo da produção cotidiana da vida do “Gonzaga”, permitiu desvelar algumas das relações sociais que influenciaram diretamente na forma de atuação e nas possibilidades de articulação comunitária pretendidas pelo Banco Nascente, conhecimento que também poderá ser utilizado pelo empreendimento como subsídio para o desempenho de suas ações futuras.

Do ponto de vista da relevância acadêmica, nossa investigação permitiu ampliar o entendimento teórico e conjuntural acerca das práticas brasileiras de Economia Solidária, especialmente aquelas empreendidas em bairros de periferia urbana, além de evidenciar novos elementos para o debate sobre os processos educativos ocorridos num contexto diverso dos espaços institucionais pertencentes ao sistema educacional, aqui discutidos a partir da problematização da dimensão educativa de uma prática social vivenciada por moradores de um bairro de periferia urbana, e das relações que estabeleceram com o contexto da produção/reprodução cotidiana das relações sociais construídas e experienciadas por atores diversos e atuantes no Gonzaga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

II CONAES. **Documento Final da II Conferência Nacional de Economia Solidária:** Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável. Brasília, 2010.

ADAMS, T. **Educação e economia (popular) solidária:** mediações pedagógicas do trabalho associado na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, 1994-2006. Tese (Doutorado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T.; DE LUCCA, D. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. **Novos Estudos CEBRAP (82)**, novembro 2008 . p. 109-130.

ARAÚJO, Y. M. C. **Bancos comunitários e a economia solidária:** estratégias de desenvolvimento de baixo para cima em Montes Claros - MG. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS. **Favela do conjunto Palmeiras:** habitando o inabitável. Fortaleza: ASMOCONP, 1990. v.1. Coleção “Memórias de Nossas Lutas”.

AZAMBUJA, L. R. **Os sentidos do trabalho autogerido:** um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

BEGNAMI, P. dos S. **Pelos olhos das crianças:** uma etnografia da favela do Gonzaga. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

BERGAMIN, M. de A. **Lutas na cidade de São Paulo:** Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio. Tese (Doutorado). Centro de Educação e Ciências humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2012.

BIONDI, K. **Junto e misturado:** imanência e transcendência no PCC. Dissertação (Mestrado). Centro de Educação e Ciências humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu:** sociologia. São Paulo, Ed. Ática, 1994, p.122-155.

_____. Efeitos de Lugar. In: BOURDIEU P. et al. **A miséria do mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 159-166.

BRANDÃO, C. R. **O ardil da ordem**: caminhos e armadilhas da educação popular. Campinas: Papirus, 1983.

_____. **Saber e ensinar**: três estudos de educação popular. Ruth Joffily Dias (Trad.). Campinas: Papirus, 1984.

_____. **Pesquisa participante**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRANDÃO, C. R. ; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Boletim Informativo n. 34 - Edição Especial**: Divulgação do dados do Sistema de Informações de Economia Solidária - SIES, 2013.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade**: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Chapecó: Argos, 2010.

CAMARGO, C. P. F. de. et al. **São Paulo 1975**: Crescimento e pobreza. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CAMPOS, S. E. A. et al. O lazer cotidiano do Jardim Gonzaga - São Carlos. In: XV Encontro Nacional de Recreação e Lazer - Lazer e Trabalho: Novos Significados na Sociedade Contemporânea, 2003, Santo André. **Anais...** Santo André: 2003.

CHERFEM, C. O. **Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária**: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2009.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira**. São Paulo, SP, Xamã, 1998.

CORRAGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (org.) **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002, p. 91-142.

CORTEGOSO, A. L. Descrevendo sistemática e sistemicamente situação de crise em cooperativa de serviço como ponto de partida para proposição de ações de assessoria ao empreendimento. In: 6o. Seminário Acadêmico Internacional PROCOAS/AUGM, 2010, La Plata. **Anais...**, 2010.

CORTEGOSO, A. L.; ZANIN, M.; SHIMBO, I.; TAFURI, D. M. Desenvolvimento territorial por meio da Economia Solidária: o papel das iniciativas financeiras.. In: V Encontro Nacional e III Encontro Latino americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis, 2009. Recife-PE. **Anais...**, 2009. p. 1-10.

CORTEGOSO, A. L.; OLIVEIRA FILHO, M. A. B. de; MASCIO, C. C.; Moya, R. Impacto da atuação do Ministério Público do Trabalho sobre cooperativas de serviços e formas de enfrentamento da política de repressão a este tipo de cooperativa no Brasil: o caso de uma cooperativa de serviços de limpeza. In: 6o. Seminário Acadêmico Internacional PROCOAS/AUGM, 2010, La Plata. **Anais...**, 2010.

CULTI, M. N. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, SP, 2006.

DUSSEL, E. El programa científico de investigación de Karl Marx. Ciencia funcional y crítica. In: **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao, Ed. Desclée de Brouwer, 2001a, p 279-301.

_____. Sobre el concepto de 'ética' y de ciencia 'crítica'. In: **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao, Ed. Desclée de Brouwer, 2001b, p.303-318.

_____. **Transmodernidad e interculturalidad** (Interpretación desde la filosofía de la libertad). Cidade do México: UAM, 2005, p. 1-28.

FELTRAN, G. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**. n. 53, v.2, Universidade de São Paulo, 2010, p. 565-610.

_____. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo, SP: Editora UNESP: CEM: Cebrap, 2011a.

_____. Debates no "mundo do crime", repertórios da Justiça nas periferias de São Paulo. In: CABANES, R., GEORGES, I., RIZEK, C., TELLES, V. da S. (orgs.). **Saídas de emergência: Perder/ganhar a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011b , p. 215-233.

FERREIRA, D. M. **Economia solidária como estratégia para o Desenvolvimento Territorial**. A atuação da INCOOP no Jardim Gongaza e entorno, São Carlos, SP. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

FISCHER, M. C. B.; ZIEBELL, C. Mulheres e seus saberes engravidando uma outra economia. In: 28ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação, 2005, Caxambu. 40 anos da Pós Graduação em Educação no Brasil - 28ª ANPED. **Anais...**, 2005. p. 1-18.

FIORI, E. M. Conscientização e Educação. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS. 11 (1), p. 3-10, jan/jun 1986.

_____. Educação Libertadora. In: _____. **Textos escolhidos**, Vol. II, Educação e Política. Porto Alegre: L&PM, 1991, p. 83-95.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Revista Sociedade & Estado**, Brasília, Departamento de Sociologia/ UnB, v. 14, n. 1-2, jan./dez. 2001, p. 245-275.

_____. A economia popular e solidária no Brasil. In: _____ et al (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 57-71.

_____. Por que os BCDs são uma forma de organização original? In: NESOL-USP. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9 Editora, 2013, p. 83-93.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J.L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, RS, Editora da UFRGS, 2004.

_____. Conclusão. In: FRANÇA FILHO, G. C. de et al (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 297-305.

FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JÚNIOR, J. T. Uma dinâmica associativa emblemática no Nordeste Brasileiro. In: _____ et al (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 97-116.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 50a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011a.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 17a ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

FREITAS, M. M. **As políticas públicas de economia solidária no governo federal: (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 2012.

GALLO, A. R. **Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais de (re) inserção econômica e social**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2003.

GALLO, A. R.; VALÊNCIO; N. F. L. da S.; SHIMBO, I.; DAKUZAKU, R. Y.; EID, F.; MASCIO, C. C. Incubadora de cooperativas populares: uma alternativa à precarização do trabalho. In: Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2000, Recife. **Anais...** Recife, 2000.

GEORGES, I.; RIZEK, C. A periferia dos direitos. In: 32 Encontro Nacional da ANPOCS, 2008, Caxambu. GT Trabalho e sindicalismo no Brasil Contemporâneo. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2008. v. 1. p. 2-22.

GEORGES, I.; SILVA, C. F. A naturalização da precariedade: trabalho informal, autônomo e cooperativado entre costureiras em São Paulo (Brasil). **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, 2008. v. 13. p. 79-95.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

JARA-HOLLIDAY, O. **Para sistematizar experiências**. Brasília, DF, Ministério do Meio Ambiente, 2006.

LARROSA-BONDÍA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

LEITE, M. de P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 24, n. 69, 2009 , p. 31-51.

_____. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: VÉRAS, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 2011, p. 29-63.

LIMA, J. C. Paradoxos do trabalho associado. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, 21(1), junho de 2009. p.113-132.

_____. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010, p. 158-198.

MAGALHÃES JÚNIOR, J. C. **O mercado da dádiva: formas biopolíticas de um controle das populações periféricas urbanas**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MANCE, E. A. **Redes de Colaboração Solidária – Aspectos Econômico-Filosóficos: Complexidade e Libertação**. Petrópolis, Vozes, 2002.

_____. Economia Solidária: um novo paradigma? Seminário Catarinense de Economia Solidária. Florianópolis, SC, **Anais...**, 2000.

MANCUSO, M. I. R.; OLIVEIRA, E. de A.; SILVÉRIO, V. R. **Condições de vida em São Carlos: a questão da pobreza. Uma abordagem interdisciplinar**. Departamento de Ciências Sociais, UFSCar, 1994. Mimeo.

MANCUSO, M. I. R.; OLIVEIRA, E. de A.; LAISNER, R.; GRANJA, R. **Diagnóstico sócio-econômico e habitacional em uma área de intervenção em São Carlos**. Programa Habitar Brasil Bid/ Prefeitura Municipal de São Carlos. Departamento de Ciências Sociais, UFSCar, 2002. Mimeo.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. da V. A pesquisa qualitativa em psicologia, fundamentos e recursos básicos. 2. ed. São Paulo: Moraes; EDUC, 1989.

MASCARENHAS, T. S. Cultura, política e educação no movimento de economia solidária. In: 31a Reunião Anual da ANPEd, 2008, Caxambu-MG. **Anais...**, 2008.

_____. **O caráter educativo da economia solidária:** o caminho do desenvolvimento como liberdade a partir da experiência da Cooperafis. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MATTOS, A. H. G. **Mulheres nos bancos comunitários de desenvolvimento da Bahia:** Percepções de gênero das agentes de crédito sobre seu papel profissional. Dissertação (Mestrado) – Escola da Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MELO NETO, J. F. de. Educação Popular em Economia Solidária. In: XIX Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação, 2006, Caxambu - MG. Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade - desafios e compromissos, **Anais...**, 2006.

MELO NETO, J. J. de; MAGALHÃES, S. (Org.). MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. (org.). **Bairros pobres – ricas soluções:** Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Lamparina, 2003.

_____. **O Poder do Circulante Local:** A Moeda Social no Conjunto Palmeira. Fortaleza, 2005a.

_____. **Banco Comunitário e Cooperativa de Crédito:** Uma relação necessária para potencializar as finanças na periferia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005b.

_____. **Banco comunitário de desenvolvimento:** Uma rede sob comando da comunidade. Fortaleza: Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006.

_____. Bancos comunitários. In: **Mercado de trabalho:** conjuntura e análise, v. 14, n. 41, nov. 2009, p. 21-26.

METUIA. **Projeto político pedagógico para o centro da juventude da região sul de São Carlos.** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008.

MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e Educação**, V. 1, N° 2, p. 93-116 , 1997.

NEVES, E. F. das. **A capacitação para gestão de empreendimentos de economia solidária:** experiências e propostas. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2009.

OLIVEIRA, M. W. Pesquisa e trabalho profissional como espaços e processos de humanização e de comunhão criadora. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 79, p. 309-321, set./dez. 2009.

OLIVEIRA, M. W.; SILVA, P. B. G. E.; GONCALVES JUNIOR, L.; MONTRONE, A. V. G.; JOLY, I. Z. L. Processos educativos em práticas sociais: Reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: 32^a reunião anual da Anped: Sociedade, cultura e educação: novas regulações, 2009, Caxambu. **Anais...**, Caxambu: 2009. p. 1-17.

PASSOS, Ó. A. V. D. **Estudo exploratório em bancos comunitários:** conceitos, características e sustentabilidade. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós- Graduação em Administração da Escola de Administração, Salvador, 2007.

PAULANI, L. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, F., BRAGA, R., RIZEK, C. (org.) **Hegemonia às Avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo, SP, Boitempo, 2010, 109-134.

PAULINO, A. G. L. **Economia solidária como projeto cultural e político:** a experiência do Banco Palmas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2008.

PEREIRA, K. A. **Economia solidária e aprendizagem dialógica:** práticas de participação e autogestão e necessidade de uma outra EJA. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2009.

_____. Economia Solidária e Reforma Agrária: Refletindo sobre a educação nos movimentos sociais a partir da aprendizagem dialógica. In: 34a. Reunião Anual da ANPED, 2011, Natal. **Anais...**, 2011.

PEREIRA, P. E. “**Aí! Tá me tirando?!**” O que dizem jovens moradores da periferia de São Carlos sobre si mesmo e a questão das drogas. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional , Universidade Federal de São Carlos, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação.** As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

POLI, O. L. **Economia solidária e formação humana:** experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2006.

PULHEZ, M. M.; ROSA, T. T. “O Modelo entre a Alegoria e a Disputa: Reflexões sobre Práticas Participativas em Programas de Urbanização de Favelas”. Simpósio Latino-Americano: Cidade e Cultura – Dimensões Contemporâneas. **Anais...** São Carlos, 2007.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino- americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005, p. 107-130.

ROSA, T. T. **Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano:** a trajetória do "Gonzaga" de favela a bairro de periferia. Dissertação (mestrado). Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

_____. Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009, Caxambu - MG. **Anais...** São Paulo, ANPOCS, 2009.

SALAZAR, S. N. **Trabalho e Educação nas práticas de Economia Solidária: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória?** Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, A. M. M.; DELUIZ, N. Saberes do trabalho e educação popular na Coopcarumo: projeto lixo é vida. in: associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação, 2006, Caxambu - MG. 29a reunião anual da ANPED - educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade. **Anais...**, 2006.

_____. Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro. **Trab. educ. saúde**, Out 2009, vol.7, no.2, p.329-353.

SÃO CARLOS. SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano municipal de assistência social 2003-2004**. São Carlos, 2003.

SCHIOCHET, V. Políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. In: BENINI, E. et al (org.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 443-452.

SCHMIDT, M. L. S. (2006). Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**, 17(2), 11-41.

SCHMITZ, V. R. **Microgestão e produção de saberes: desafios para a autogestão em iniciativas de trabalho associado**. Um estudo da Cooperativa de Produção Cristo Rei LTDA. – COOPEREI. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2009.

SCIRÉ, C. D. de O. **Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

_____. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. **Teoria & Pesquisa**, v. 20, p. 65, 2011.

SCOTT, J. W. Experiência. In: LEITE DA SILVA, Alcione et al. (orgs.). **Falas de Gênero**. São Paulo: Mulheres, 1999.

SERPA, L. C. M. da R. **Geração de trabalho e renda de forma sustentável através da economia solidária: a experiência do Banco Palmas**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Economia, Fortaleza-CE, 2008.

SILVA, P. B. G. e. **Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do limoeiro**. Tese (Doutorado). Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987.

SILVA, N. B. da. **Educação popular e subjetividade na feira agroecológica**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2006.

SILVA, L. M. da. **Economia Popular Solidária: os Processos Formativos Populares e a Construção da nova Cultura do Trabalho.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2007.

SILVA, L. A. da. **Trabalho e processos educativos no associativismo e cooperativismo popular solidário da região do Vale do Aço / MG.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.

SILVA, A. G. **Bancos Comunitários: Impactos do Microcrédito e sua Influência nas famílias da região metropolitana de Pernambuco.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, 2009.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. ; SOUZA, A. R. de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, Contexto, 2000, p. 11-28.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, Aug. 2004.

_____. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos.** Brasília: Inep, 2005, p. 13-20.

_____. Economia solidária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, abr. 2008, p. 288-314.

_____. Uma discípula de Marx que ousava criticar Marx. In: LOUREIRO, I. (org.). **Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil.** São Paulo, SP, Estação das Artes, 2009, p. 13-32.

TAMBURRELLI, M. da. **Educação e Economia Solidária: um estudo de vivência de cidadania.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Letras, Curso de Pós-Graduação em Educação, São Bernardo do Campo, SP, 2006.

TELLES, V. da S. **Pobreza e Cidadania.** São Paulo: Editora 34, 2001.

TIRIBA, L. **Economia Popular e cultura do trabalho: pedagogia (s) da produção associada.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

_____. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. **Cadernos CEDES**, Abr. 2007, vol.27, no.71, p. 85-98.

_____. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 69-94, jan./jun. 2008 , p. 69-94.

TITTON, M. O princípio educativo do trabalho e o trabalho enquanto princípio educativo: ampliando o debate com os movimentos de luta social. In: 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2008, Caxambu-MG. Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação, **Anais...**, 2008.

TUMOLO, P. S. O trabalho como princípio educativo e a perspectiva histórica da classe trabalhadora. In: 34a. Reunião Anual da ANPed - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2011, Natal. Educação e justiça social. **Anais...**, 2011.

VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação e Realidade**. 21 (2), p. 177-190, 1996.

ZANIN, M. **Projeto de pesquisa em Políticas Públicas - FASE I**: Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP. São Carlos-SP, 2008a. Mimeo.

_____. **Relatório de pesquisa em Políticas Públicas - FASE I**: Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP. São Carlos-SP, 2008b. Mimeo.

_____. **Projeto de pesquisa em Políticas Públicas - FASE II**: Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP. São Carlos-SP, 2009. Mimeo.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer de aprovação concedido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Compreendendo os processos educativos da experiência gestonária de um banco comunitário na periferia de São Carlos/SP

Pesquisador: DIOGO MARQUES TAFURI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 16096813.8.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 347.397

Data da Relatoria: 13/08/2013

Apresentação do Projeto:

Propomos nesse projeto de pesquisa compreender os processos educativos vivenciados por trabalhadores e trabalhadoras populares durante a prática gestonária de um Banco Comunitário situado na periferia urbana do município de São Carlos-SP. Para tanto, será efetuado o levantamento e a análise de literatura específica ao tema e de documentos que possam ser utilizados enquanto fontes de informações acerca de aspectos socioeconômicos e históricos do município de São Carlos/SP e do bairro do Jardim Gonzaga, região que abriga a sede do Banco Comunitário Nascente e cujos moradores serão atendidos pelos seus serviços financeiros solidários.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

A presente pesquisa, a ser realizada em um bairro periférico de um município de médio porte do Estado de São Paulo, São Carlos, buscará contribuir com os estudos acerca dos processos educativos decorrentes da prática de gestão vivenciada pelos trabalhadores de um Banco Comunitário, aprofundando o debate sobre os processos de conhecimento e aprendizado experienciados num contexto diverso dos espaços institucionais do sistema educacional.

Objetivo Secundário:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Telefone: (16)3351-9683

CEP: 13.565-905

Município: SAO CARLOS

E-mail: cephumanos@ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



Continuação do Parecer: 347.397

a) Compreender numa perspectiva histórica a constituição e consolidação do Jardim Gonzaga enquanto território periférico detentor de altos índices de vulnerabilidade social, a partir da análise sobre a dinâmica socioeconômica e política do município de São Carlos-SP; b) Descrever e analisar o processo de implantação e gestão do Banco Comunitário Nascente, situando-o enquanto uma prática social e pedagógica de Economia Solidária; c)

Compreender as possíveis relações entre esta prática social e o contexto da produção e reprodução cotidiana das relações sociais construídas e experienciadas pela população local; d) Compreender os processos de conhecimento e aprendizado vivenciados pelos trabalhadores do Banco Comunitário durante a prática gestonária inerente a esta iniciativa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos são de constrangimento durante a coleta de dados.

Benefícios:

Esperamos que a presente pesquisa possibilite, em primeiro lugar, a evidência de novos elementos no debate sobre as estratégias contemporâneas de erradicação da pobreza, seja com relação às iniciativas empreendidas junto à população por organizações da sociedade civil, seja tendo em vista as políticas públicas empenhadas com esta finalidade. Por outro lado, pretendemos contribuir com os estudos acerca da dimensão educativa das

práticas sociais vivenciadas pela população moradora das periferias brasileiras, aprofundando o debate contemporâneo acerca das questões urbanas e educacionais de nosso país.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para a área.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha rosto OK!

Autorização da instituição OK!

TCLE adequado.

Recomendações:

Adequar o cronograma de acordo com a aprovação do CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



Continuação do Parecer: 347.397

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

SAO CARLOS, 02 de Agosto de 2013

Assinador por:
Maria Isabel Ruiz Beretta
(Coordenador)

ANEXO B - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos colaboradores da pesquisa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676
Tel/Fax: (0xx16) 3351-8356
CEP 13.565-905 – São Carlos - SP – Brasil
e-mail: secppge@ufscar.br



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você, _____, está sendo convidado para participar da pesquisa de mestrado sob o título provisório “**A experiência educativa da gestão de um banco comunitário na periferia de São Carlos/SP**”. Você poderá desistir de participar desta pesquisa e retirar seu consentimento a qualquer momento antes de sua conclusão, sendo que sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. O objetivo central deste estudo é compreender os processos educativos vivenciados pelos trabalhadores do Banco Comunitário Nascente, situado em um bairro periférico de São Carlos/SP, durante a prática de gestão inerente a esta iniciativa. Sua participação neste estudo consistirá em conceder entrevistas gravadas e autorizar a utilização das observações registradas pelo pesquisador em diários de campo. Todos os dados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, possibilitando a divulgação dos resultados desta pesquisa em congressos, palestras e outros eventos científicos. O risco com sua participação é de eventual constrangimento durante a coleta de dados, mas cuidados como a discrição, o respeito e o sigilo estão sendo e serão tomados para evitá-lo. Poderá haver benefícios com a sua participação na pesquisa no sentido de evidenciar novos elementos para o debate sobre os processos de conhecimento popular constituídos num contexto diverso dos espaços institucionais do sistema educacional, além do fortalecimento do banco comunitário local. Salientamos que as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e que os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, assegurando o sigilo sobre sua participação. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os dados documentais e o telefone do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto, agora ou a qualquer momento.

Diogo Marques Tafuri

Aluno regular do PPGE/UFSCar, orientado pelo Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior
(RG: 33.521.223-2 / CPF: 313.583.868-46/ Tel.: (16) 8197-8849)/ End: Av. Américo Walter
Buchvieser, n. 56, Bairro Santa Marta, São Carlos/SP, CEP 13564-180

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

São Carlos, ____/____/____

Nome do Sujeito da Pesquisa:
(RG/ CPF/ Telefone/Endereço)

ANEXO C – Etapas para concessão de crédito de consumo do Banco Nascente

1. Divulgação dos serviços de crédito oferecidos pelo Banco Nascente

- Realizar o boca a boca, bater de casa em casa e passar nos comércios do bairro para conversar com moradores sobre o Banco Nascente;
- Divulgar as ações do Banco Nascente através da Feira de Produtores Locais, dos encontros do Fórum de Desenvolvimento Local e de carro de som;
- Divulgação da lista de comerciantes cadastrados para receberem a moeda social VIDA;
- Colar adesivos ou cartazes nos comerciantes cadastrados.

2. Recebimento do pedido de crédito

- Explicar como funciona a política de crédito do Banco Nascente;
- Preencher ficha de recebimento do pedido de crédito;
- Entregar cópia da política de crédito do Banco Nascente para o morador;

3. Análise do pedido de crédito

- Conversar com 3 moradores sobre o pedido de crédito de consumo em moeda social;
- Os agentes de crédito analisarão o pedido de empréstimo e darão a resposta em no máximo 24 horas;
- Nos casos de urgência, definidos pelos critérios dos agentes de crédito em serviço no momento da solicitação, o pedido de crédito será analisado em no máximo 01 hora.

4. Encaminhamento da liberação ou negação do pedido de crédito

- Informar o morador sobre a aprovação ou não do pedido de crédito;
- Elaboração do contrato de concessão de crédito de consumo para assinatura do morador;
- Entrega das moedas sociais VIDA;
- Orientar que o morador procure imediatamente o Banco Nascente caso tenha algum tipo de problema;
- Solicitar a participação do morador em ao menos um encontro do Fórum de

Desenvolvimento Local.

5. Acompanhamento da utilização e da situação de pagamento do crédito concedido

- Verificar regras de acompanhamento do crédito que estão na política de crédito do Banco Nascente;

6. Encerramento do procedimento para concessão de crédito produtivo

- Recebimento da última parcela de pagamento do empréstimo e informar no Fórum de Desenvolvimento Local;
- Se o morador quiser fazer um novo empréstimo, terá que aguardar os outros pedidos já realizados.

ANEXO D – Etapas para concessão de crédito produtivo do Banco Nascente

1. Divulgação dos serviços de crédito oferecidos pelo Banco Nascente

- Realizar o boca a boca, bater de casa em casa e passar nos comércios do bairro para conversar com moradores sobre o Banco Nascente;
- Divulgar as ações do Banco Nascente através da Feira de Produtores Locais, dos encontros do Fórum de Desenvolvimento Local e de carro de som.

2. Recebimento do pedido de crédito

- Explicar como funciona a política de crédito do Banco Nascente;
- Preencher ficha de recebimento do pedido de crédito;
- Entregar cópia da política de crédito do Banco Nascente para o morador;
- Informar o morador sobre a possibilidade ou não de continuar com a análise do pedido.

3. Visita para detalhamento das informações do pedido

- Realizar visita ao morador que solicitou o empréstimo para preenchimento da ficha de análise de crédito produtivo;
- Entregar para o morador a planilha de organização da contabilidade doméstica;
- Solicitar ao morador que participe dos encontros do Fórum de Desenvolvimento Local;
- Informar sobre andamento do pedido de crédito nas reuniões entre os agentes de crédito do Banco Nascente ou, se for o caso, do Conselho Gestor;

4. Análise parcial do pedido de crédito

- Realizar os cálculos de viabilidade econômica do empréstimo;
- Verificar se faltaram informações a serem preenchidas na ficha de análise de crédito produtivo e realizar nova visita se for necessário;
- Avaliar as informações da ficha e verificar capacidade de pagamento do morador;
- Conversar com 3 moradores e 3 comerciantes sobre o pedido de crédito produtivo (se for o caso, verificar contas já quitadas pelo morador que solicitou empréstimo);

- Convocar reunião do Comitê de Análise de Crédito (CAC);

5. Análise do pedido de crédito pelo Comitê de Análise de Crédito

- Informar situação dos créditos já concedidos;
- Apresentar informações da proposta de crédito dos casos que possuem capacidade de pagamento ou das situações de emergência;
- Decidir sobre liberação ou negação do pedido de crédito.

6. Encaminhamento da liberação ou negação do pedido de crédito

- Informar o morador sobre a aprovação ou não do pedido de crédito;
- Elaboração do contrato de concessão de crédito produtivo para assinatura do morador;
- Entrega de cheque nominal (estabelecimento comercial);
- Pedir nota fiscal da compra de matéria prima;
- Orientar que o morador procure imediatamente o Banco Nascente caso tenha algum tipo de problema;
- Entregar cheque simbólico em encontro do Fórum de Desenvolvimento Local;

7. Acompanhamento da utilização e da situação de pagamento do crédito concedido

- Verificar regras de acompanhamento do crédito que estão na política de crédito do Banco Nascente;
- Caso seja necessário, estabelecer parcerias com entidades que prestam apoio e assessoria a pequenos e médio empreendimentos (NUMI-ECOSOL, SEBRAE, etc).

8. Encerramento do procedimento para concessão de crédito produtivo

- Recebimento da última parcela de pagamento do empréstimo e informar no Fórum de Desenvolvimento Local;
- Se o morador quiser fazer um novo empréstimo, terá que aguardar os outros pedidos já realizados.

ANEXO E – Ficha de análise de crédito de consumo do Banco Nascente

DADOS PESSOAIS

1. NOME:

2. COMO É CONHECIDO:

3. NOME DA MÃE:

4. RG:

5. CPF:

6. ENDEREÇO:

N. _____

7. BAIRRO: _____ CEP: _____

8. PONTO DE REFERENCIA:

9. TELEFONE P/CONTATO: _____

10. ESTADO CIVIL: _____ DATA DE NASCIMENTO: _____

11. SEXO: M () F ()

12. ESTA ESTUDANDO: SIM () NÃO ()

13. ESCOLARIDADE:

ANALFABETO () SABE LER E ESCREVER () ENSINO FUNDAMENTAL
INCOMPLETO ()

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO () ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ()
ENSINO MÉDIO COMPLETO ()

SUPERIOR INCOMPLETO () SUPERIOR COMPLETO ()

14. MORADIA:

Própria () Alugada () Família () Amigo ()

15. TEMPO QUE MORA NA CASA:

16. TOTAL DE MORADORES DA CASA:

17. PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO/ASSOCIAÇÃO: SIM () NÃO ()

QUAL:

18. COMO VOCÊ SOUBE DO BANCO ?

Amigos () TV () Radio () Jornal () Internet ()

19. UTILIZA A MOEDA SOCIAL ? SIM () NÃO ()

20. SE SIM, DE QUE FORMA TEM ACESSO A MOEDA SOCIAL:

Serviço () Troco () Empréstimo () Troca no Banco ()

21. POSSUI CARTÃO DE BANCO ? Sim () Não ()

QUAL? _____

SE TIVER No. DA

CONTA : _____

22. SE SIM, UTILIZOU RECENTEMENTE PARA EMPRÉSTIMO: Sim () Não ()

23. REFERÊNCIAS PESSOAIS

NOME	TELEFONE

RENDIMENTOS

24. ESTÁ TRABALHANDO NO MOMENTO? SIM () NÃO ()

25. COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR:

N. de Pessoas com Renda: _____

Familiares com renda: () Esposa(o) () Filho(s) () Outros

26. FONTE RENDA FAMILIAR

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
ASSALARIADO	
BICO	
OUTROS	
TOTAL	

27. BENEFÍCIOS PESSOAIS SIM () NÃO ()

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
BOLSA FAMÍLIA	
BOLSA ESCOLA	
APOSENTADORIA	
PENSÃO	
OUTROS	
TOTAL	

28. BENEFÍCIOS PESSOAIS DE OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA SIM () NÃO ()

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
BOLSA FAMÍLIA	
BOLSA ESCOLA	
APOSENTADORIA	
PENSÃO	
OUTROS	
TOTAL	

29. VALOR SOLICITADO: _____

30. VALOR LIBERADO: _____

31. PARCELAS : _____

SÃO CARLOS, _____ DE _____ de 20____.

Agente de Crédito Responsável :

ANEXO F – Ficha de análise de crédito produtivo do Banco Nascente

DADOS PESSOAIS

1. NOME:

2. COMO É CONHECIDO:

3. NOME DA MÃE:

4. RG:

5. CPF:

6. ENDEREÇO:

N. _____

7. BAIRRO: _____ CEP: _____

8. PONTO DE REFERENCIA:

9. TELEFONE P/CONTATO: _____

10. ESTADO CIVIL: _____ DATA DE NASCIMENTO: _____

11. SEXO: M () F ()

12. ESTA ESTUDANDO: SIM () NÃO ()

13. ESCOLARIDADE:

ANALFABETO () SABE LER E ESCREVER () ENSINO FUNDAMENTAL
INCOMPLETO ()

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO () ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ()
ENSINO MÉDIO COMPLETO ()

SUPERIOR INCOMPLETO () SUPERIOR COMPLETO ()

14. NOME DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A):

15. RENDA DO CÔNJUGE: R\$

16. MORADIA:

Própria () Alugada () Família () Amigo ()

17. TEMPO QUE MORA NA CASA:

18. TOTAL DE MORADORES DA CASA:

19. PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO/ASSOCIAÇÃO: SIM () NÃO ()

QUAL:

20. COMO VOCÊ SOUBE DO BANCO ?

Amigos () TV () Radio () Jornal () Internet ()

21. UTILIZA A MOEDA SOCIAL ? SIM () NÃO ()

22. SE SIM, DE QUE FORMA TEM ACESSO A MOEDA SOCIAL:

Serviço () Troco () Empréstimo () Troca no Banco ()

23. POSSUI CARTÃO DE BANCO ? Sim () Não ()

QUAL? _____ SE TIVER No. DA

CONTA : _____

24. SE SIM, UTILIZOU RECENTEMENTE PARA EMPRÉSTIMO: Sim () Não ()

25. COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR:

N. de Pessoas com Renda: _____

Familiares com renda: () Esposa(o) () Filho(s) () Outros

26. FONTE RENDA FAMILIAR

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
ASSALARIADO	
BICO	
OUTROS	
TOTAL	

27. BENEFÍCIOS PESSOAIS SIM () NÃO ()

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
BOLSA FAMÍLIA	
BOLSA ESCOLA	
APOSENTADORIA	
PENSÃO	
OUTROS	
TOTAL	

27. BENEFÍCIOS PESSOAIS DE OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA SIM () NÃO ()

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
BOLSA FAMÍLIA	
BOLSA ESCOLA	
APOSENTADORIA	
PENSÃO	
OUTROS	
TOTAL	

28. VALOR DA RENDA FAMILIAR:

- Até 1 SM ()
 de 1 a 2 SM ()
 de 2 a 3 SM ()
 de 3 a 5 SM ()
 de 5 a 10 SM ()
 acima de 10 SM ()

Total R\$: _____

29. DESPESAS MENSAIS DA FAMÍLIA:

DESCRIÇÃO DOS GASTOS FAMILIARES	VALOR (R\$)
ALIMENTAÇÃO/ HIGIENE	
ÁGUA	
LUZ	
TELEFONE	
ALUGUEL	
GÁS	
TRANSPORTE	
EDUCAÇÃO	

IMPOSTOS	
INTERNET	
PREVIDÊNCIA	
SAÚDE	
SEGURO	
OUTROS	
TOTAL	

30. TEM ALGUM EMPRÉSTIMO EM ABERTO SIM () NÃO ()

31. SE SIM, ESPECIFICAR

CREDOR	VALOR DAS PARCELAS	Nº. DE PARCELAS	PARCELAS RESTANTES

32. SALDO FAMILIAR (Total perg. 27 - Total perg. 28): *se a renda não cobre o gasto familiar, colocar sinal negativo

R\$ _____

33. REFERÊNCIAS PESSOAIS

NOME	ENDEREÇO	TELEFONE

INFORMAÇÕES SOBRE O EMPREENDIMENTO

34. QUAL O EMPREENDIMENTO:

35. ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO:

36. HÁ QUANTO TEMPO POSSUI O EMPREENDIMENTO:

37. QUE ATIVIDADE DESENVOLVE ESPECIFICAMENTE:

38. SEU EMPREENDIMENTO É: Informal () Formal ()

39. QUANTAS PESSOAS TRABALHAM DIRETAMENTE:

40. DE QUE FORMA COMERCIALIZA OS PRODUTOS/SERVIÇOS:

Feiras () Lojas () Mercarias () Atravessador () Ambulante () Outros ()

41. TEM ALGUM EMPRÉSTIMO EM ABERTO? Sim () Não ()

42. SE SIM, ESPECIFICAR:

CREDOR	VALOR DAS PARCELAS	Nº. DE PARCELAS	PARCELAS RESTANTES

43. DESPESAS ADMINISTRATIVAS MENSAS DO EMPREENDIMENTO - Custos Fixos (A)

DESCRIÇÃO DOS GASTOS FAMILIARES	VALOR (R\$)
ALIMENTAÇÃO/ HIGIENE	
ÁGUA	
LUZ	
TELEFONE	
ALUGUEL	
GÁS	
TRANSPORTE	
FUNCIONÁRIOS	
IMPOSTOS	

INTERNET	
PREVIDÊNCIA	
CONTADOR	
SEGURO	
LIMPEZA/MANUTENÇÃO	
EQUIPAMENTOS	
OUTROS	
TOTAL	

44. DESPESAS MENSAS COM COMPRAS (matéria-prima/mercadoria) (B)

Frequência das Compras _____

Total das Compras Semanais (R\$) _____

Total das Compras Quinzenais (R\$) _____

Total da Compra Mensal (R\$) _____

(B) Total de Compras no mês (R\$) _____

45. TABELA DE APOIO PARA CÁLCULO CUSTO DE PRODUTO

MATÉRIA-PRIMA	QUANTIDADE	CUSTO DA UNIDADE	CÁLCULO	GASTO TOTAL (R\$)
TOTAL				

46. INFRA-ESTRUTURA INSTALADA

Valor total estimado: R\$ _____

Máquinas/Equip (Qtd): _____

Imóvel (Qtd): _____

Veículos (Qtd): _____

Móveis (Qtd): _____

Ferramentas (Qtd): _____

Outros (Qtd): _____

47. Histórico de Venda Semanal (C)

Valor	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	CÁLCULO	TOTAL
Mínimo									
Máximo									
MÉDIA SEMANAL (Some o total mínimo e máximo e divida por 2)									
MÉDIA MENSAL (Multiplique a média semanal por 4,286 Média Mensal (C))									

48. Demonstrativo de Sazonalidade (relacionado às vendas) - Colocar "X" em cada mês de acordo com o movimento

Conceito	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Muito Bom												
Bom												
Ruim												

49. Cálculo da Margem de Contribuição dos Produtos

Cálculo da Margem de Contribuição dos Produtos	Valor Unitário do Produto/Mercadoria (R\$)		
	Venda (V)	Compra (C)	Sobra (lucro)
Listar os Produtos/Mercadorias			

TOTAL			

50. Margem de Contribuição MC% = Total das Sobras (soma dos lucros) / Total das Vendas

51. Demonstrativo de Resultados do Negócio (R\$)

O Resultado do Negócio é calculado considerando as receitas apuradas por duas fontes de informação: Média Mensal de Vendas (C) e Compra Mensal (B)	CÁLCULO	VALOR (R\$)
1.Receita sobre o faturamento a partir do Histórico de Venda Semanal (C x MC%)		D =
Gasto do Negócio (A)		A =
Resultado do Negócio (D - A)		

52. Capacidade de Pagamento

(I) [Resultado 1 - Saldo Familiar* (perg. 32)] x 60% = Capacidade Mensal **Importante: Considerar o Saldo Familiar somente se for negativo***

(II) Capacidade de Pagamento (I) / 2 = Capacidade Quinzenal

(III) Capacidade de Pagamento (I) / 4 = Capacidade Semanal

53. Crédito Solicitado

Valor (R\$): _____

Prestação máxima (R\$): _____

183

Finalidade:

54. OBSERVAÇÕES GERAIS

51. VALOR LIBERADO: _____ PARCELAS : _____

_____, _____ DE _____ de 20____.

Agente de Crédito Responsável :
